

Empresa: **MASTER ELETRODOMESTICO EIRELI**  
CNPJ: 33.859.616/0001-71  
Insc. Junta Comercial 32600258013 Data: 07/06/2019

Folha:  
Número livro:

1  
0004

## NOTAS EXPLICATIVAS

### CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Master Eletrodomésticos Eireli, localiza-se na Av. Adalberto Simão Nader, 1631 , CEP 29070-063, Bairro Republica, 2º Andar – Sala 201, Cidade de Vitória, Estado de Espírito Santo – Brasil, iniciou as atividades no dia 07 de junho, durante esse exercício. Tem como objetivo social Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo.

### APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis encerradas em 31.12.2021 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas adotadas no Brasil. O Balanço Patrimonial não apresenta ajustes conforme o pronunciamento ITG 1000 – Contabilidade para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, pois se fez uso da isenção da relevância já que os valores observados pela adoção da norma não superam o custo benefício para seu registro.

### PRINCIPAIS PRÁTICAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Empresa Master Eletrodomésticos Eireli, adota o regime de competência para registros de suas operações.

#### Classificações do Ativo Circulante e não Circulante

Caixa e Equivalentes: Incluem numerários em poder da empresa e os valores são registrados pelo seu valor real.

Aplicações em Mercado Aberto: As aplicações financeiras são efetuadas em mercado interno com valores pactuados e atualizados monetariamente mensalmente.

Clientes: Correspondem aos valores vincendos ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses. São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos.

Creditos Diversos: refere-se a adiantamentos a fornecedores.

Impostos a Recuperar: correspondem a créditos acumulados de ICMS.

Estoque: correspondem ao saldo de produtos adquiridos e em estoque no final do exercício.

#### Classificações do Passivo Circulante e não Circulante

Fornecedores: Correspondem aos valores vincendos ou com expectativa de quitação dentro dos próximos 12 meses. São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses debitos.

Contas a Pagar: Referem-se ao pró-labore e Fretes a pagar.

Instituições Financeiras: refere-se a empréstimo junto ao Banco do Brasil.

Obrigações Trabalhistas: Referem-se INSS a recolher

Obrigações Tributárias: São valores referente ISS a recolher e ICMS a recolher.

Outras Obrigacoes: Valores a pagar vicendos ate os proximos 12 meses.

Patrimônios Líquidos: Integra o Capital Social Integralizado e Lucros Acumulados.

#### Classificações das Contas de Resultado

*gubio*

*[Assinatura]*

*C*  
*1.*

Empresa: **MASTER ELETRODOMESTICO EIRELI**  
CNPJ: 33.859.616/0001-71  
Insc. Junta Comercial 32600258013 Data: 07/06/2019

Folha:  
Número livro:

2  
0004

As receitas são valores provenientes das Mercadorias vendidas.  
As receitas financeiras referem-se aos rendimentos sobre aplicações financeiras.  
Custo de Mercadorias Vendidas, movimentação de produtos.  
As despesas referem-se às despesas com vendas, administrativas, tributárias e financeiras.

FERNANDA APARECIDA  
VIEIRA FRITZEN:09119215916

Assinado de forma digital por FERNANDA  
APARECIDA VIEIRA FRITZEN:09119215916  
Dados: 2022.04.06 10:45:17 -03'00'

Fernanda Aparecida Vieira Fritzen  
Titular  
CPF: 091.192.159-16

JAISON JOSE  
ANDERLE:03251518909

Assinado de forma digital por JAISON  
JOSE ANDERLE:03251518909  
Dados: 2022.04.06 10:44:56 -03'00'

Jaison José Anderle  
Contador - CPF: 032.515.189-0  
CRC/SC nº 1SC033114/O-3

*S. J. J.*

*AD*

*C. A.*



## TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO



Entidade: MASTER ELETRODOMESTICO EIRELI

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021

CNPJ: 33.859.616/0001-71

Número de Ordem do Livro: 4

## TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial MASTER ELETRODOMESTICO EIRELI

NIRE 32600258013

CNPJ 33.859.616/0001-71

Número de Ordem 4

Natureza do Livro DIARIO

Município VITORIA

Data do arquivamento dos atos constitutivos 07/06/2019

Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária

Data de encerramento do exercício social 31/12/2021

Quantidade total de linhas do arquivo digital 12177

## TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial MASTER ELETRODOMESTICO EIRELI

Natureza do Livro DIARIO

Número de ordem 4

Quantidade total de linhas do arquivo digital 12177

Data de início 01/01/2021

Data de término 31/12/2021

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



Entidade: MASTER ELETRODOMESTICO EIRELI

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021

CNPJ: 33.859.616/0001-71

Número de Ordem do Livro: 4

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2021 a 31 de Dezembro de 2021

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RECEITA BRUTA		R\$ 13.476.571,06	R\$ 3.080.676,55
VENDA DE MERCADORIAS A VISTA		R\$ 13.457.254,36	R\$ 3.047.870,95
SERVIÇOS PRESTADOS		R\$ 19.316,70	R\$ 32.805,60
(-) DEDUÇÕES		R\$ (4.240.630,13)	R\$ (1.001.717,50)
(-) (-) DEVOLUÇÃO DE VENDA DE MERCADORIAS		R\$ (2.270.812,20)	R\$ (170.795,24)
(-) (-) ICMS		R\$ (944.559,27)	R\$ (544.319,38)
(-) (-) ISS		R\$ (905,84)	R\$ (1.640,29)
(-) (-) COFINS		R\$ (189.744,36)	R\$ (234.131,40)
(-) (-) PIS		R\$ (41.111,29)	R\$ (50.831,19)
(-) (-) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		R\$ (55.223,24)	R\$ (0,00)
(-) (-) IMPOSTO DE RENDA		R\$ (92.711,13)	R\$ (0,00)
(-) (-) SIMPLES NACIONAL		R\$ (645.562,80)	R\$ (0,00)
RECEITA LÍQUIDA		R\$ 9.235.940,93	R\$ 2.078.959,05
(-) CMV		R\$ (9.772.128,73)	R\$ (1.828.571,57)
(-) CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS		R\$ (9.772.128,73)	R\$ (1.828.571,57)
LUCRO BRUTO		R\$ (536.187,80)	R\$ 250.387,48
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		R\$ (126.279,23)	R\$ (209.524,48)
(-) DESPESAS COM VENDAS		R\$ (38.689,18)	R\$ (41.186,42)
(-) FRETES E CARRETOS		R\$ (17.510,18)	R\$ (14.050,47)
(-) COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		R\$ (225,00)	R\$ (0,00)
(-) COMISSÕES		R\$ (805,00)	R\$ (27.135,95)
(-) MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS		R\$ (701,00)	R\$ (0,00)
(-) ALUGUÉIS		R\$ (19.448,00)	R\$ (0,00)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		R\$ (87.590,05)	R\$ (168.338,06)
(-) PRÓ-LABORE		R\$ (12.258,00)	R\$ (13.200,00)
(-) COMUNICAÇÃO		R\$ (431,69)	R\$ (8,11)
(-) SEGUROS		R\$ (42,04)	R\$ (0,00)
(-) MATERIAL DE EXPEDIENTE		R\$ (480,00)	R\$ (0,00)
(-) SERVIÇOS CONTÁBEIS		R\$ (28.760,00)	R\$ (54.500,00)
(-) SERVIÇOS DE TERCEIROS		R\$ (27.765,52)	R\$ (36.357,74)
(-) DESPESAS LEGAIS E JUDICIAIS		R\$ (9.713,55)	R\$ (57.528,36)
(-) ALUGUEIS DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS		R\$ (0,00)	R\$ (243,30)
(-) IMPOSTOS E TAXAS MUNICIPAIS		R\$ (262,79)	R\$ (0,00)
(-) IMPOSTOS E TAXAS ESTADUAIS		R\$ (1.665,00)	R\$ (167,44)
(-) DESPESAS BANCÁRIAS		R\$ (3.630,38)	R\$ (3.115,70)

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 9.0.0 do Visualizador

Página 1 de 2

# DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: MASTER ELETRODOMESTICO EIRELI

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021

CNPJ: 33.859.616/0001-71

Número de Ordem do Livro: 4

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2021 a 31 de Dezembro de 2021

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) JUROS DE MORA		R\$ (2.189,78)	R\$ (885,78)
(-) JUROS SOBRE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		R\$ (40,46)	R\$ (372,90)
(-) MULTAS DE MORA		R\$ (350,84)	R\$ (1.958,73)
RECEITAS FINANCEIRAS		R\$ 204,06	R\$ 182,33
RENDIMENTOS APLICAÇÕES FINANCEIRAS		R\$ 204,03	R\$ 182,33
(-) DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS		R\$ 0,03	R\$ (0,00)
(-) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		R\$ 300,00	R\$ (0,00)
(-) AMOSTRA GRÁTIS		R\$ 300,00	R\$ (0,00)
RESULTADO OPERACIONAL		R\$ (661.962,97)	R\$ 41.045,33
RESULTADO ANTES DO IR E CSL		R\$ (661.962,97)	R\$ 41.045,33
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		R\$ (661.962,97)	R\$ 41.045,33

*Subsídio*

*C* *[assinatura]*





CREA-ES

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

030186

### Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Espírito Santo - CREA-ES, certifica que tanto a empresa abaixo quanto seu(s) responsável(s) técnico(s) encontram-se regularmente registrados neste Conselho Regional, nos termos da Lei Federal nº 5.194 de 24 de dezembro de 1966. Certifica ainda que não consta, nos assentamentos deste Conselho, débitos e que a empresa encontra-se legalmente habilitado(a) a exercer suas atividades.

Certidão nº: 26404

Validade: 01/07/2022

Protocolo: 00202508/2022

Razão Social: MASTER ELETRODOMESTICOS EIRELI

Endereço: AVENIDA ADALBERTO SIMÃO NADER, nº 1631, 2º ANDAR, SALA 201. REPÚBLICA

Município / UF: VITÓRIA - ES

Registro CREA-ES: 19705 Registrada desde: 29/04/2022

Data de reabilitação:

Capital social: 100.000,00 Data Reg. Capital: 07/06/2019

CNPJ: 33859616000171

Ramos de Atividade:

Modalidade

Ramo de Atividade

MECÂNICA E METALÚRGICA

MECÂNICA E METALÚRGICA

Objeto Social:

"47.53-9-00 - COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO E VÍDEO; 33.14-7-07 - MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS E APARELHOS DE REFRIGERAÇÃO E VENTILAÇÃO PARA USO INDUSTRIAL E COMERCIAL; 43.21-5-00 - INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA; 43.22-3-01 - INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, SANITÁRIAS E DE GÁS; 43.22-3-02 - INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS, CENTRAIS DE AR CONDICIONADO, DE VENTILAÇÃO E REFRIGERAÇÃO; 47.54-7-01 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS; 95.21-5-00 - REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO".

Responsáveis Técnicos:

JARDEL PHILIPPE MARQUATO

Nº Carteira / Registro no CREA-ES: SC-11523137/D

Data de Registro: 25/09/2017

Registro Nacional (RNP): 2516866348

Data do Visto: 10/08/2021

Data do Vínculo: 29/04/2022

Títulos:

ENGENHEIRO MECÂNICO

- "ARTIGO 12 DA RESOLUCAO 218/73, DO CONFEA."

Sócios / Diretores:

FERNANDA APARECIDA VIEIRA FRITZEN

Início: 07/06/2019

CPF: 09119215916

Qualificação: EMPRESÁRIA

Histórico de Anuidades:

Ano	Cota	Valor	Data Pagamento	Data Vencimento	Estado	Situação
2022	Única	818,77	01/05/2022		ES	Quitado

Finalidade: LICITACAO PUBLICA

Sigilo

Certifico que, face ao estabelecido nos artigos 68 e 69 da Lei 5.194/66, que a Pessoa Jurídica e os Profissionais do seu quadro técnico encontram-se regularmente inscritos e quites até a presente data.

Certifico mais, que de acordo com a Resolução 1121/2019 o registro de pessoa jurídica deverá ser atualizado no Crea quando ocorrer qualquer alteração em seu instrumento constitutivo bem como no quadro técnico e, somente poderão executar as atividades que envolvam o exercício de profissões fiscalizadas pelo Sistema Confea/Crea com a participação efetiva e a autoria declarada de profissional legalmente habilitado citados no quadro técnico, rigorosamente dentro de suas respectivas atribuições profissionais.

E para constar, é emitida a presente Certidão comprobatória de quitação e regularidade junto ao CREA/ES.

#### Informações/Notas

**A capacidade técnico-profissional de uma pessoa jurídica é representada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais integrantes de seu Quadro Técnico.**

A autenticidade dessa certidão poderá ser confirmada na página do CREA-ES (<http://www.creaes.org.br>), através do nº 26404

Emitida via Internet em: segunda-feira, 2 de maio de 2022 09:55

Acesso realizado utilizando o IP: 187.85.171.173

Dispensa-se a assinatura neste documento conforme Instrução de Serviço Nº 004/2002. A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.

---

**FIM DA CERTIDÃO**

suíço

  
  
1.



CREA-ES

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Física

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Espírito Santo - CREA-ES, certifica que o(a) profissional abaixo encontra-se regularmente registrado(a) neste Conselho Regional, nos termos da Lei Federal nº 5.194 de 24 de dezembro de 1966. Certifica ainda que não consta, nos assentamentos deste Conselho, débitos e que o(a) Profissional encontra-se legalmente habilitado(a) a exercer suas atividades profissionais, no âmbito de suas atribuições.

Certidão nº: 26405 Validade: 01/07/2022 Protocolo: 00202514/2022

Profissional: JARDEL PHILIPPE MARQUATO  
 CPF: 07406696990 RNP: 2516866348  
 Endereço: RUA THEODORO LUEDERS, nº 136, APTO 904 C. ESCOLA AGRÍCOLA. BLUMENAU-SC  
 CEP: 89031490  
 Registro CREA / Carteira nº: SC-11523137/D Nº do Visto: 20211000  
 Registrado(a) no CREA desde: 25/09/2017

#### Títulos:

##### ENGENHEIRO MECÂNICO

Escola: CENTRO UNIVERSITARIO LEONARDO DA VINCI  
 Data da diplomação: Data da colação de grau: 25/08/2017

#### Atribuições:

Data	Descrição
10/08/2021 11:41:25	"ARTIGO 12 DA RESOLUCAO 218/73, DO CONFEA."

#### Vínculos:

Razão Social	Art de Cargo ou Função
FOCUS EQUIPAMENTOS EIRELI	0820210088455
MASTER ELETRODOMESTICOS EIRELI	0820220073087

#### Histórico de Anuidades:

Ano	Cota	Valor	Data Pagamento	Data Vencimento	Estado	Situação
2022	Única				SC	Quitado
2021	Única				SC	Quitado
2020	Única				SC	Quitado

Finalidade: LICITACAO PUBLICA

A autenticidade dessa certidão poderá ser confirmada na página do CREA-ES (<http://www.creaes.org.br>), através do nº 26405

Emitida via Internet em : 02/05/2022 09:59:13

Acesso realizado utilizando o IP: 187.85.171.173

Dispensa-se a assinatura neste documento conforme Instrução de Serviço Nº 004/2002. A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.

FIM DA CERTIDÃO

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*



## CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

**Contratante: MASTER ELETRODOMESTICOS EIRELI**

Com sede à Av. Adalberto simão nader, 1631 bairro: republica – Vitória/ES Inscrita no CNPJ sob o n.º 33.859.616/0001-71 Sendo representada por sua administradora, Fernanda Aparecida Vieira fritzen, portador do CPF: 091.192.159-16.

**Contratado: JARDEL PHILIPPE MARQUATO**

CPF: 074.066.969-90, Residente à Rua: Theodoro Luerdes, 136 APTO 904 C, Bairro: Escola Agrícola – Blumenau/SC, **Engenheiro Mecânico** registrado no CREA sob o RNP 2516866348 e CREA nº SC-11523137/D e visto Nº 20211000

**Cláusula 1ª. Carga Horária**

Horário de Trabalho: 15 (QUINZE) horas semanais, sendo elas de 3ªfeira das 13:30H as 18:30H e 4ªfeira das 07H as 12H e 13:30h as 18:30.

**Cláusula 2ª. Honorário**

Honorário: 06 (seis) salários Mínimos mensais, no valor total de R\$ 6.600,00 (Seis mil e seiscentos reais), pagos através de deposito bancários em conta indicada e pertencente ao engenheiro Jardel Marquato.

**Cláusula 3ª. Da Responsabilidade Técnica**

Objetivo: Prestação de serviços na área Engenharia Mecânica como Responsável Técnico da Empresa.

**Cláusula 4ª. Da Vigência do Contrato e Rescisão**

O presente contrato terá validade por tempo indeterminado, podendo ser rescindido por ambas as partes com aviso prévio de 30 (trinta) dias.

E, por estarem de comum acordo, assinam o presente em 3 (três) vias de igual teor.

Blumenau 21 de abril de 2022.

FERNANDA APARECIDA  
VIEIRA  
FRITZEN:09119215916

Assinado de forma digital por  
FERNANDA APARECIDA VIEIRA  
FRITZEN:09119215916  
Dados: 2022.04.21 12:03:46 -03'00'

MASTER ELETRODOMESTICOS EIRELI

CNPJ: 33.859.616/0001-71-06

JARDEL  
PHILIPPE

MARQUATO:074  
06696990

Assinado de forma digital  
por JARDEL PHILIPPE  
MARQUATO:07406696990  
Dados: 2022.04.22  
08:24:30 -03'00'

JARDEL MARQUATO

CPF: 074.066.969-90

1.

**MASTER**  
ELETRODOMÉSTICOS

MASTER ELETRODOMÉSTICOS EIRELI

CNPJ: 33.859.616/0001-71

AV. ADALBERTO SIMÃO NADER - 1631

VITÓRIA-ES

FONE (47) 3041-3006

INSC. ESTADUAL: 083.571.95-7

BAIRRO REPÚBLICA

CEP: 29.070-010

e-mail: mastereletricita@gmail.com

**À PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2022

Processo nº: 161/2022

JULGAMENTO: ITEM

Objeto: Aquisição de aparelhos de Ar condicionado para atender as necessidades da Administração Municipal

**DADOS DA PROPONENTE:**

Nome: MASTER ELETRODOMÉSTICOS EIRELI

CNPJ nº: 33.859.616/0001-71

Insc. Estadual: 083.571.95-7

Insc. Municipal: 1262984

Endereço: AV. ADALBERTO SIMÃO NADER, 1631, REPÚBLICA

CEP: 29.070-010

Cidade: VITÓRIA

UF: ES

Fone: 47-3041-3006

E-mail: mastereletricita@gmail.com

**DADOS BANCÁRIOS:**

BRASIL / 0095-7 / 29.023-8

**DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO:**

SRA. FERNANDA APARECIDA VIEIRA FRITZEN, SÓCIA-ADMINISTRADORA, BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDA NO DIA 18/02/1996, CPF Nº 091.192.159-16, RG: 6.527.722 - SSP/SC, EMPRESÁRIA, RESIDENTE NA RUA DR. BLUMENAU, Nº 6600, Bairro: ENCANO BAIXO, INDAIAL/SC - CEP: 89086-520, EMAIL: mastereletricita@gmail.com, FONE 47-3041-3006.

**DECLARAÇÃO DO ART. 7º INCISO XXXIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

Declaro, sob as penas da lei, para fins do(a) PREGÃO PRESENCIAL, que a empresa MASTER ELETRODOMÉSTICOS EIRELI, cumpre com o disposto no inciso XXXIII, do artigo sétimo da Constituição Federal: "...proibição de trabalho noturno perigoso ou insalubre, aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos".

Ressalva: ( ) emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

VITÓRIA/ES, 30 de junho de 2022

*Tiago Bergamaschi*

MASTER ELETRODOMÉSTICOS EIRELI

CNPJ: 33.859.616/0001-71

TIAGO BERGAMASCHI

REPRESENTANTE

RG Nº 539.836-3

CPF Nº 080.736.089-95

33.859.616/0001/71  
I.E.: 083.571.95-7  
MASTER ELETRODOMÉSTICO EIRELI  
Avenida Adalberto Simão Nader, 1631  
Bairro República - CEP 29.070-010  
VITÓRIA - ES

*subscrito*

*[Assinatura]*

*1.*



**MASTER**  
ELETRODOMÉSTICOSMASTER ELETRODOMÉSTICOS EIRELI  
CNPJ: 33.859.616/0001-71  
AV. ADALBERTO SIMÃO NADER - 1631  
VITÓRIA-ES  
FONE (47) 3041-3006INSC. ESTADUAL: 083.571.95-7  
BAIRRO REPÚBLICA  
CEP: 29.070-010  
e-mail: mastereletrolicita@gmail.com**À PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2022

Processo nº: 161/2022

JULGAMENTO: ITEM

Objeto: Aquisição de aparelhos de Ar condicionado para atender as necessidades da Administração Municipal

**DADOS DA PROPONENTE:**

Nome: MASTER ELETRODOMÉSTICOS EIRELI

CNPJ nº: 33.859.616/0001-71

Insc. Estadual: 083.571.95-7

Insc. Municipal: 1262984

Endereço: AV. ADALBERTO SIMÃO NADER, 1631, REPÚBLICA

CEP: 29.070-010

Cidade: VITÓRIA

UF: ES

Fone: 47-3041-3006

E-mail: mastereletrolicita@gmail.com

**DADOS BANCÁRIOS:**

BRASIL / 0095-7 / 29.023-8

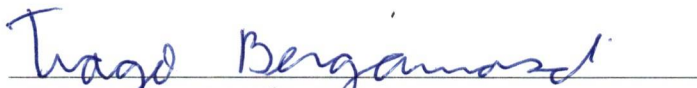
**DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO:**

SRA. FERNANDA APARECIDA VIEIRA FRITZEN, SÓCIA-ADMINISTRADORA, BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDA NO DIA 18/02/1996, CPF Nº 091.192.159-16, RG: 6.527.722 - SSP/SC, EMPRESÁRIA, RESIDENTE NA Rua DR. BLUMENAU, Nº 6600, Bairro: ENCANO BAIXO, INDAIAL/SC - CEP: 89086-520, EMAIL: mastereletrolicita@gmail.com, FONE 47-3041-3006.

**DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

MASTER ELETRODOMÉSTICOS EIRELI, inscrita no CNPJ nº 33.859.616/0001-71, sediada na AV. ADALBERTO SIMÃO NADER, 1631, REPÚBLICA, CEP 29.070-010, VITÓRIA/ES, DECLARA, sob as penas da lei, que está apta a tomar parte do processo licitatório, tendo em vista inexistir contra a mesma Declaração de Inidoneidade emitida por órgão de Administração Pública Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal.

VITÓRIA/ES, 30 de junho de 2022



MASTER ELETRODOMÉSTICOS EIRELI

CNPJ: 33.859.616/0001-71

TIAGO BERGAMASCHI

REPRESENTANTE

RG Nº 539.836-3

CPF Nº 080.736.089-95

33.859.616/0001/71  
I.E.: 083.571.95-7  
MASTER ELETRODOMÉSTICO EIRELI  
Avenida Adalberto Simão Nader, 1631  
Bairro República - CEP 29.070-010  
VITÓRIA - ES





**MASTER**  
ELETRODOMÉSTICOS

MASTER ELETRODOMÉSTICOS EIRELI  
CNPJ: 33.859.616/0001-71  
AV. ADALBERTO SIMÃO NADER – 1631  
VITÓRIA-ES  
FONE (47) 3041-3006

INSC. ESTADUAL: 083.571.95-7  
BAIRRO REPÚBLICA  
CEP: 29.070-010  
e-mail: mastereletricita@gmail.com

**À PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2022

Processo nº: 161/2022

JULGAMENTO: ITEM

Objeto: Aquisição de aparelhos de Ar, condicionado para atender as necessidades da Administração Municipal

**DADOS DA PROPONENTE:**

**Nome:** MASTER ELETRODOMÉSTICOS EIRELI

**CNPJ nº:** 33.859.616/0001-71

**Insc. Estadual:** 083.571.95-7

**Insc. Municipal:** 1262984

**Endereço:** AV. ADALBERTO SIMÃO NADER, 1631, REPÚBLICA

**CEP:** 29.070-010

**Cidade:** VITÓRIA

**UF:** ES

**Fone:** 47-3041-3006

**E-mail:** mastereletricita@gmail.com

**DADOS BANCÁRIOS:**

BRASIL / 0095-7 / 29.023-8

**DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO:**

SRA. FERNANDA APARECIDA VIEIRA FRITZEN, SÓCIA-ADMINISTRADORA, BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDA NO DIA 18/02/1996, CPF Nº 091.192.159-16, RG: 6.527.722 - SSP/SC, EMPRESÁRIA, RESIDENTE NA RUA DR. BLUMENAU, Nº 6600, BAIRRO: ENCANO BAIXO, INDAIAL/SC - CEP: 89086-520, EMAIL: mastereletricita@gmail.com, FONE 47-3041-3006.

**DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO**

MASTER ELETRODOMÉSTICOS EIRELI, inscrita no CNPJ nº 33.859.616/0001-71, sediada na AV. ADALBERTO SIMÃO NADER, 1631, REPÚBLICA, CEP 29.070-010, VITÓRIA/ES, DECLARA, sob as penas da Lei, que:

- 1) Não possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou agentes políticos do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- 2) Não possui proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade, até o segundo grau, de agente político do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

VITÓRIA/ES, 30 de junho de 2022



MASTER ELETRODOMÉSTICOS EIRELI

CNPJ: 33.859.616/0001-71

HUGO BERGAMASCHI

REPRESENTANTE

RG Nº 539.836-3

CPF Nº 080.736.089-95

33.859.616/0001/71  
I.E.: 083.571.95-7  
MASTER ELETRODOMÉSTICO EIRELI  
Avenida Adalberto Simão Nader, 1631  
Bairro República - CEP 29.070-010  
VITÓRIA - ES

*5.000*

*[Handwritten signature]*



**SINTEGRA/ICMS**  
**Consulta Pública ao Cadastro**  
**Estado do Espírito Santo**



Cadastro atualizado até: 29/04/2022

**IDENTIFICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA**

**CNPJ:** 33.859.616/0001-71 **Inscrição Estadual:** 083.571.95-7

**Razão Social :** MASTER ELETRODOMESTICO EIRELI

**ENDEREÇO**

**Logradouro:** AVENIDA ADALBERTO SIMÃO NADER

**Número:** 1631

**Complemento:**

**Bairro:** REPUBLICA

**Município:** VITORIA

**UF:** ES

**CEP:** 29070010

**Telefone:** (27) 40042218

**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

**Atividade Econômica:** COM VAREJ ESPECIALIZADO DE ELETRODOMESTICOS E EQUIP DE AUDIO E VIDEO

**Data de Inicio de Atividade:** 10/06/2019

**Situação Cadastral Vigente:** HABILITADO

**Data desta Situação Cadastral:** 10/06/2019

**Regime de Apuração:** ORDINÁRIO

A Inscrição Estadual (IE) com situação cadastral vigente **HABILITADO** indica que a empresa está **APTA** a realizar operações como contribuinte do ICMS.

Já a IE com situação cadastral **NÃO HABILITADA** indica que a empresa **NÃO** está **APTA** a realizar operações como contribuinte do ICMS, caso mantenha entre as suas atividades pelo menos um CNAE cuja inscrição estadual seja obrigatória. Caso a empresa não pertença a um CNAE cuja inscrição seja obrigatória e o CNPJ esteja ATIVO (consultar o site da Receita Federal do Brasil - <http://www.receita.fazenda.gov.br>), a empresa poderá ser destinatária de mercadorias, bens e serviços **como CONSUMIDOR FINAL**. Neste caso, o número da Inscrição Estadual NÃO deverá constar em documentos que acobertem operações tributáveis pelo ICMS.

A lista dos CNAEs obrigados à Inscrição Estadual está disponível no endereço:  
[ftp://ftp.sefaz.es.gov.br/CNAE-F/cnaes\\_obrigadas\\_a\\_inscricao.pdf](ftp://ftp.sefaz.es.gov.br/CNAE-F/cnaes_obrigadas_a_inscricao.pdf)

**OBSERVAÇÃO:** Os dados acima são baseados em informações fornecidas pelo contribuinte, estando sujeitos a posterior confirmação pelo Fisco.

**Data da Consulta:** 29/04/2022

**VOLTAR**



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**  
**CERTIDÃO NEGATIVA**  
**DE**  
**LICITANTES INIDÔNEOS**

Nome completo: **MASTER ELETRODOMESTICO EIRELI**

CPF/CNPJ: **33.859.616/0001-71**

**O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).**

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 09:53:10 do dia 30/06/2022, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio  
<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: K2P8300622095310

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

*h jiao*

*RDC*

*[assinatura]*

*1.*





## Município de Manfrinópolis - 2022

Situação por lote/itens

Pregão 46/2022

Equilano

Página:1

Produto				Status	
Fornecedor		CNPJ/CPF	Status	Marca	Preço Unitário
<b>Lote 001 - Lote 001</b>					
<b>Item 001: 4310 Aparelho de ar condicionado, modelo Split, com capacidade de 9.000</b>					<b>ADQUIRIDO</b>
25035-0	KAIRO GILLIARDI TURSKI 0166370271	42.265.857/0001-83	Classificado	GREE	2.600,00
<b>Item 002: 4311 Aparelho de ar condicionado, modelo Split, com capacidade de 18.000</b>					<b>ADQUIRIDO</b>
25586-6	MASTER ELETRODOMÉSTICOS	33.859.616/0001-71	Classificado	PHILCO	3.780,00
<b>Item 003: 4312 Aparelho de ar condicionado, modelo Split, com capacidade de 12.000</b>					<b>ADQUIRIDO</b>
25551-3	SK KOERICH	31.538.821/0001-00	Classificado	GREE GWH12QC-D3DNB9M	2.799,80

Qtde. itens vencedores : 003  
 Qtde. itens frustrados : 000  
 Qtde. itens desertos : 000  
 Qtde. itens não apurados : 000  
 Qtde. itens empatados : 000  
 Qtde. itens empatados ME : 000



**Município de Manfrinópolis - 2022**  
**Classificação por Fornecedor**  
**Pregão 46/2022**

Equipamento

Página: 1

Item	Produto/Serviço	UN.	Quantidade	Status	Marca	Modelo	Preço Unitário	Preço Total	Set
<b>Fornecedor: 25035-0 KAIRO GILLIARDI TURSKI 0166370271</b> <b>Email: CONTABILAPOLLO@GMAIL.COM</b> <b>Representante: 25032-1 KAIRO GILLIARDI TURSKI</b> <b>Lote 001 - Lote 001</b>									
001	4310 Aparelho de ar condicionado, modelo Split, com capacidade de 9.000	UNI	8,00	Classificado	GREE		2.600,00	20.800,00	*
<b>Fornecedor: 25598-6 MASTER ELETRDOMÉSTICOS</b> <b>Email: MASTERELETRICITA@GMAIL.COM</b> <b>Representante: 25598-2 TIAGO BERGAMASHI</b> <b>Lote 001 - Lote 001</b>									
002	4311 Aparelho de ar condicionado, modelo Split, com capacidade de 18.000	UNI	8,00	Classificado	PHILCO	PAC18000QFM9W	3.780,00	30.240,00	*
<b>Fornecedor: 25551-3 SK KOERICH</b> <b>Representante: 25552-1 SILVIA KOERICH</b> <b>Lote 001 - Lote 001</b>									
003	4312 Aparelho de ar condicionado, modelo Split, com capacidade de 12.000	UNI	8,00	Classificado	GREE	GMH120C-D3DNB8M ECO INVERTER GREE 12000	2.799,80	22.398,40	*
<b>VALOR TOTAL:</b>							73.438,40		

Emitido por: Jozinei dos Santos, na versão: 5529 v

30/06/2022 09:28:50

0000106



**ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE PREGÃO, NA FORMA PRESENCIAL.****Pregão Nº: 46 -2022.****Objeto: Aquisição de aparelhos de Ar condicionado para atender as necessidades da Administração Municipal.**

Aos **trinta dias de junho de 2022**, as **09:00 (nove horas)** horas na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, reuniram-se o Pregoeiro Senhor **Jozinei Dos Santos** e equipe de apoio: **Isabel Carolina Mochnacz**, designados conforme Portaria nº 3510/2022, para os procedimentos inerentes a Sessão do Pregão.

Para o credenciamento fizeram-se representar as empresas conforme credencial e lista de credenciamento abaixo:

Participantes					
Nome do proponente	CNPJ do proponente	Nome do responsável pelo proponente	CPF do responsável pelo proponente	Validade da proposta (dias)	Prazo de entrega execução
KAIRO GILLIARDI TURSKI 0166370271	42.265.857/0001-83	KAIRO GILLIARDI TURSKI	016.637.020-71	60	12 Meses
MASTER ELETRODOMÉSTICOS	33.859.616/0001-71	TIAGO BERGAMASHI	080.736.089-95	65	3 Dia(s)
SK KOERICH	31.538.821/0001-00	SILVIA KOERICH	091.195.949-17	60	12 Meses

**REGISTRO DO PREGÃO**

Em ato contínuo, foram verificados os envelopes nº 01 contendo as propostas de preços atestando-se que estavam lacrados e inviolados, após terem sido rubricados pelo pregoeiro, equipe de apoio e proponentes participantes procedeu-se a abertura dos mesmos, e foram examinadas a compatibilidade do objeto, prazos e condições de execução;

Em seguida o Pregoeiro e equipe de apoio verificaram a conformidade entre as propostas escritas e os valores estimados para a contratação atestando que as propostas estão em acordo com os valores estabelecidos no edital.

Dando continuidade ao certame, foi solicitado aos licitantes classificados, conforme critérios estabelecidos no edital, para apresentar seus lances verbais resultando nos valores conforme segue:

Lote/Item 1/1 - Aparelho de ar condicionado, modelo Split, com capacidade de 9.000					
Rodada	Fornecedor	Valor	Documento	Selecionado	Marca/Modelo
Inicial	SK KOERICH	2.671,25	31.538.821/0001-00	Sim	GREE- QF 220V - GWH09QA-D3DNB8MIECO INVERTER GREE 9000
Inicial	MASTER ELETRODOMÉSTICOS	2.670,00	33.859.616/0001-71	Sim	TCLTAC-09CHSA1 INV
Inicial	KAIRO GILLIARDI TURSKI 0166370271	2.600,00	42.265.857/0001-83	Sim	GREE
1	KAIRO GILLIARDI TURSKI 0166370271	2.600,00	42.265.857/0001-83	Sim	GREE
Lote/Item 1/2 - Aparelho de ar condicionado, modelo Split, com capacidade de 18.000					
Rodada	Fornecedor	Valor	Documento	Selecionado	Marca/Modelo
Inicial	KAIRO GILLIARDI TURSKI 0166370271	3.800,53	42.265.857/0001-83	Sim	TCL
Inicial	MASTER ELETRODOMÉSTICOS	3.800,00	33.859.616/0001-71	Sim	PHILCO\PAC18000IQFM9W
Inicial	SK KOERICH	3.798,00	31.538.821/0001-00	Sim	TCLINVERTER 18000 QF 220V TAC-18CHSA1
1	MASTER ELETRODOMÉSTICOS	3.780,00	33.859.616/0001-71	Sim	PHILCO\PAC18000IQFM9W
2	MASTER ELETRODOMÉSTICOS	3.780,00	33.859.616/0001-71	Sim	PHILCO\PAC18000IQFM9W
Lote/Item 1/3 - Aparelho de ar condicionado, modelo Split, com capacidade de 12.000					

*Handwritten signature: S. Jozinei*







# PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 01.614.343/0001-09

000198

Rodada	Fornecedor	Valor	Documento	Selecionado	Marca/Modelo
Inicial	SK KOERICH	2.865,70	31.538.821/0001-00	Sim	GREE GWH12QC-D3DNB8M\ECO INVERTER GREE 12000 220V
Inicial	KAIRO GILLIARDI TURSKI 0166370271	2.800,00	42.265.857/0001-83	Sim	GREE
1	SK KOERICH	2.799,80	31.538.821/0001-00	Sim	GREE GWH12QC-D3DNB8M\ECO INVERTER GREE 12000 220V

Dando continuidade ao certame foram conferidos os envelopes nº 02 contendo os documentos de habilitação das proponentes: **KAIRO GILLIARDI TURSKI 0166370271**, **MASTER ELETRODOMÉSTICOS**, **SK KOERICH**, verificando-se que os mesmos estavam lacrados e inviolados, após terem sido rubricados pelo pregoeiro e licitantes participantes procedeu-se a abertura dos mesmos.

Em análise a documentação de habilitação constatou-se que os documentos estavam em consonância com o estabelecido no Edital deste procedimento licitatório e por consequência, as empresas **KAIRO GILLIARDI TURSKI 0166370271**, **MASTER ELETRODOMÉSTICOS**, **SK KOERICH** foram consideradas **HABILITADAS**.

Fica fazendo parte integrante da documentação deste procedimento licitatório: 01- Qualificação do Proponente/Fornecedor e Representante Credenciado, 02- propostas e lances dos participantes, e 03- Documentação de habilitação, foi consultado o cadastro de empresas impedidas de licitar do TCU onde **nada consta** em nome das Proponentes do certame.

## Das manifestações das proponentes:

Não houve manifestação.

## ENCERRAMENTO

No curso do Presente procedimento licitatório não foi apresentado nenhuma impugnação ao edital ou recurso quanto ao resultado, havendo renúncia expressa de prazo por parte dos licitantes participantes com a assinatura desta ata. O pregoeiro em decorrência do resultado e do lance final apresentado para a aquisição/contratação do objeto desta licitação **ADJUDICA** em favor das Empresas conforme tabela de classificação abaixo:

KAIRO GILLIARDI TURSKI 0166370271								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total	
1	1	Aparelho de ar condicionado, modelo Split, com capacidade de 9.000 BTU's, quente/frio 220 V, Com fluido refrigerante R-410a (Sistema Inverter) — Com mão de obra de instalação, drenos e demais materiais para instalação.	GREE	UNID	8,00	2.600,00	20.800,00	
TOTAL							20.800,00	

MASTER ELETRODOMÉSTICOS								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total	
1	2	Aparelho de ar condicionado, modelo Split, com capacidade de 18.000 BTU's, quente/frio 220 V, Com fluido refrigerante R-410a (Sistema Inverter) — Com mão de obra de instalação, drenos e demais materiais para instalação.	PHILCO	UNID	8,00	3.780,00	30.240,00	
TOTAL							30.240,00	

SK KOERICH								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total	
1	3	Aparelho de ar condicionado, modelo Split, com capacidade de 12.000 BTU's, quente/frio 220 V, Com fluido refrigerante R-410a (Sistema Inverter) — Com mão de obra de	GREE GWH12QC-D3DNB8M	UNID	8,00	2.799,80	22.398,40	





Item	Descrição	Valor	Quantidade	Valor Total
01	RODAS PARA VEICULO	2.800,00	10	28.000,00
02	RODAS PARA VEICULO	2.800,00	10	28.000,00
03	RODAS PARA VEICULO	2.800,00	10	28.000,00
04	RODAS PARA VEICULO	2.800,00	10	28.000,00
05	RODAS PARA VEICULO	2.800,00	10	28.000,00
06	RODAS PARA VEICULO	2.800,00	10	28.000,00
07	RODAS PARA VEICULO	2.800,00	10	28.000,00
08	RODAS PARA VEICULO	2.800,00	10	28.000,00
09	RODAS PARA VEICULO	2.800,00	10	28.000,00
10	RODAS PARA VEICULO	2.800,00	10	28.000,00

Quando o fornecedor não apresentar proposta, o pregoeiro poderá aceitar a proposta de outro fornecedor, desde que esta seja a mais vantajosa para o Município. O pregoeiro poderá também aceitar a proposta de outro fornecedor, desde que esta seja a mais vantajosa para o Município.

Em análise a documentação de habilitação apresentada, o pregoeiro poderá aceitar a proposta de outro fornecedor, desde que esta seja a mais vantajosa para o Município. O pregoeiro poderá também aceitar a proposta de outro fornecedor, desde que esta seja a mais vantajosa para o Município.

Para a habilitação, o fornecedor deverá apresentar: 01 - Qualificação do Fornecedor; 02 - Qualificação do Fornecedor; 03 - Qualificação do Fornecedor; 04 - Qualificação do Fornecedor; 05 - Qualificação do Fornecedor; 06 - Qualificação do Fornecedor; 07 - Qualificação do Fornecedor; 08 - Qualificação do Fornecedor; 09 - Qualificação do Fornecedor; 10 - Qualificação do Fornecedor.

### Das manifestações das propostas

Não haverá mais recursos.

### ENCERRAMENTO

No caso de presente procedimento, o pregoeiro poderá aceitar a proposta de outro fornecedor, desde que esta seja a mais vantajosa para o Município. O pregoeiro poderá também aceitar a proposta de outro fornecedor, desde que esta seja a mais vantajosa para o Município.

Item	Descrição	Valor	Quantidade	Valor Total
01	RODAS PARA VEICULO	2.800,00	10	28.000,00
02	RODAS PARA VEICULO	2.800,00	10	28.000,00
03	RODAS PARA VEICULO	2.800,00	10	28.000,00
04	RODAS PARA VEICULO	2.800,00	10	28.000,00
05	RODAS PARA VEICULO	2.800,00	10	28.000,00
06	RODAS PARA VEICULO	2.800,00	10	28.000,00
07	RODAS PARA VEICULO	2.800,00	10	28.000,00
08	RODAS PARA VEICULO	2.800,00	10	28.000,00
09	RODAS PARA VEICULO	2.800,00	10	28.000,00
10	RODAS PARA VEICULO	2.800,00	10	28.000,00

Item	Descrição	Valor	Quantidade	Valor Total
01	RODAS PARA VEICULO	2.800,00	10	28.000,00
02	RODAS PARA VEICULO	2.800,00	10	28.000,00
03	RODAS PARA VEICULO	2.800,00	10	28.000,00
04	RODAS PARA VEICULO	2.800,00	10	28.000,00
05	RODAS PARA VEICULO	2.800,00	10	28.000,00
06	RODAS PARA VEICULO	2.800,00	10	28.000,00
07	RODAS PARA VEICULO	2.800,00	10	28.000,00
08	RODAS PARA VEICULO	2.800,00	10	28.000,00
09	RODAS PARA VEICULO	2.800,00	10	28.000,00
10	RODAS PARA VEICULO	2.800,00	10	28.000,00

Item	Descrição	Valor	Quantidade	Valor Total
01	RODAS PARA VEICULO	2.800,00	10	28.000,00
02	RODAS PARA VEICULO	2.800,00	10	28.000,00
03	RODAS PARA VEICULO	2.800,00	10	28.000,00
04	RODAS PARA VEICULO	2.800,00	10	28.000,00
05	RODAS PARA VEICULO	2.800,00	10	28.000,00
06	RODAS PARA VEICULO	2.800,00	10	28.000,00
07	RODAS PARA VEICULO	2.800,00	10	28.000,00
08	RODAS PARA VEICULO	2.800,00	10	28.000,00
09	RODAS PARA VEICULO	2.800,00	10	28.000,00
10	RODAS PARA VEICULO	2.800,00	10	28.000,00





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 01.614.343/0001-09 030199

	instalação, drenos e demais materiais para instalação.					
TOTAL						22.398,40

O prazo para a entrega/execução dos materiais/serviços objeto da presente licitação será de 12 Meses, contados após a homologação e assinatura do contrato.

Pelo Pregoeiro foi informado aos interessados que o presente processo será encaminhado para a Procuradoria Jurídica e Controle Interno para emissão de parecer e em sendo favorável o mesmo será encaminhado ao Senhora Prefeita Municipal para tomar ciência e querendo proceder a homologação, comunicando-se o vencedor, oportunamente, para a assinatura do contrato e demais atos inerentes a esta Licitação.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão as 09:57, cuja ata vai assinada pelo Pregoeiro, pelos membros da Equipe de Apoio e demais pessoas interessadas.

*Jozinei dos Santos*  
**JOZINEI DOS SANTOS**

**523.120.112-04**

**Pregoeiro**

*Isabel Carolina Mochnag*  
**ISABEL CAROLINA MOCHNAG**

**Membro**

**027.987.149-07**

*Kaio G. Turski*  
**KAIRO GILLIARDI TURSKI 0166370271**

*Cristiano Benvenuti*  
**MASTER ELETRODOMÉSTICOS**

*SK Koerich*  
**SK KOERICH**

LEI EST. Nº  
11.261/95

**MANFRINÓPOLIS - PR**

21/12/95

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS**

ESTADO DO PARANÁ – CNPJ: 01.614.343/0001-09

**PARECER DO CONTROLE INTERNO/2022****ORIGEM:** Pregão Presencial 46/2022**ASSUNTO:** Solicitação de Parecer**REQUERENTE:** Comissão de Licitação

No cumprimento das atribuições estabelecidas nos Art. 31 e 74 da Constituição Federal, na Lei Municipal 6.652/2005, e demais normas que regulam as atribuições do Sistema de Controle Interno, referentes ao exercício do controle prévio e concomitante dos atos de gestão e, visando orientar o Administrador Público.

Veio a conhecimento desta Unidade Central de Sistema de Controle Interno, o processo Licitatório modalidade Pregão 46/2022, que pede análise e parecer dos atos realizados pela equipe de Apoio da Comissão de Licitação, que visa. **Aquisição de aparelhos de ar condicionado para atender as necessidades da Administração Municipal.**

**I – DA MODALIDADE ADOTADA**

A modalidade adotada no processo licitatório foi a modalidade Pregão, prevista na Lei 8.666/93, e demais normas pertinentes.

**II – DA ANÁLISE PROCEDIMENTAIS**

Em exame, quanto aos atos procedimentais na fase interna e externa verificou-se que:

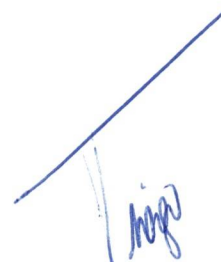
1. Consta nos autos a solicitação que motivação e gerou a despesa com seus devidos anexos.
2. O setor Contábil informou existência de Dotação Orçamentária para exercício de 2022.
3. A Senhora Prefeita Autorizou abertura do processo administrativo de Licitação.
4. Consta a Portaria n.º 3329/2021 que designa comissão permanente de licitação

Observo neste que a equipe designada da Comissão de Licitação adotara as seguintes Leis:

A modalidade adotada no processo licitatório foi a modalidade Pregão, amparada subsidiariamente a Lei 8.666/93, e demais normas pertinentes.

**III – DO JULGAMENTO**

No que tange aos julgamentos nos documentos de habilitação, nenhuma anormalidade foi observada, os preços estão dentro da média, os documentos de habilitação estão regularmente adequados às exigências.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINOPOLIS

ESTADO DO PARANÁ - C.N.T. 01.45.15.0001-00

## PARECER DO CONTROLE INTERNO 2023

ORIGEM: Pregão Eletrônico 43.2523

ASSUNTO: Soluções de Parquet

REQUERENTE: Comissão de Licitação

No cumprimento das atribuições estabelecidas nos Art. 11, IV e 14 da Constituição Federal, na Lei Municipal 8.662/08, e demais normas que regulam as atividades do Sistema de Controle Interno, referentes ao exercício do controle interno e constante dos atos de gestão e visando orientar o Administrador Público,

Visto o conteúdo do Relatório de Unidade Central do Sistema de Controle Interno o processo licitatório modalidade Pregão nº 2023, que pede análise e parecer dos atos realizados pela equipe de Apoio da Comissão de Licitação, para a aquisição de materiais de escritório para atender as necessidades da Administração Municipal.

## I - DA MODALIDADE ADOTADA

A modalidade adotada no processo licitatório foi a modalidade Pregão, prevista na Lei 8.662/08 e demais normas pertinentes.

## II - DA ANÁLISE PROCEDIMENTAIS

Em exame, quanto aos atos procedimentais na fase interna e externa verificou-se que:

1. Consta nos autos a solicitação que menciona a despesa com seus devidos anexos;
  2. O setor Contábil informou existência de Dotação Orçamentária para exercício de 2023;
  3. A Senhora Prefeita Autorizou abertura do processo administrativo de Licitação;
  4. Consta a Portaria nº 8.259/2023 que designa comissão permanente de licitação;
  5. Observa-se neste caso a seguinte designação da Comissão de Licitação adotada as seguintes Leis:
- A modalidade adotada no processo licitatório foi a modalidade Pregão, amparada constitucionalmente a Lei 8.662/08 e demais normas pertinentes.

## III - DO JULGAMENTO

No que tange aos julgamentos nos documentos de habilitação, nenhuma anormalidade foi observada, os preços estão dentro da média, os documentos de habilitação estão regularmente preenchidos as exigências.



**V - DOS FATOS**

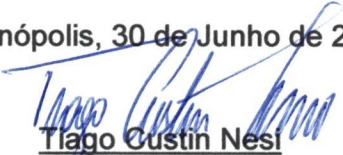
A Unidade Central de Controle Interno, em suas considerações, faz saber que, após exames detalhados dos atos procedimentais pela Equipe de comissão de licitação, conclui-se, que nenhuma irregularidade foi levantada, entendendo que o procedimento realizado está de acordo com a legislação vigente.

**VI - CONCLUSÃO**

A Comissão de Licitação atendeu os requisitos das leis nas atividades realizadas, e sem nenhuma anormalidade, nota-se, que o procedimento licitatório cumpriu seu objetivo, tendo alcançado seu êxito na contratação.

É o parecer.

Manfrinópolis, 30 de Junho de 2022.

  
Tiago Custin Nesi  
Controlador Interno

V - DOS FATOS

A Unidade Central de Controle Interno, em suas considerações, faz saber que, após exames detalhados dos atos procedimentais pela Equipe de controle de licitação, concluiu-se, que nenhuma irregularidade foi levantada, entendendo que o procedimento realizado está em acordo com a legislação vigente.

VI - CONCLUSÃO

A Comissão de Licitação atendeu os requisitos das leis nas atividades realizadas, e não houve nenhuma anormalidade, nota-se, que o procedimento licitatório cumpriu seu objetivo, tendo alcançado seu êxito na contratação. É o parecer.

Marília, 20 de Junho de 2022.

Flávia Costa Neri  
Controlador Interno



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 01.614.343/0001-09

**REQUERENTE: MUNICÍPIO DE MANFRINÓPOLIS****ASSUNTO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2022****PARECER FINAL DO PROCESSO LICITATÓRIO PARA AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS/PR.**

Concluída a sessão do Pregão Presencial, o procedimento Licitatório foi encaminhado a esta procuradoria jurídica para emissão de parecer jurídico final.

Antes, porém, é necessário frisar que, em momento anterior, esta procuradoria jurídica, em atendimento parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666/93, examinou as minutas do edital e contrato, bem como considerou regular o procedimento administrativo até aquela ocasião, em que atestou a regularidade técnica do certame.

Após a manifestação supratranscrita, o Pregoeiro e equipe de apoio deram início à fase externa do certame (art. 4º I a IV da Lei nº 10.520/02) e providenciou a publicação do edital, convocando os interessados a apresentarem suas propostas. Salienta-se que entre a publicação e a abertura das propostas fora observado o prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis (art. 4º, V da Lei nº 10.520/02).

Encerrada a fase de classificação e de habilitação o pregoeiro adjudicou os objetos da Licitação em favor das empresas **descritas na ATA DE SESÃO PÚBLICA DE PREGÃO 46/2022 NA FORMA PRESENCIAL**.

### CONCLUSÃO

Diante do exposto, nos estritos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência, bem como a análise documental já realizada pelo Pregoeiro e equipe de apoio, entendo que a fase externa do Pregão Presencial nº 46/2022 obedeceu aos trâmites legais, em especial o contido no artigo 4º da Lei nº 10.520/2002.

Procuradoria Jurídica do Município de Manfrinópolis-PR, 30 de junho de 2022.

*Leonir P. Batista*  
**LEONIR PAGNONCELI BATISTA**  
**PROCURADOR JURÍDICO**  
**OAB/PR nº 85.221**





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 01.614.343/0001-09

000203

## TERMO HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

### Pregão N° 46/2022

A Prefeitura Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Manfrinópolis designada pela portaria n° 3510/2022 resolve:

HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente licitação na modalidade de Pregão n° 46/2022 referente à **Aquisição de aparelhos de Ar condicionado para atender as necessidades da Administração Municipal**, em favor das empresas conforme abaixo;

KAIRO GILLIARDI TURSKI 0166370271							
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Unid	Qtd	Preço	Preço total
1	1	Aparelho de ar condicionado, modelo Split, com capacidade de 9.000 BTU's, quente/frio 220 V, Com fluido refrigerante R-410a (Sistema Inverter) — Com mão de obra de instalação, drenos e demais materiais para instalação.	GREE	UNID	8,00	2.600,00	20.800,00
TOTAL							20.800,00
MASTER ELETRODOMÉSTICOS							
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Unid	Qtd	Preço	Preço total
1	2	Aparelho de ar condicionado, modelo Split, com capacidade de 18.000 BTU's, quente/frio 220 V, Com fluido refrigerante R-410a (Sistema Inverter) — Com mão de obra de instalação, drenos e demais materiais para instalação.	PHILCO	UNID	8,00	3.780,00	30.240,00
TOTAL							30.240,00
SK KOERICH							
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Unid	Qtd	Preço	Preço total
1	3	Aparelho de ar condicionado, modelo Split, com capacidade de 12.000 BTU's, quente/frio 220 V, Com fluido refrigerante R-410a (Sistema Inverter) — Com mão de obra de instalação, drenos e demais materiais para instalação.	GREE	UNID	8,00	2.799,80	22.398,40
TOTAL							22.398,40

Estando em conformidade com a ata de seção de Pregão 46/2022 datada de 30/06/2022. A entrega dos materiais objeto da presente licitação será de 12 Meses conforme solicitação, a partir da homologação e assinatura do contrato.

Manfrinópolis, 30/06/2022.

*Ilana De Fatima Pegoraro Oliveira*  
Ilana De Fatima Pegoraro Oliveira  
Prefeita Municipal

### PUBLICADO NO Jornal Tribuna Regional

Edição n° 2030 Pág.: 3A  
Data: 02 / 07 / 2022.

### PUBLICADO NO DIOM/PR

Edição n° 2552 Pág.: 673  
Data: 01 / 07 / 2022.



TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

Preço nº 00000000

A Prefeitura Municipal de Mariporã, Estado do Mato Grosso do Sul, no uso das suas atribuições legais, a vista do parecer conclusivo emitido pela Comissão de Licitação Municipal, de Mariporã, designada para analisar o processo licitatório nº 00000000, resolveu:

HOMOLOGAR E ADJUDICAR a proposta de menor preço apresentada pelo licitante nº 00000000, em favor de aquisição de material de consumo para a Administração Municipal, em favor das empresas em nome próprio.

LÍQUIDAÇÃO		LÍQUIDAÇÃO		LÍQUIDAÇÃO	
Item	Descrição	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Preço Unitário
1	Adquirir 01 (uma) unidade de material de consumo, modelo 001, com capacidade de 1000 ml, para uso em laboratório, com marca de referência R 001.	01	1000,00	1000,00	1000,00
TOTAL				1000,00	
LÍQUIDAÇÃO		LÍQUIDAÇÃO		LÍQUIDAÇÃO	
Item	Descrição	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Preço Unitário
2	Adquirir 01 (uma) unidade de material de consumo, modelo 002, com capacidade de 1000 ml, para uso em laboratório, com marca de referência R 002.	01	1000,00	1000,00	1000,00
TOTAL				1000,00	
LÍQUIDAÇÃO		LÍQUIDAÇÃO		LÍQUIDAÇÃO	
Item	Descrição	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Preço Unitário
3	Adquirir 01 (uma) unidade de material de consumo, modelo 003, com capacidade de 1000 ml, para uso em laboratório, com marca de referência R 003.	01	1000,00	1000,00	1000,00
TOTAL				1000,00	

Estando em conformidade com a ata de sessão de licitação nº 00000000, e estando em conformidade com o presente parecer emitido pelo órgão de homologação e adjudicação do processo.

Mariporã, 00 de 00 de 0000.

Ilmo. Sr. Prefeito Municipal  
Ilmo. Sr. Secretário Municipal

<b>PUBLICADO NO</b> <b>DIOMPR</b>	<b>PUBLICADO NO</b> <b>Jornal Tribuna Regional</b>
Edição nº _____ Data de publicação _____	Edição nº _____ Data de publicação _____



02.002.04.122.0000.2.004	Manutenção da Procuradoria Geral do Município		
20-3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Fonte 000	R\$ 8.000,00
<b>Total</b>			<b>R\$ 8.000,00</b>

**Art. 2º** Para atender o disposto no artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso de cancelamento de dotações orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o artigo 43, parágrafo 1º, Inciso III da Lei Federal 4.320/64:

02.000.00.000.0000.0.000	Secretaria Municipal de Governo		
02.005.00.000.0000.0.000	Fundo Municipal de Saúde		
02.005.04.122.0002.2009	Manutenção das Atividades do Departamento de Ouvidoria		
57-3.1.90.13.00.00	Obrigações Patronais	Fonte 000	R\$ 8.000,00
<b>Total</b>			<b>R\$ 8.000,00</b>

**Art. 3º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de Mandaguari, Estado do Paraná, aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois (30.06.2022)

**ENF. IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**

Prefeita Municipal

**Publicado por:**  
Ana Paula Ferreira  
**Código Identificador:**A247903C

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS**

**ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 46-2022**

**TERMO HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO**

**Pregão Nº 46/2022**

A Prefeita Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Manfrinópolis designada pela portaria nº 3510/2022 resolve:

**HOMOLOGAR E ADJUDICAR** a presente licitação na modalidade de Pregão nº 46/2022 referente à **Aquisição de aparelhos de Ar condicionado para atender as necessidades da Administração Municipal**, em favor das empresas conforme abaixo;

KAIRO GILLIARDI TURSKI 0166370271						
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Unid	Qtd	Preço total
1	1	Aparelho de ar condicionado, modelo Split, com capacidade de 9.000 BTU's, quente/frio 220 V, Com fluido refrigerante R-410a (Sistema Inverter) — Com mão de obra de instalação, drenos e demais materiais para instalação.	GREE	UNID	8,00	20.800,00
<b>TOTAL</b>						<b>20.800,00</b>
<b>MASTER ELETRODOMÉSTICOS</b>						
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Unid	Qtd	Preço total
1	2	Aparelho de ar condicionado, modelo Split, com capacidade de 18.000 BTU's, quente/frio 220 V, Com fluido refrigerante R-410a (Sistema Inverter) — Com mão de obra de instalação, drenos e demais materiais para instalação.	PHILCO	UNID	8,00	30.240,00
<b>TOTAL</b>						<b>30.240,00</b>
<b>SK KOERICH</b>						
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Unid	Qtd	Preço total
1	3	Aparelho de ar condicionado, modelo Split, com capacidade de 12.000 BTU's, quente/frio 220 V, Com fluido refrigerante R-410a (Sistema Inverter) — Com mão de obra de instalação, drenos e demais materiais para instalação.	GREE	UNID	8,00	22.398,40
<b>TOTAL</b>						<b>22.398,40</b>

Estando em conformidade com a ata de seção de Pregão 46/2022 datada de 30/06/2022. A entrega dos materiais objeto da presente licitação será de 12 Meses conforme solicitação, a partir da homologação e assinatura do contrato.

Manfrinópolis, 30/06/2022.

**ILENA DE FATIMA PEGORARO OLIVEIRA**

Prefeita Municipal

**Publicado por:**  
Jessica Andrea Soster  
**Código Identificador:**B9B43F72

**SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 96/2022 - ELOIR BITENCOURT**

**PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 96/2022**

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS	REQUISIÇÃO Nº 96/2022
LEI MUNICIPAL 626/2017	

**PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:**







**ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS**  
**EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO**

O Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, com base na Lei Federal nº 8.666/93 e legislação complementar, EXTRATO DE CONTRATO. CONTRATO Nº 88 de 2022.

**OBJETO:** CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO. Aquisição de aparelhos de Ar condicionado para atender as necessidades da Administração Municipal, conforme processo de Pregão nº 46/2022.

**CONTRATADO:** MASTER ELETRODOMESTICOS. CNPJ: 33.859.616/0001-71

**VALOR CONTRATADO:** 30.240,00 (Trinta Mil, Duzentos e Quarenta Reais).

**DATA DA ASSINATURA:** 30/06/2022. **RECURSOS:** próprios e ou oriundos de Convênios.

**PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado Até 30 dias após emissão de nota fiscal.

**PRazo DE EXECUÇÃO:** 365 dias após a assinatura do contrato.

Manfrinópolis, 30/06/2022. ILENA DE FATIMA PEGORARO OLIVEIRA - Prefeita Municipal

**ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS**  
**EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO**

O Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, com base na Lei Federal nº 8.666/93 e legislação complementar, EXTRATO DE CONTRATO. CONTRATO Nº 89 de 2022.

**OBJETO:** CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO - Aquisição de aparelhos de Ar condicionado para atender as necessidades da Administração Municipal, conforme processo de Pregão nº 46/2022.

**CONTRATADO:** SK KOERICH. CNPJ: 31.538.821/0001-00. **VALOR CONTRATADO:** 22.398,40 (Vinte e Dois Mil, Trezentos e Noventa e Oito Reais e Quarenta Centavos).

**DATA DA ASSINATURA:** 30/06/2022. **RECURSOS:** próprios e ou oriundos de Convênios. **PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado Até 30 dias após emissão de nota fiscal.

**PRazo DE EXECUÇÃO:** 365 dias após a assinatura do contrato.

Manfrinópolis, 30/06/2022. ILENA DE FATIMA PEGORARO OLIVEIRA - Prefeita Municipal

**ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS**

**TERMO HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO LICITATORIO - Pregão Nº 46/2022.**

A Prefeitura Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Manfrinópolis designada pela Portaria nº 3510/2022 resolve:

**HOMOLOGAR E ADJUDICAR** a presente licitação na modalidade de Pregão nº 46/2022 referente à aquisição de aparelhos de Ar condicionado para atender as necessidades da Administração Municipal, em favor das empresas conforme abaixo:

Item/Produto/Serviço		Marca	Unid	Qtd	Prego	Prego
						total
1	Aparelho de ar condicionado, modelo Split, com capacidade de 9.000 BTUs, quente/frio 220 V, Com fluido refrigerante R-410a (Sistema Inverter) — Com mão de obra de instalação, drenos e demais materiais para instalação.	GREE	UNID	6,002	2.600,00	20.800,00
<b>TOTAL</b>						<b>20.800,00</b>
<b>MASTER ELETRODOMESTICOS</b>						
Item/Produto/Serviço		Marca	Unid	Qtd	Prego	Prego
						total
1	Aparelho de ar condicionado, modelo Split, com capacidade de 18.000 BTUs, quente/frio 220 V, Com fluido refrigerante R-410a (Sistema Inverter) — Com mão de obra de instalação, drenos e demais materiais para instalação.	PHILCO	UNID	6,003	780,00	30.240,00
<b>TOTAL</b>						<b>30.240,00</b>
<b>SK KOERICH</b>						
Item/Produto/Serviço		Marca	Unid	Qtd	Prego	Prego
						total
1	Aparelho de ar condicionado, modelo Split, com capacidade de 12.000 BTUs, quente/frio 220 V, Com fluido refrigerante R-410a (Sistema Inverter) — Com mão de obra de instalação, drenos e demais materiais para instalação.	GREE	UNID	6,002	799,80	22.398,40
<b>TOTAL</b>						<b>22.398,40</b>

Estando em conformidade com a ata de sessão de Pregão 46/2022 datada de 30/06/2022. A entrega dos materiais objeto da presente licitação será de 12 Meses conforme solicitação, a partir da homologação e assinatura do contrato.

Manfrinópolis, 30/06/2022. ILENA DE FATIMA PEGORARO OLIVEIRA - Prefeita Municipal

**ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS**

**PORTARIA Nº 3599/2022 - 28.06.2022 - Concede Licença Prêmio a Servidor Público Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná e dá outras providências.**

Ilelena de Fátima Pegoraro Oliveira, Prefeita Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 0157/2002 de 08/07/2002, Art. 80 e Parágrafo Único com suas alterações posteriores, bem como conforme Processo nº 084/2022 - SRH de 1º de junho de 2022, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio de 90 (noventa) dias ao Servidor Público Municipal Sr. ADRIANO VICCARI, cadastrado na Matrícula nº 7581, ocupante do Cargo de Provedor Efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, a serem usufruídos no período de 1º de julho de 2022 a 28 de setembro de 2022, referente ao Período Aquisitivo de 03.10.2010 a 02.10.2015.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Gabinete da Prefeitura Municipal de Manfrinópolis, em 28 de junho de 2022.

Ilelena de Fátima Pegoraro Oliveira - Prefeita Municipal

**ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS**

**PORTARIA Nº 3600/2022 - 28.06.2022**

Concede férias a Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

Ilelena de Fátima Pegoraro Oliveira, Prefeita Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 0157/2002 de 08/07/2002, Art. 74 com suas alterações posteriores e conforme Processo nº 076/2022 - SRH de 23 de maio de 2022, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal Sra. IRACEMA MARIA BAZOTTI FOGACA, cadastrada na Matrícula nº 1251, ocupante do Cargo de Provedor Efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO no Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, a serem usufruídos no período de 06 de julho de 2022 a 04 de agosto de 2022, referente ao Período Aquisitivo 01.10.2019 a 30.09.2020, conforme Processo nº 076/2022 - SRH de 23 de maio de 2022.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Gabinete da Prefeitura Municipal de Manfrinópolis, em 28 de junho de 2022.

Ilelena de Fátima Pegoraro Oliveira - Prefeita Municipal

**ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS**

**PORTARIA Nº 3601/2022 - 28.06.2022**

Concede férias proporcionais a Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

Ilelena de Fátima Pegoraro Oliveira, Prefeita Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 0157/2002 de 08/07/2002, Art. 74 com suas alterações posteriores, bem como conforme Processo nº 053/2022 - SRH de 05 de abril de 2022 e Processo nº 080/2022 - SRH de 26 de maio de 2022, e

CONSIDERANDO, a Portaria nº 3504/2021 de 23 de dezembro de 2021 que concede férias proporcionais a Servidora Pública, referente ao Período Aquisitivo de 13.01.2021 a 12.01.2022, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 15 (quinze) dias restantes de férias a Servidora Pública Municipal Sra. DANIELE ANDRESSA FERREIRA, cadastrada na Matrícula nº 1012036, ocupante do Cargo de Provedor Efetivo em Comissão de Secretária Municipal de Assistência Social no Município de Manfrinópolis, a serem usufruídos no período de 11 de julho de 2022 a 25 de julho de 2022, referente ao Período Aquisitivo de 13.01.2021 a 12.01.2022.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Gabinete da Prefeitura Municipal de Manfrinópolis, em 28 de junho de 2022.

Ilelena de Fátima Pegoraro Oliveira - Prefeita Municipal

**ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS**

**LEI Nº 0784/2022 - 01.07.2022 - "Extinção a Lei nº 650 de 02 de outubro de 2017, que institui Fundo Financeiro da Câmara Municipal de Manfrinópolis - PR."**

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MANFRINÓPOLIS, Estado do Paraná, aprovou, e eu PREFEITA MUNICIPAL sancionei, a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica extinto o Fundo Financeiro para aquisição de imóvel, construção de edifício e aquisição do mobiliário de sede própria. Art. 2º - Os recursos depositados na conta bancária do Fundo Financeiro deverão ser devolvidos ao Poder Executivo. Art. 3º - Revoga-se a Lei nº 650/2017 e outras disposições em contrário.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeitura Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, em 1º de julho de 2022.

ILENA DE FATIMA PEGORARO OLIVEIRA - Prefeita Municipal

**ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS**

**PORTARIA Nº 3602/2022 - 28.06.2022**

Concede férias proporcionais a Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

Ilelena de Fátima Pegoraro Oliveira, Prefeita Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 0157/2002 de 08/07/2002, Art. 74 com suas alterações posteriores, bem como conforme Processo nº 236/2020 de 14 de dezembro de 2020 e Processo nº 090/2022 - SRH de 13 de junho de 2022, e

CONSIDERANDO, a Portaria nº 3301/2021 de 04 de janeiro de 2021 que concede férias proporcionais a Servidora Pública, referente ao Período Aquisitivo de 01.02.2019 a 31.01.2020, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 20 (vinte) dias restantes de férias à Servidora Pública Municipal Sra. RAYANE BECCHI DOS SANTOS, cadastrada na Matrícula nº 10541, ocupante do Cargo de Provedor Efetivo de ENFERMEIRO no Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, a serem usufruídos no período de 19 de julho de 2022 a 07 de agosto de 2022, referente ao Período Aquisitivo de 01.02.2019 a 31.01.2020.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Gabinete da Prefeitura Municipal de Manfrinópolis, em 28 de junho de 2022.

Ilelena de Fátima Pegoraro Oliveira - Prefeita Municipal

**ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS**

**PORTARIA Nº 3603/2022 - 28.06.2022**

Concede férias a Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

Ilelena de Fátima Pegoraro Oliveira, Prefeita Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 0157/2002 de 08/07/2002, Art. 74 com suas alterações posteriores, bem como conforme Processo nº 091/2022 - SRH de 13 de junho de 2022, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de férias à Servidora Pública Municipal Sra. RAYANE BECCHI DOS SANTOS, cadastrada na Matrícula nº 10541, ocupante do Cargo de Provedor Efetivo de ENFERMEIRO no Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, a serem usufruídos no período de 08 de agosto de 2022 a 06 de setembro de 2022, referente ao Período Aquisitivo de 01.02.2020 a 31.01.2021.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Gabinete da Prefeitura Municipal de Manfrinópolis, em 28 de junho de 2022.

Ilelena de Fátima Pegoraro Oliveira - Prefeita Municipal

**ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS**

**PORTARIA Nº 3604/2022 - 28.06.2022**

Concede férias proporcionais a Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

Ilelena de Fátima Pegoraro Oliveira, Prefeita Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 0157/2002 de 08/07/2002, Art. 74 com suas alterações posteriores, bem como conforme Processo nº 092/2022 - SRH de 13 de junho de 2022, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 10 (dez) dias proporcionais de férias à Servidora Pública Municipal Sra. RAYANE BECCHI DOS SANTOS, cadastrada na Matrícula nº 10541, ocupante do Cargo de Provedor Efetivo de ENFERMEIRO no Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, sendo 10 (dez) dias a serem usufruídos no período de 07 de setembro de 2022 a 16 de setembro de 2022, e 20 (vinte) dias a serem usufruídos futuramente, referentes ao Período Aquisitivo de 01.02.2021 a 31.01.2022.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Gabinete da Prefeitura Municipal de Manfrinópolis, em 28 de junho de 2022.

Ilelena de Fátima Pegoraro Oliveira - Prefeita Municipal

**ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS**

**PORTARIA Nº 3605/2022 - 28.06.2022**

Conceder Licença Prêmio a Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

Ilelena de Fátima Pegoraro Oliveira, Prefeita Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 0157/2002 de 08/07/2002, Art. 74 com suas alterações posteriores, bem como conforme Processo nº 086/2022 - SRH de 03 de junho de 2022 e Processo nº 087/2022 - SRH de 03 de junho de 2022, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio de 90 (noventa) dias a Servidora Pública Municipal Sra. DILONETE BORGES SIMIONI, cadastrada na Matrícula nº 9031, ocupante do Cargo de Provedor Efetivo de PROFESSORA, 20 horas, no Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, a serem usufruídos no período de 26 de julho de 2022 a 23 de outubro de 2022, referente ao Período Aquisitivo de 01.09.2011 a 31.08.2016.

Art. 2º - Conceder Licença Prêmio de 90 (noventa) dias a Servidora Pública Municipal Sra. DILONETE BORGES SIMIONI, cadastrada na Matrícula nº 9032, ocupante do Cargo de Provedor Efetivo de PROFESSORA, 20 horas, no Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, a serem usufruídos no período de 26 de julho de 2022 a 23 de outubro de 2022, referente ao Período Aquisitivo de 15.02.2016 a 14.05.2022.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Gabinete da Prefeitura Municipal de Manfrinópolis, em 28 de junho de 2022.

Ilelena de Fátima Pegoraro Oliveira - Prefeita Municipal

**ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS**

**PORTARIA Nº 3606/2022 - 28.06.2022**

Concede férias proporcionais a Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

Ilelena de Fátima Pegoraro Oliveira, Prefeita Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 0157/2002 de 08/07/2002, Art. 74 com suas alterações posteriores e conforme Processo nº 077/2022 - SRH de 23 de maio de 2022, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 16 (dezesseis) dias de férias a Servidora Pública Municipal Sra. SUSANA FRANCISCONI, cadastrada na Matrícula nº 4061, ocupante do Cargo de Provedor Efetivo de OFICIAL ADMINISTRATIVO no Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, sendo 16 (dezesseis) dias a serem usufruídos no período de 05.07.2022 a 20.07.2022, e 04 (quatro) dias a serem usufruídos futuramente, referentes ao Período Aquisitivo de 01.03.2020 a 28.02.2021.

Art. 2º - Converter em Abono Pecuniário 10 (dez) dias das férias referente ao Período Aquisitivo de 01.03.2020 a 28.02.2021.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Gabinete da Prefeitura Municipal de Manfrinópolis, em 28 de junho de 2022.

Ilelena de Fátima Pegoraro Oliveira - Prefeita Municipal

**COMBATA O MOSQUITO TODO DIA**

a prevenção é a única arma contra a Dengue





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 01.614.343/0001-09

000206

Contrato de aquisição de materiais nº 87/2022, que entre si celebram de um lado o **Município de Manfrinópolis** e de outro lado a Empresa **KAIRO GILLIARDI TURSKI 0166370271**.

O MUNICÍPIO DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 01.614.343/0001-09, com sede administrativa à Prefeitura Municipal, situada na Rua Encantado, nº 11, Centro, CEP nº 85.628-000, neste Município, neste ato representado pelo(a) Prefeito(a) Municipal Sr(a). Ilena De Fatima Pegoraro Oliveira, portadora da Cédula de Identidade RG nº 76403171 – SSP/PR e do CPF/MF nº 022.654.289-06, e, residente e domiciliado(a) na Cidade de Manfrinópolis, Estado do Paraná, a seguir denominado CONTRATANTE e, de outro lado à empresa **KAIRO GILLIARDI TURSKI 0166370271**, Pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **42.265.857/0001-83**, Com sede à RUA NATALIA TURSKI, SN CASA - CEP: 85628000 - BAIRRO: CENTRO NOVO, Manfrinópolis/PR, Neste ato representado pelo Sr KAIRO GILLIARDI TURSKI, Portador da Cédula de Identidade nº 1107857888 e do CPF nº 016.637.020-71, Residente e domiciliado na cidade de RUA NATALIA TURSKI, SN CASA - CEP: 85628000 - BAIRRO: CENTRO NOVO, a seguir denominada CONTRATADA, têm entre si justo e contratada o constante nas cláusulas a seguir enumeradas:

## CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

O presente contrato tem por objeto a **Aquisição de aparelhos de Ar condicionado para atender as necessidades da Administração Municipal**, fornecido pela CONTRATADA, de acordo com as condições e especificações mínimas exigidas no Edital de **Pregão Presencial nº 46 /2022**.

ITENS								
Lote	Item	Código do produto	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unid	Qtd	Preço unitário	Preço total
Lote 01	1	4310	Aparelho de ar condicionado, modelo Split, com capacidade de 9.000 BTU's, quente/frio 220 V, Com fluido refrigerante R-410a (Sistema Inverter) — Com mão de obra de instalação, drenos e demais materiais para instalação.	GREE	UNID	8,00	2.600,00	20.800,00
TOTAL								20.800,00

## CLÁUSULA SEGUNDA - Da Contratação

Ficam integrados a este Contrato, independente de transcrição, os seguintes documentos cujos teores são de conhecimento da CONTRATADA: atos convocatórios, edital de licitação, especificação e ou memoriais, proposta da proponente vencedora, parecer de julgamento e todos os demais documentos produzidos no procedimento licitatório referido na cláusula primeira.

### Parágrafo Único

A assinatura do presente contrato indica que a CONTRATADA possui plena ciência de seu conteúdo, bem como dos demais documentos vinculados ao presente, sujeitando-se às normas da Lei 8.666/93 e à totalidade das cláusulas contratuais aqui estabelecidas.

## CLÁUSULA TERCEIRA - Regime de execução

A contratação se dará na modalidade de **Pregão Presencial**, sob o regime de execução indireta, do tipo menor preço.

## CLÁUSULA QUARTA - Da Responsabilidade do Gerenciamento e Fiscalização

O MUNICÍPIO DE MANFRINÓPOLIS, através do Executivo Municipal gerenciará e fiscalizará o presente contrato.

Fica estabelecido como gestor e fiscal de contrato a Servidora ISABEL CAROLINA MOCHNACZ.

## CLÁUSULA QUINTA - Das Condições de Pagamento

Cumpridas as obrigações contratuais dispostas neste instrumento e no edital do **Pregão Presencial n.º 46/2022** O pagamento será realizado mensalmente, em até 30 (trinta dias) do mês subsequente à









entrega dos materiais e emissão da nota fiscal, uma vez implementada as demais condições exigidas na forma de pagamento.

**Parágrafo Primeiro**

A despesa decorrente deste pagamento correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

DOTAÇÕES				
Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
780	05.001.08.244.0003.2011	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
1220	06.001.10.301.0004.2019	303	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
1720	07.001.12.361.0005.2027	103	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2960	09.001.20.606.0009.2047	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício

**Parágrafo Segundo**

O CNPJ/MF constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta, sob pena de não ser efetuado o pagamento.

**Parágrafo Terceiro**

Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que tenha sido imposta à CONTRATADA pela CONTRATANTE, em decorrência de penalidade ou inadimplência. Nos termos da legislação vigente.

**CLÁUSULA SEXTA – Do VALOR ORIGINAL e ATUALIZAÇÃO DE VALORES**

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de **R\$. 20.800,00 (Vinte Mil e Oitocentos Reais)** pela entrega dos materiais, referente ao objeto licitado.

Para restaurar o equilíbrio econômico financeiro face a eventuais aumentos justificados do objeto ocorridos após a efetiva contratação o contratado deverá fazer prova e justificar seu pleito perante a administração municipal.

Reajustes do valor do objeto somente poderão se aperfeiçoar após o decurso do período de 12 meses de contratação, passando a incidir sobre o objeto a partir do 13º mês de contratação. Quando for o caso tomar-se-á como referência os índices oficiais do INPC, ou outro que o venha a substituir, para as devidas e necessárias correções.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA ENTREGA e VIGÊNCIA DO CONTRATO**

Obriga-se a CONTRATADA entregar os materiais licitados em **Dias** a partir da data da solicitação, podendo ser solicitado parcialmente no período de execução do contrato que será de **12 MESES (30/06/2022 à 29/06/2023)** de acordo com a necessidade da Prefeitura Municipal.

Por ocasião da entrega dos materiais, caso seja detectado que os materiais não atendem às especificações do objeto licitado e proposto, poderá o CONTRATANTE rejeitá-lo, obrigando-se a CONTRATADA a providenciar a substituição do bem não aceito no prazo de 15 dias, garantindo-se ao CONTRATANTE as faculdades previstas no Código de Defesa do Consumidor.

A empresa vencedora responderá civil e criminalmente por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados, à administração e/ou terceiros, por seus empregados credenciados, nos locais de trabalho na execução/entrega do objeto;

A vigência do contrato será de 24 meses **(30/06/2022 à 29/06/2024)**, podendo ser rescindido unilateralmente, por conveniência da Administração ou por infração as disposições legais e contratuais, ou ser prorrogado na conformidade da Lei Federal nº 8.666/93.

**CLÁUSULA OITAVA**

A CONTRATADA se obriga a manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação exigidas na licitação, assumindo, ainda, a obrigação de apresentar, no término do prazo de validade de cada documento, os seguintes comprovantes devidamente atualizados:

- Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;**









- b) **Certidão** de regularidade perante o FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, mediante apresentação do CRF - Certificado de Regularidade de FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal.
- c) **Certidão** de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da *Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)* ou *Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas*, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

#### Parágrafo Primeiro

Os documentos exigidos neste contrato deverão ser apresentados no original, em cópia autenticada por cartório ou por publicação em órgão da imprensa oficial. A autenticação poderá ser feita, ainda, mediante cotejo da cópia com o original, por funcionário do CONTRATANTE devidamente identificado.

#### Parágrafo Segundo

Se a CONTRATADA estiver desobrigada da apresentação de quaisquer documentos solicitados nesta cláusula deverá comprovar esta condição por meio de certificado expedido por órgão competente ou legislação em vigor, na forma exigida no parágrafo primeiro.

#### Parágrafo Terceiro

A CONTRATADA estará dispensada de apresentar os documentos de que trata esta cláusula, caso seja possível, ao CONTRATANTE, verificar a regularidade da situação da CONTRATADA por meio de consulta on-line.

#### CLÁUSULA NONA – Da Garantia

A CONTRATADA apresentará ao CONTRATANTE O prazo de garantia dos produtos fornecidos de no mínimo, três meses para materiais de consumo e de um ano para materiais permanentes e/ou duráveis, contados da data de recebimento pelo Município.

Todo objeto entregue e/ou executado pelo contratado deverá atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade, atentando-se a proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

#### Parágrafo primeiro

A contratante poderá efetuar, a qualquer tempo após a contratação, inspeções para verificar se os materiais atendem às exigências das normas e especificações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – Vedações;

É vedado à CONTRATADA caucionar ou utilizar o presente contrato como garantia para qualquer operação financeira.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I - O contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) **“prática colusiva”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **“prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) **“prática obstrutiva”**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de





impedir materialmente a apuração de alegações de prática; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

III - Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Das Penalidades

A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades aqui estabelecidas.

I. O descumprimento total ou parcial do contrato sujeitará a CONTRATADA às seguintes penalidades:

##### Parágrafo primeiro - Advertência;

1.1. Pelo Setor responsável pelas licitações do Órgão, quando o descumprimento da obrigação correr no âmbito do procedimento licitatório, sendo emitida por documento oficial da CONTRATANTE e Registrada no Tribunal de Contas Estadual, nos seguintes casos:

1.1.1. Quando a licitante atrasar a entrega, no prazo estabelecido no edital, dos documentos e anexos exigidos, por meio eletrônico, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

1.1.2. Quando a licitante ofertar preço visivelmente inexecutável na formulação da proposta inicial ou na fase de lances;

1.1.3. Quando a licitante não honrar com o valor ofertado durante a fase de lances e solicitar sua exclusão antes da aceitação das propostas;

1.1.4. Quando a licitante manifestar intenção de recurso e não impetrá-lo;

1.1.5. Quando a licitante atrasar, sem justificativa pertinente ao certame, qualquer fase da licitação;

1.1.6. Todas as hipóteses tratadas no subitem 1.1 serão válidas quando a empresa descumprir as exigências editalícias pela primeira vez com a Administração, não havendo ocorrência anterior da mesma natureza registrada em sistema ou documento oficial;

1.2. Pelo Ordenador de Despesas do Órgão, orientado pelo Fiscal do contrato ou servidor responsável pelo recebimento do objeto da licitação, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução do objeto, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou em assinar o contrato, nos seguintes casos;

1.2.1. Quando a licitante se recusar a assinar o contrato, por um período de 5 (cinco) dias úteis contados do vencimento do prazo para retirada ou assinatura;

1.2.2. Quando a licitante, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, atrasar ou ensejar o retardamento no início da execução do seu objeto, por um período de 05 (cinco) dias úteis contados do vencimento do prazo para início da execução do objeto;

1.2.3. Quando se tratar de execução de serviços, caso seja identificado atraso superior a 15 (quinze) dias no cumprimento das metas em relação ao Cronograma Aprovado, não justificado pela empresa contratada;

1.2.4. Quando a licitante descumprir qualquer outra obrigação atinente ao objeto da licitação, sendo a advertência registrada e fundamentada em documento específico.

**Parágrafo Segundo - Multa:** É a sanção pecuniária que será imposta à Contratada, pelo Ordenador de Despesas do Órgão, por atraso injustificado na execução do objeto da licitação ou inexecução do mesmo, sendo esta parcial ou total, e será aplicada nos seguintes percentuais:









1.1. Nos casos de atrasos:

1.1.1. 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na execução do objeto da licitação, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, vírgula, nove por cento), que corresponde até 30 (trinta) dias de atraso;

1.1.2. 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na execução do objeto da licitação, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério da CONTRATANTE, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

1.1.3. 2% (dois por cento) sobre o valor total contratado, por descumprimento do prazo de execução do objeto da licitação, sem prejuízo da aplicação do disposto nos subitens 1.1.1 e 1.1.2;

1.2. Nos casos de recusa ou inexecução;

1.2.1. 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido pela CONTRATADA ou inexecução parcial do objeto da licitação, calculado sobre a parte inadimplente;

1.2.2. 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado, pela inexecução total do objeto da licitação ou descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

1.3. A multa será formalizada por simples apostilamento, na forma do artigo 65, parágrafo 8º, da Lei nº 8.666/93 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à Contratada a oportunidade do contraditório e ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do parágrafo 3º do artigo 86 da Lei nº 8.666/93, observada a seguinte ordem;

1.3.1. Mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato, quando houver;

1.3.2. Mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada;

1.3.3. Mediante procedimento administrativo ou judicial de execução;

1.4. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à Contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATADA ou cobrados judicialmente. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte;

1.5. Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado;

1.5.1. O atraso na execução do objeto da licitação não superior a 05 (cinco) dias; e

1.5.2. A execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

1.6. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

1.7. Persistindo o atraso por mais de 30 (trinta) dias, será aberto Processo Administrativo pelo Fiscal do contrato com o objetivo de anulação da nota de empenho e/ou rescisão unilateral do contrato, exceto se houver justificado interesse da CONTRATADA em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, sendo mantidas as penalidades na forma dos subitens 1.2.3 do Parágrafo primeiro e 1.1. do Parágrafo segundo.

**PARAGRAFO TERCEIRO - SUSPENSÃO:** É a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitações e de contratar com a Administração, e suspende o registro cadastral da licitante e/ou contratada no Sistema de Cadastramento de Fornecedores, de acordo com os prazos a seguir:

1.1. Por até 90 (noventa) dias, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, por meio eletrônico, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva, ou ainda, atrasar, sem justificativa pertinente ao certame, qualquer fase da licitação.

1.1.1. A hipótese em que o licitante atrasar, sem justificativa pertinente ao certame, qualquer fase da licitação, será válida quando a empresa for reincidente, já havendo ocorrência anterior da mesma natureza registrada em sistema ou documento oficial;

1.1.2. Por até 2 (dois) anos, quando a licitante, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, não mantiver a proposta, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato.

1.1.3. Por até 05 (cinco) anos, quando a Contratada:

1.1.3.1. Apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação.







- 1.1.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e
- 1.1.3.3. Receber qualquer das multas previstas no parágrafo segundo e não efetuar o pagamento.
- 1.1.3.4. Comportar-se de modo inidôneo.

1.2. São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:

- 1.2.1. O Setor responsável pelas licitações do Órgão, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e
- 1.2.2. O Ordenador de Despesas do Órgão, tanto na Sede quanto nas Superintendências Regionais, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução do objeto da licitação, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato ou qualquer documento hábil que venha substituí-lo.

1.3. A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial Do Município e registrada no Tribunal de Contas Estadual - TCE.

**PARAGRAFO QUARTO - DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE:** A declaração de inidoneidade será aplicada somente pelo(a) Prefeito(a) Municipal, à vista dos motivos informados na instrução processual.

1. Será declarada inidônea a empresa que cometer ato como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

**PARAGRAFO QUINTO - Disposições gerais**

As sanções previstas nos parágrafos terceiro e quarto poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão do contrato:

1.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

1.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

1.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

1.2. Do direito de defesa

1.2.1. É facultado à Contratada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

1.2.2. O recurso será dirigido ao Ordenador de Despesas, por intermédio da autoridade que aplicou a sanção, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

1.2.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste item, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

1.2.4. Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após exaurida a fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Município, devendo constar:

1.2.4.1. A origem e o número do processo em que foi proferido o despacho.

1.2.4.2. O prazo do impedimento para licitar e contratar;

1.2.4.3. O fundamento legal da sanção aplicada; e

1.2.4.4. O nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

1.2.5. Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção comunicará imediatamente ao órgão competente que por sua vez providenciará a imediata inclusão da sanção nos locais competentes.

1.3. Do assentamento em registros

1.3.1. Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Município as sanções aplicadas com fundamento nos itens Parágrafo Primeiro e Parágrafo Segundo, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento e/ou registro em sistema, na forma do artigo 65, parágrafo 8º, da Lei nº 8.666/93.

1.3.2. Os prazos referidos neste documento só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.

1.4. Da sujeição a perdas e danos.

1.4.1. Independentemente das sanções legais cabíveis, previstas no edital, a Contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados a CONTRATADA pelo descumprimento das obrigações licitatórias.







### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

O atraso injustificado na entrega do objeto licitado sujeitará ao fornecedor as sanções previstas na Lei 8.666/93 e alterações.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Dos Casos de Rescisão

O inadimplemento, por parte da **CONTRATADA**, das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato assegurará à **CONTRATANTE**, nos termos da Seção V, do Capítulo III da Lei n.º 8.666/93 em sua atual redação, o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação por escrito, através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento.

#### Parágrafo Primeiro

Fica a critério do representante da **CONTRATANTE** declarar rescindido o contrato, nos termos do "caput" desta cláusula ou aplicar as multas de que trata a cláusula décima segunda deste contrato.

#### Parágrafo Segundo

Fica este contrato rescindido de pleno direito pela **CONTRATANTE**, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, em qualquer dos seguintes casos de inadimplemento por parte da **CONTRATADA**:

- I. Não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- II. Cometimento de irregularidade grave no cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- III. Atraso injustificado da entrega do bem;
- IV. IV - Decretação de falência, pedido de concordata ou instauração de insolvência civil da **CONTRATADA**.
- V. Ausência de entrega de nota fiscal eletrônica (NF-E) considerando a impossibilidade de pagamento.

#### Parágrafo Terceiro

A rescisão contratual também operar-se-á nos seguintes casos:

- I. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a **CONTRATANTE**, devidamente deduzidas em processo administrativo regularmente instaurado;
- II. Supressão, unilateral por parte da Administração, dos quantitativos dos bens, acarretando modificação do valor inicial do contrato, além do limite permitido no artigo 65, parágrafo 1º, da Lei 8.666/93;
- III. Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- IV. Descumprimento do disposto no inciso V, do art. 27 da Lei n.º 8.666/93, com redação dada pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1.999.

#### Parágrafo Quarto

A rescisão deste contrato poderá ser:

- I. Determinada por ato unilateral e escrito da **CONTRATANTE** nos casos enumerados nesta minuta;
- II. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- III. Judicial, nos termos da legislação processual, vigente à época da rescisão contratual.

#### Parágrafo Quinto

Nos casos de rescisão administrativa ou amigável que tratam, respectivamente, os itens I e II, do parágrafo anterior, haverá precedência de autorização escrita e fundamentada da **CONTRATANTE**.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Das Alterações Contratuais

- I. Este contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art.





CLAUSULA DECIMA TERCEA

O scrisoare de intenție în scopul de a fi prezentată la instanța de judecată în caz de litigiu este prezintă în

CLAUSULA DECIMA QUARTA - Descrierea de Brevet

O descriere de invenție, pentru scopul de a fi prezentată la instanța de judecată în caz de litigiu, este prezintă în

Paragraful Primul

Pentru a fi prezentată la instanța de judecată în caz de litigiu, este prezintă în

Paragraful Al Doilea

Pentru a fi prezentată la instanța de judecată în caz de litigiu, este prezintă în

Paragraful Al Treilea

Pentru a fi prezentată la instanța de judecată în caz de litigiu, este prezintă în

Paragraful Al Patrulea

Pentru a fi prezentată la instanța de judecată în caz de litigiu, este prezintă în

Pentru a fi prezentată la instanța de judecată în caz de litigiu, este prezintă în

Paragraful Al Cincelea

A scrisoare de intenție în scopul de a fi prezentată la instanța de judecată în caz de litigiu este prezintă în

Pentru a fi prezentată la instanța de judecată în caz de litigiu, este prezintă în

Pentru a fi prezentată la instanța de judecată în caz de litigiu, este prezintă în

Pentru a fi prezentată la instanța de judecată în caz de litigiu, este prezintă în

Pentru a fi prezentată la instanța de judecată în caz de litigiu, este prezintă în

Paragraful Al Șaselea

A scrisoare de intenție în scopul de a fi prezentată la instanța de judecată în caz de litigiu este prezintă în

Pentru a fi prezentată la instanța de judecată în caz de litigiu, este prezintă în

Pentru a fi prezentată la instanța de judecată în caz de litigiu, este prezintă în

Pentru a fi prezentată la instanța de judecată în caz de litigiu, este prezintă în

Paragraful Al Șaptelea

Pentru a fi prezentată la instanța de judecată în caz de litigiu, este prezintă în

CLAUSULA DECIMA QUINTA - Descrierea de Brevet

Pentru a fi prezentată la instanța de judecată în caz de litigiu, este prezintă în



65 da Lei n.º 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Dos Casos Omissos**

Os casos omissos serão resolvidos pelo Município de Manfrinópolis, à luz da legislação, da jurisprudência e da doutrina aplicável à espécie.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Do Foro**

Fica eleito o foro da comarca de Francisco Beltrão-PR para dirimir quaisquer questões relativas a este contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo com o ajustado e contratado, as partes, através de seus representantes, firmam o presente contrato, em três vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

Manfrinópolis em 30/06/2022

*Ilena D. P. Oliveira*

**Município de Manfrinópolis**  
**Ilena De Fatima Pegoraro Oliveira**  
**022.654.289-06**  
**Prefeita Municipal**

*Kairo G. Turski*  
**KAIRO GILLIARDI TURSKI 0166370271**  
**KAIRO GILLIARDI TURSKI**  
**016.637.020-71**

*Susana Francisconi*  
**SUSANA FRANCISCONI**  
**03441940946**  
**Testemunha**

*Tiago Custin Nesi*  
**TIAGO CUSTIN NESI**  
**06844989954**  
**Testemunha**

LEI EST. Nº  
11.261/95

**MANFRINÓPOLIS - PR**

21/12/95





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 01.414.341/0001-09

000.000

Ata da 1ª Sessão Ordinária de 2009

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Das Cotas Ordinárias

Os casos ordinários serão resolvidos pelo Município de Marília, de acordo com a legislação em vigor, e de acordo com o disposto no presente regulamento.

## CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Do Fim

Fica eleito o foro da comarca de Marília para dirimir quaisquer questões relativas a este contrato, com exceção de eventuais questões que possam ser resolvidas por este.

E, por estar em acordo com o disposto no presente regulamento, as partes, através de seus representantes, firmam o presente contrato, em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Marília, 05 de 05 de 2009.

KAIRO GILMARDI TURSKI 016837620-71  
KAIRO GILMARDI TURSKI  
016837620-71

Município de Marília  
Rua Dr. João Ribeiro Oliveira  
023.024.288-07  
Prefeitura Municipal

ILDO GUSTAVO NEBI  
0084488254  
Testemunha

SUSANA FRANCISCONI  
03441940848  
Testemunha



EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

O Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, com base na Lei Federal nº 8.666/93 e legislação complementar, EXTRATO DE CONTRATO.

**CONTRATO Nº 87 de 2022.**

**OBJETO: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**Aquisição de aparelhos de Ar condicionado para atender as necessidades da Administração Municipal, conforme processo de Pregão nº 46/2022.**

**CONTRATADO: KAIRO GILLIARDI TURSKI 0166370271. CNPJ: 42.265.857/0001-83**

**VALOR CONTRATADO: 20.800,00 (Vinte Mil e Oitocentos Reais).**

**DATA DA ASSINATURA: 30/06/2022.**

**RECURSOS: próprios e ou oriundos de Convênios.**

**PAGAMENTO: O pagamento será efetuado Até 30 dias após emissão de nota fiscal..**

**PRAZO DE EXECUÇÃO: 365 dias após a assinatura do contrato.**

Manfrinópolis, 30/06/2022.

*Ilena de Fátima Pegoraro Oliveira*  
**ILENA DE FATIMA PEGORARO OLIVEIRA**  
Prefeita Municipal

LEI EST. Nº  
11.261/95

**MANFRINÓPOLIS - PR**

21/12/95

**PUBLICADO NO  
Jornal Tribuna Regional**

Edição nº 2030 Pág.: 5A  
Data: 02 / 07 / 2022.

**PUBLICADO NO  
DIOM/PR**

Edição nº 2552 Pág.: 194  
Data: 01 / 07 / 2022.





EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

O Município de Maringá, Estado do Paraná, JORNAL PÚBLICO, com base na Lei Federal nº 8.666/93 e legislação complementar, EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 87 de 2022.

OBJETO: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de aparelhos de Ar condicionado para atender as necessidades da Administração Municipal, conforme processo de Pregão nº 40/2022.

CONTRATADO: KAIO GILLARDI TURSKI 016837877, CNPJ: 42.282.587/0001-83

VALOR CONTRATADO: 20.800,00 (Vinte Mil e Oitocentos Reais).

DATA DA ASSINATURA: 30/08/2022.

RECURSOS: próprios e ou recursos de terceiros.

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado até 30 dias após emissão de nota fiscal.

PRazo DE EXECUÇÃO: 282 dias após a assinatura do contrato.

Maringá, 30/08/2022.

LENA DE FATIMA REGORARO OLIVEIRA  
Prefeita Municipal

<b>PUBLICADO NO</b> <b>Jornal Tribuna Regional</b>	<b>PUBLICADO NO</b> <b>DIOMIR</b>
Em 30/08/2022	Em 30/08/2022
Por: [Assinatura]	Por: [Assinatura]

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Mandirituba, 30 de junho de 2022.

**ELIANE STAREPRAVO CORDEIRO**

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente

**Publicado por:**

Érica Fabiana Batista de Jesus  
Código Identificador:46268EBD

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA  
RETIFICAÇÃO DE EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº  
062/2022**

**RETIFICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº  
062/2022.**

O MUNICÍPIO de Mandirituba, torna público que às 09:00 horas do dia 14 de Julho de 2022, na plataforma do Governo Federal pelo site [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), realizará licitação na modalidade Pregão eletrônico, do tipo menor preço, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para aquisição de:

Objeto	Quantidade	Valor Total (R\$)	Prazo (Dias)
Escavadeira Hidráulica	01	948.000,00	180

Informações e esclarecimentos relativos ao edital, modelos e anexos poderão ser solicitados junto ao Pregoeiro Roberto I. Pereira, Paraná, Brasil - Telefone: (41) 3626-1122 ramal 224- E-mail [licitacoes@mandirituba.pr.gov.br](mailto:licitacoes@mandirituba.pr.gov.br). A Pasta Técnica, com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinada no seguinte endereço [www.mandirituba.pr.gov.br](http://www.mandirituba.pr.gov.br) e [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) ou fornecido através de solicitação pelo e-mail: [licitacoes@mandirituba.pr.gov.br](mailto:licitacoes@mandirituba.pr.gov.br), das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

Mandirituba, 30 de Junho de 2022.

**LUIS ANTONIO BISCAIA -**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Roberto Inocência Pereira  
Código Identificador:9C836C79

**ESTADO DO PARANÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS**

**ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
PORTARIA Nº 3606/2022 - 28.06.2022**

Concede férias proporcionais a Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

Ilena de Fátima Pegoraro Oliveira, Prefeita Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 0157/2002 de 08/07/2002, Art. 74 com suas alterações posteriores e conforme Processo nº 077/2022 – SRH de 23 de maio de 2022,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder 16 (dezesesseis) dias de férias a Servidora Pública Municipal Sra. SUSANA FRANCISCONI, cadastrada na Matrícula nº 4061, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de OFICIAL ADMINISTRATIVO no Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, sendo 16 (dezesesseis) dias a serem usufruídos no período de 05.07.2022 a 20.07.2022, e 04 (quatro) dias a serem usufruídos futuramente, referentes ao Período Aquisitivo de 01.03.2020 a 28.02.2021.

Art. 2º - Converter em Abono Pecuniário 10 (dez) dias das férias referente ao Período Aquisitivo de 01.03.2020 a 28.02.2021.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Manfrinópolis, em 28 de junho de 2022.

**ILENA DE FÁTIMA PEGORARO OLIVEIRA**

Prefeita Municipal

**Publicado por:**

Susana Francisconi

Código Identificador:3C487797

**ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
EXTRATO DE CONTRATO 87-2022**

**EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO**

O Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, com base na Lei Federal nº 8.666/93 e legislação complementar, EXTRATO DE CONTRATO.

**CONTRATO Nº 87 de 2022.**

**OBJETO: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Aquisição de aparelhos de Ar condicionado para atender as necessidades da Administração Municipal, conforme processo de Pregão nº 46/2022.

**CONTRATADO: KAIRO GILLIARDI TURSKI 0166370271.**

**CNPJ: 42.265.857/0001-83**

**VALOR CONTRATADO: 20.800,00 (Vinte Mil e Oitocentos Reais).**

**DATA DA ASSINATURA: 30/06/2022.**

**RECURSOS:** próprios e ou oriundos de Convênios.

**PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado Até 30 dias após emissão de nota fiscal..

**PRAZO DE EXECUÇÃO:** 365 dias após a assinatura do contrato.

Manfrinópolis, 30/06/2022.

**ILENA DE FÁTIMA PEGORARO OLIVEIRA**

Prefeita Municipal

**Publicado por:**

Jessica Andrea Soster

Código Identificador:A71A42D6

**ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
EXTRATO DE CONTRATO 88-2022**

**EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO**

O Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, com base na Lei Federal nº 8.666/93 e legislação complementar, EXTRATO DE CONTRATO.

**CONTRATO Nº 88 de 2022.**

**OBJETO: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Aquisição de aparelhos de Ar condicionado para atender as necessidades da Administração Municipal, conforme processo de Pregão nº 46/2022.

**CONTRATADO: MASTER ELETRODOMÉSTICOS. CNPJ: 33.859.616/0001-71**

**VALOR CONTRATADO: 30.240,00 (Trinta Mil, Duzentos e Quarenta Reais).**

**DATA DA ASSINATURA: 30/06/2022.**

**RECURSOS:** próprios e ou oriundos de Convênios.

**PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado Até 30 dias após emissão de nota fiscal..

**PRAZO DE EXECUÇÃO:** 365 dias após a assinatura do contrato.

Manfrinópolis, 30/06/2022.

**ILENA DE FÁTIMA PEGORARO OLIVEIRA**

Prefeita Municipal

**Publicado por:**

Jessica Andrea Soster

Código Identificador:6CA99386

**ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
EXTRATO DE CONTRATO 89-2022**






**ESTADO DO PARANÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE  
FLOR DA SERRA DO SUL**
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PSS Nº 02/2022**
**EDITAL Nº 03/2022 – RESULTADO PRELIMINAR DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES**

O Presidente da Comissão de Avaliação e Seleção do Processo Seletivo Simplificado 02/2022 do Município de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, nomeado pela Portaria 164/2022, no uso das suas atribuições legais, resolve,

**TORNAR PÚBLICO**

O Resultado Preliminar da Homologação das Inscrições no Processo Seletivo Simplificado-PSS para seleção de profissionais em caráter temporário e excepcional, regulamentado pelo edital 02/2022, conforme lista de Inscrições que segue abaixo:

**1. Inscrições homologadas:**
**a) Assistente Social:**

Nome	Homologada
Giovana Bloch Martins	Sim
Jucemara de Moraes Romanoski	Sim
Sonia Reichert	Sim
Talita Schwingel Calgaro	Sim

**b) Técnico em Enfermagem:**

Nome	Homologada
Cleomar Cavallero da Silva	Sim
Grazieli Wandscheer	Sim
Ivone Tozzatti Pauletti	Sim
Marlucci Militz	Sim
Rosângela Farias	Sim

**c) Auxiliar de Serviços Gerais:**

Nome	Homologada
Ivete da Silva Barroni	Sim
Vanessa dos Santos	Sim
Zenilde de Lara	Sim

**d) Psicólogo:**

Nome	Homologada
Natalia Fernanda Pilati	Sim
Tâmily Miot	Sim

**2. Inscrições não homologadas:**

Nome	Motivo de não homologação
Marina Pariza Reis	Não apresentou declaração de acumulo de cargos - Item 2.3.13
Camilla Hoffmeyer	Não apresentou declaração de acumulo de cargos - Item 2.3.13 - quitação eleitoral - 2.3.2
Ediane de Oliveira	Não apresentou declaração de acumulo de cargos - Item 2.3.13; Declaração de impedimentos - 2.3.14 - 2.3.12
Arduighi	Não apresentou declaração de acumulo de cargos - Item 2.3.13; Declaração de impedimentos - 2.3.14 - 2.3.12
Ernesto Pedrosa de Castro	Não apresentou declaração de acumulo de cargos - Item 2.3.13; Declaração de impedimentos - 2.3.14 - 2.3.12
Vera Lucia Rodrigues da Silva	Não apresentou comprovante de quitação eleitoral da última eleição - 2.3.2
Angélica Silveira Duarte	Não apresentou declaração de acumulo de cargos - Item 2.3.13
Edina Cristina Rinaldi	Não apresentou declaração de acumulo de cargos - Item 2.3.13; Declaração de impedimentos - 2.3.14 - 2.3.12
Janete Dally Rizzardi	Não apresentou comprovante de escolaridade - séries iniciais concluída - 2.3.8
Silvana Magro	Não apresentou declaração de acumulo de cargos - Item 2.3.13
Silvia Gasperetto	Não apresentou declaração de acumulo de cargos - Item 2.3.13
Sueli dos Santos Serpa	Não apresentou declaração de acumulo de cargos - Item 2.3.13
Viviane Pantofla da Silva	Apresentou inscrição fora do prazo
Geneci Gabriela Ferraz	Não apresentou ficha de inscrição. Não apresentou declaração de acumulo de cargos - Item 2.3.13; Declaração de impedimentos - 2.3.14 - 2.3.12; comprovante de escolaridade

Flor da Serra do Sul-PR, 01 de julho de 2022.

Adalberto Luiz Klauk

 Presidente Comissão de Avaliação e Seleção de  
Pessoal PSS 02/2022

**ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRAÇÃO  
EXTRATO DO CONTRATO - PREGÃO PRESENCIAL: Nº 66/2022**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BARRAÇÃO/PR.

OBJETO: Aquisição de materiais de expediente para a farmácia Municipal através do recurso IOF (Incentivo à Organização de Assistência Farmacêutica). VIGÊNCIA: Seis meses

 CONTRATO: Nº 177/2022 - CONTRATADA: JOELMA PEDON & CIA LTDA  
VALOR: R\$ 1.000,00 (um mil real)

 CONTRATO: Nº 178/2022 - CONTRATADA: ZILMAR LAZAROTTO - ME  
VALOR: R\$ 1.020,50 (um mil com vinte reais e cinquenta centavos)

**ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRAÇÃO  
EXTRATO DE CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO**

CONTRATANTE: Município de Barração-PR

 CONTRATADO: YASMIN BRUNA DOS SANTOS DA LUZ OBJETO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS  
VALOR: R\$ 1.212,00. VIGÊNCIA: 01/06/2022 À 20/12/2022

**ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRAÇÃO  
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO - PREGÃO PRESENCIAL: Nº 17/2022**

CONTRATO: Nº 47/2022 - CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BARRAÇÃO/PR.

 CONTRATADA: SBA ABASTECEDORA E FRETES RODOVIAIS LTDA EPP  
OBJETO: Fica suprimido ao contrato.

Item 01: Gasolina comum, que passa a ser 6,71 (seis reais e setenta e um centavos)

**ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/2022 - PROCESSO Nº 87/2022**

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Expirado o prazo recursal, torna-se publica a homologação do objeto do procedimento licitatório, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/2022, do tipo Menor Preço por Item, as empresas: LIPPEL ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS LTDA, vencedora do Item nº 01. Barração/PR, 30 de junho de 2022. JORGE LUIZ SANTIN - PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS**
**PROCESSO SELETIVO Nº 001/2021 - EDITAL Nº 030/2022**

A Prefeitura Municipal de Manfrinópolis, através do Setor de Recursos Humanos, no uso das atribuições conferidas nos termos do artigo 37, inciso IX da Constituição Federal e demais disposições atinentes à matéria, mediante as condições estipuladas no Edital nº 001/2021 de 18 de agosto de 2021 e considerando a homologação do Resultado Final do Processo Seletivo Edital nº 007/2021 de 20 de setembro de 2021, resolve CONVOCAR o(s) candidato(s) a seguir relacionado(s), a comparecer(em):

- No Setor Recursos Humanos, no dia 22 de julho de 2022, no horário das 08:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:00 horas, para fins de apresentação dos seguintes documentos:
- Comprovar ser brasileiro nato, naturalizado ou gozar das prerrogativas de legislação específica;
  - Comprovação de idade mínima de 18 (dezoito) anos;
  - Fotocópia da Carteira de Identidade (frente e verso);
  - Fotocópia do cartão do CPF (frente e verso);
  - Fotocópia do Título de Eleitor (frente e verso);
  - Certidão de quitação eleitoral: (<https://www.tse.jus.br/eleitor/certidao/certidao-de-quitacao-eleitoral>);
  - Fotocópia comprovando quitação das obrigações militares (frente e verso), se for o caso;
  - Fotocópia Carteira de Nascimento ou casamento;
  - Fotocópia da Certidão dos Filhos menores de 14 anos;
  - Fotocópia do Histórico Escolar e/ou diploma que comprove o nível de escolaridade exigido para o exercício de cargo;

k. Comprovação da inexistência de antecedentes criminais: ESTADUAL (<https://www.projetoatual.org.br/servicos/seguranca/alestados-a-Certidao-Golcitar-atestado-de-antecedentes-a-Vozes819>);

l. Comprovação da inexistência de antecedentes criminais: FEDERAL (<https://www.trf.jus.br/diario/certidao-de-quitacao>);

- Laudo médico de aptidão física e mental;
- Uma foto 3 x 4 recente;
- Fotocópia de comprovante de inscrição no PIS/PASEP;
- Fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- Fotocópia do Comprovante de Residência atualizado;
- Fotocópia da CNH, com categoria B ou superior;
- Declarações solicitadas no item 3.1 (Letras F e H do Edital nº 001/2021, sendo: Declaração do exercício ou não de cargo, emprego ou função pública nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, Federal ou Municipal, para fins de verificação do acúmulo de cargos; Modelo Anexo I e Declaração de não haver sofrido sanção impeditiva do exercício de cargo público; Modelo Anexo II); ou - No caso de destituição da vaga, comparecer no Setor Recursos Humanos, no prazo de até 03 (três) dias para apresentar o Termo de Destituição da vaga.

\*O(s) candidato(s) considerado(s) habilitado(s)/apto(s), será(ão) convocado(s) através de edital para tomar(em) posse no prazo legal.

**Classificação**
**2º VALDEYRE FLORES DE QUADROS**

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, em 30 de junho de 2022.

Ilená de Fátima Pegoraro Oliveira - Prefeita Municipal

**(MODELO) ANEXO I - DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) do RG sob nº \_\_\_\_\_ SSP/\_\_\_\_\_, brasileiro(a),

(estado civil), residente e domiciliado(a) na \_\_\_\_\_ (endereço)

completo), CEP: \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_, Estado do(a) \_\_\_\_\_

CONVOCAÇÃO(A) nesta data para assumir o cargo de \_\_\_\_\_

na Prefeitura Municipal de Manfrinópolis/PR. DECLARO, que não sou ocupante de outro cargo ou emprego público, em qualquer das esferas de governo: Municipal, Estadual ou Federal, bem como não percebo benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do Regime Geral de Previdência Social relativo a emprego público (art. 37, § 10 da CF), ressalvadas as exceções previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal.

Por ser verdade, firmo a presente. \_\_\_\_\_ (data).

(Nome completo) - Declarante

**(MODELO) ANEXO II - DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) do RG sob nº \_\_\_\_\_ SSP/\_\_\_\_\_, brasileiro(a),

(estado civil), residente e domiciliado(a) na \_\_\_\_\_ (endereço)

completo), CEP: \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_, Estado do(a) \_\_\_\_\_

CONVOCAÇÃO(A) nesta data para assumir o cargo de \_\_\_\_\_

na Prefeitura Municipal de Manfrinópolis/PR. DECLARO, não ter sofrido, penalidade de demissão a bem de serviço público anteriormente.

Por ser verdade, firmo a presente. \_\_\_\_\_ (data).

(Nome completo) - Declarante

**ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS**

DECRETO Nº 1523/2022 - 28.06.2022 - Exonera a pedido por motivos particulares, Servidora Pública Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, e dá outras providências.

Ilená de Fátima Pegoraro Oliveira, Prefeita Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 0157/2002 de 08/07/2002, Art. 41, Inciso I e Art. 42 com suas posteriores alterações, bem como conforme Processo nº 100/2022 - SRH de 27 de junho de 2022, DECRETA: Art. 1º - Fica exonera a pedido por motivos particulares, a Servidora Pública Municipal Sra. GABRIELA MODANES PRIOR, cadastrada na Matrícula nº 10591, ocupante do Cargo de Provedor Efetivo de ODONTOLOGO no Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, a partir de 1º de julho de 2022, conforme disposições da Lei Municipal nº 0157/2002 de 08/07/2002, Art. 41, Inciso I e Art. 42 com suas posteriores alterações, bem como conforme Processo nº 100/2022 - SRH de 27 de junho de 2022. Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Gabinete da Prefeitura Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, em 28 de junho de 2022. Ilená de Fátima Pegoraro Oliveira - Prefeita Municipal

**ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL: Nº 67/2022.**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BARRAÇÃO/PR.

CONTRATADA: EKOS PSICOLOGIA E ASSESSORIA EM REC. HUMANOS - CONTRATO: Nº 179/2022

OBJETO: Contratação de empresa para a prestação de serviços profissionais de Psicologia visando a aplicação de testes WISC IV, para avaliação dos alunos da Rede Municipal de Educação de Barração. VALOR: R\$ 10.450,00 (dez mil com quatrocentos e cinquenta reais). VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

**ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS**

AVISO DE LICITAÇÃO - Pregão Eletrônico Nº 52/2022

Regido pela Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93

Lei Complementar 123/2016 alterada pela Lei nº 147/2014 e Lei Complementar Municipal nº 01/2015

RECURSOS: próprios e ou oriundos de convênios.

O MUNICÍPIO DE MANFRINÓPOLIS, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 01.614.343/0001-09, torna público que fará realizar dia 19/07/2022, na página "licitações-e" constante da página eletrônica [www.bb.com.br](http://www.bb.com.br), abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2022 do tipo: MENOR PREÇO POR ITEM, Regido pela Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Lei Complementar 123/2016 alterada pela Lei nº 147/2014 e Lei Complementar Municipal nº 01/2015, para:

OBJETO: Aquisição de materiais de limpeza para atender as necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Manfrinópolis Paraná, mediante licitação. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até dia 19/07/2022, às 07:30 horas. ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 19/07/2022, às 08:30 horas. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: dia 19/07/2022, às 08:30 horas

EDITAL: outras informações complementares poderão obtidas na Prefeitura Municipal de Manfrinópolis, no endereço supracitado, de 2ª a 6ª feira, no horário normal de expediente ou pelo telefone/fax: (0xx46) 3562-1001 e também através do e-mail: [licitacao@manfrinopolis.pr.gov.br](mailto:licitacao@manfrinopolis.pr.gov.br)

Manfrinópolis, em 01/07/2022. Ilená De Fátima Pegoraro Oliveira - Prefeita Municipal

**ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS**

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO - O Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, com base na Lei Federal nº 8.666/93 e legislação complementar, EXTRATO DE CONTRATO. CONTRATO Nº 87 de 2022. OBJETO: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO. Aquisição de aparelhos de Ar condicionado para atender as necessidades da Administração Municipal, conforme processo de Pregão nº 46/2022.

CONTRATADO: KAIRO GILLIARDI TURSKI 0166370271. CNPJ: 42.265.857/0001-83. VALOR CONTRATADO: 20.800,00 (Vinte Mil e Oitocentos Reais). DATA DA ASSINATURA: 30/06/2022. RECURSOS: próprios e ou oriundos de Convênios. PAGAMENTO: O pagamento será efetuado até 30 dias após emissão de nota fiscal. PRAZO DE EXECUÇÃO: 365 dias após a assinatura do contrato. Manfrinópolis, 30/06/2022. ILENÁ DE FÁTIMA PEGORARO OLIVEIRA - Prefeita Municipal





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 01.614.343/0001-09

000217

Contrato de aquisição de materiais nº 88/2022, que entre si celebram de um lado o **Município de Manfrinópolis** e de outro lado a Empresa **MASTER ELETRODOMÉSTICOS**.

O MUNICÍPIO DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 01.614.343/0001-09, com sede administrativa à Prefeitura Municipal, situada na Rua Encantado, nº 11, Centro, CEP nº 85.628-000, neste Município, neste ato representado pelo(a) Prefeito(a) Municipal Sr(a). Ilena De Fatima Pegoraro Oliveira, portadora da Cédula de Identidade RG nº 76403171 – SSP/PR e do CPF/MF nº 022.654.289-06, e, residente e domiciliado(a) na Cidade de Manfrinópolis, Estado do Paraná, a seguir denominado CONTRATANTE e, de outro lado à empresa **MASTER ELETRODOMÉSTICOS**, Pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **33.859.616/0001-71**, Com sede à AVENIDA ADALBERTO SIMÃO NADER, 163 - CEP: 29070010 - BAIRRO: REPÚBLICA, Vitória/ES, Neste ato representado pelo Sr FERNANDA APARECIDA VIEIRA FRITZEN, Portador da Cédula de Identidade nº 6.527.722 e do CPF nº 091.192.159-16, Residente e domiciliado na cidade de RUA ARTHUR WEISE, 290 - CEP: 89032290 - BAIRRO: AGUA VERDE, a seguir denominada CONTRATADA, têm entre si justo e contratada o constante nas cláusulas a seguir enumeradas:

## CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

O presente contrato tem por objeto a **Aquisição de aparelhos de Ar condicionado para atender as necessidades da Administração Municipal**, fornecido pela CONTRATADA, de acordo com as condições e especificações mínimas exigidas no Edital de **Pregão Presencial nº 46 /2022**.

ITENS								
Lote	Item	Código do produto	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unid	Qtd	Preço unitário	Preço total
Lote 201		4311	Aparelho de ar condicionado, modelo Split, com capacidade de 18.000 BTU's, quente/frio 220 V, Com fluido refrigerante R-410a (Sistema Inverter) — Com mão de obra de instalação, drenos e demais materiais para instalação.	PHILCO	UNID	8,00	3.780,00	30.240,00
TOTAL								30.240,00

## CLÁUSULA SEGUNDA - Da Contratação

Ficam integrados a este Contrato, independente de transcrição, os seguintes documentos cujos teores são de conhecimento da CONTRATADA: atos convocatórios, edital de licitação, especificação e ou memoriais, proposta da proponente vencedora, parecer de julgamento e todos os demais documentos produzidos no procedimento licitatório referido na cláusula primeira.

### Parágrafo Único

A assinatura do presente contrato indica que a CONTRATADA possui plena ciência de seu conteúdo, bem como dos demais documentos vinculados ao presente, sujeitando-se às normas da Lei 8.666/93 e à totalidade das cláusulas contratuais aqui estabelecidas.

## CLÁUSULA TERCEIRA - Regime de execução

A contratação se dará na modalidade de **Pregão Presencial**, sob o regime de execução indireta, do tipo menor preço.

## CLÁUSULA QUARTA - Da Responsabilidade do Gerenciamento e Fiscalização

O MUNICÍPIO DE MANFRINÓPOLIS, através do Executivo Municipal gerenciará e fiscalizará o presente contrato.

Fica estabelecido como gestor e fiscal de contrato a Servidora ISABEL CAROLINA MOCHNACZ.

## CLÁUSULA QUINTA - Das Condições de Pagamento

Cumpridas as obrigações contratuais dispostas neste instrumento e no edital do **Pregão Presencial nº 46/2022** O pagamento será realizado mensalmente, em até 30 (trinta dias) do mês subsequente à

FERNANDA APARECIDA VIEIRA FRITZEN:09119215916

Assinado de forma digital por FERNANDA APARECIDA VIEIRA FRITZEN:09119215916  
Dados:  
2022.07.01  
19:50:31 -03'00'









# PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 01.614.343/0001-09

030218

entrega dos materiais e emissão da nota fiscal, uma vez implementada as demais condições exigidas na forma de pagamento.

## Parágrafo Primeiro

A despesa decorrente deste pagamento correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

DOTAÇÕES				
Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
780	05.001.08.244.0003.2011	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2960	09.001.20.606.0009.2047	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício

## Parágrafo Segundo

O CNPJ/MF constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta, sob pena de não ser efetuado o pagamento.

## Parágrafo Terceiro

Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que tenha sido imposta à CONTRATADA pela CONTRATANTE, em decorrência de penalidade ou inadimplência. Nos termos da legislação vigente.

## CLÁUSULA SEXTA – Do VALOR ORIGINAL e ATUALIZAÇÃO DE VALORES

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de **R\$. 30.240,00 (Trinta Mil, Duzentos e Quarenta Reais)** pela entrega dos materiais, referente ao objeto lícito.

Para restaurar o equilíbrio econômico financeiro face a eventuais aumentos justificados do objeto ocorridos após a efetiva contratação o contratado deverá fazer prova e justificar seu pleito perante a administração municipal.

Reajustes do valor do objeto somente poderão se aperfeiçoar após o decurso do período de 12 meses de contratação, passando a incidir sobre o objeto a partir do 13º mês de contratação. Quando for o caso tomar-se-á como referência os índices oficiais do INPC, ou outro que o venha a substituir, para as devidas e necessárias correções.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DA ENTREGA e VIGÊNCIA DO CONTRATO

Obriga-se a CONTRATADA entregar os materiais licitados em **Dias** a partir da data da solicitação, podendo ser solicitado parcialmente no período de execução do contrato que será de **12 meses (30/06/2022 à 29/06/2023)** de acordo com a necessidade da Prefeitura Municipal.

Por ocasião da entrega dos materiais, caso seja detectado que os materiais não atendem às especificações do objeto lícito e proposto, poderá o CONTRATANTE rejeitá-lo, obrigando-se a CONTRATADA a providenciar a substituição do bem não aceito no prazo de 15 dias, garantindo-se ao CONTRATANTE as faculdades previstas no Código de Defesa do Consumidor.

A empresa vencedora responderá civil e criminalmente por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados, à administração e/ou terceiros, por seus empregados credenciados, nos locais de trabalho na execução/entrega do objeto;

A vigência do contrato será de 24 meses (**30/06/2022 à 29/06/2024**), podendo ser rescindido unilateralmente, por conveniência da Administração ou por infração as disposições legais e contratuais, ou ser prorrogado na conformidade da Lei Federal nº 8.666/93.

## CLÁUSULA OITAVA

A CONTRATADA se obriga a manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação exigidas na licitação, assumindo, ainda, a obrigação de apresentar, no término do prazo de validade de cada documento, os seguintes comprovantes devidamente atualizados:

- Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;**
- Certidão de regularidade perante o FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, mediante apresentação do CRF - Certificado de Regularidade de FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal.**

FERNAND  
A  
APARECID  
A VIEIRA  
FRITZEN:0  
91192159  
16

Assinado de  
forma digital  
por FERNANDA  
APARECIDA  
VIEIRA  
FRITZEN:09119  
215916  
Dados:  
2022.07.01  
19:50:42 -03'00'





Este instrumento de empenho é celebrado entre o Estado e o particular, nos termos da Lei nº 1/2018, de 1 de Janeiro, e da Lei nº 1/2019, de 1 de Janeiro, e tem por objecto a aquisição de bens e serviços.

Artigo 1.º - Objeto

O presente instrumento de empenho tem por objecto a aquisição de bens e serviços, nos termos da Lei nº 1/2018, de 1 de Janeiro, e da Lei nº 1/2019, de 1 de Janeiro.

Artigo 2.º - Prazo

Valor da aquisição (em Meticup)		Valor da aquisição (em Meticup)	
Valor da aquisição (em Meticup)	Valor da aquisição (em Meticup)	Valor da aquisição (em Meticup)	Valor da aquisição (em Meticup)
Valor da aquisição (em Meticup)	Valor da aquisição (em Meticup)	Valor da aquisição (em Meticup)	Valor da aquisição (em Meticup)

Artigo 3.º - Prazo de entrega

O prazo de entrega dos bens e serviços é de 30 dias úteis, a contar da data da assinatura do presente instrumento de empenho.

Artigo 4.º - Prazo de validade

O presente instrumento de empenho é válido por 30 dias úteis, a contar da data da assinatura do presente instrumento de empenho.

### CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR ORÇAMENTAL E DA TITULARIDADE

O valor orçamental do presente instrumento de empenho é de Meticup 100.000,00 (cem mil meticup), e a titularidade é do Estado.

O valor orçamental do presente instrumento de empenho é de Meticup 100.000,00 (cem mil meticup), e a titularidade é do Estado.

O valor orçamental do presente instrumento de empenho é de Meticup 100.000,00 (cem mil meticup), e a titularidade é do Estado.

### CLÁUSULA SÉTIMA - DA ENTREGA E DO PAGAMENTO

A entrega dos bens e serviços é feita de acordo com o prazo estabelecido no presente instrumento de empenho.

O pagamento dos bens e serviços é feito de acordo com o prazo estabelecido no presente instrumento de empenho.

O pagamento dos bens e serviços é feito de acordo com o prazo estabelecido no presente instrumento de empenho.

O pagamento dos bens e serviços é feito de acordo com o prazo estabelecido no presente instrumento de empenho.

### CLÁUSULA OITAVA

O presente instrumento de empenho é válido por 30 dias úteis, a contar da data da assinatura do presente instrumento de empenho.

O presente instrumento de empenho é válido por 30 dias úteis, a contar da data da assinatura do presente instrumento de empenho.

O presente instrumento de empenho é válido por 30 dias úteis, a contar da data da assinatura do presente instrumento de empenho.





- c) **Certidão** de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da *Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)* ou *Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas*, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

#### **Parágrafo Primeiro**

Os documentos exigidos neste contrato deverão ser apresentados no original, em cópia autenticada por cartório ou por publicação em órgão da imprensa oficial. A autenticação poderá ser feita, ainda, mediante cotejo da cópia com o original, por funcionário do CONTRATANTE devidamente identificado.

#### **Parágrafo Segundo**

Se a CONTRATADA estiver desobrigada da apresentação de quaisquer documentos solicitados nesta cláusula deverá comprovar esta condição por meio de certificado expedido por órgão competente ou legislação em vigor, na forma exigida no parágrafo primeiro.

#### **Parágrafo Terceiro**

A CONTRATADA estará dispensada de apresentar os documentos de que trata esta cláusula, caso seja possível, ao CONTRATANTE, verificar a regularidade da situação da CONTRATADA por meio de consulta on-line.

#### **CLÁUSULA NONA – Da Garantia**

A CONTRATADA apresentará ao CONTRATANTE O prazo de garantia dos produtos fornecidos de no mínimo, três meses para materiais de consumo e de um ano para materiais permanentes e/ou duráveis, contados da data de recebimento pelo Município.

Todo objeto entregue e/ou executado pelo contratado deverá atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade, atentando-se a proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

#### **Parágrafo primeiro**

A contratante poderá efetuar, a qualquer tempo após a contratação, inspeções para verificar se os materiais atendem às exigências das normas e especificações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – Vedações;**

É vedado à CONTRATADA caucionar ou utilizar o presente contrato como garantia para qualquer operação financeira.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

I - O contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) **"prática corrupta"**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **"prática fraudulenta"**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) **"prática colusiva"**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **"prática coercitiva"**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) **"prática obstrutiva"**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante

FERNAND  
A  
APARECIDA  
A VIEIRA  
FRITZEN:0  
91192159  
16

Assinado de  
forma digital  
por FERNANDA  
APARECIDA  
VIEIRA  
FRITZEN:09119  
215916  
Dados:  
2022.07.01  
19:50:51 -03'00'





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIPORÃ

LEI Nº 1.234, DE 15 DE ABRIL DE 2011

Art. 1º

Considera-se a presente Lei o texto aprovado pelo Conselho Municipal de Administração (CMA) em 15 de abril de 2011, em sessão pública, para regulamentar o funcionamento do Conselho Municipal de Administração (CMA) e o Conselho Municipal de Controle e Fiscalização Financeira (CMCF), bem como a organização e o funcionamento do Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento (CMPD).

## Parágrafo Primeiro

Os documentos enviados ao Conselho Municipal de Administração (CMA) e ao Conselho Municipal de Controle e Fiscalização Financeira (CMCF) deverão ser encaminhados em triplicata, em cópia autenticada, por e-mail ou por meio de entrega pessoal, com a devida identificação do remetente e do destinatário.

## Parágrafo Segundo

Se o CONTRATAÇÃO estiver desobediência de qualquer documento exigido nesta cláusula, deverá ser encaminhado para o Conselho Municipal de Administração (CMA) para análise e decisão.

## Parágrafo Terceiro

A CONTRATAÇÃO será encaminhada para o Conselho Municipal de Administração (CMA) para análise e decisão, bem como para o Conselho Municipal de Controle e Fiscalização Financeira (CMCF) para análise e decisão.

## CLÁUSULA NONA - DA CANCELAMENTO

A CONTRATAÇÃO será cancelada pelo Conselho Municipal de Administração (CMA) em caso de descumprimento das condições estabelecidas no Edital de Licitação, bem como em caso de descumprimento das condições estabelecidas no Edital de Licitação.

Todos os documentos enviados ao Conselho Municipal de Administração (CMA) e ao Conselho Municipal de Controle e Fiscalização Financeira (CMCF) deverão ser encaminhados em triplicata, em cópia autenticada, por e-mail ou por meio de entrega pessoal, com a devida identificação do remetente e do destinatário.

## Parágrafo Primeiro

A contratação será cancelada pelo Conselho Municipal de Administração (CMA) em caso de descumprimento das condições estabelecidas no Edital de Licitação, bem como em caso de descumprimento das condições estabelecidas no Edital de Licitação.

## CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

É vedado à CONTRATAÇÃO qualquer ato que possa ser considerado rescisão, bem como qualquer ato que possa ser considerado rescisão.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

1 - O contrato será rescindido pelo Conselho Municipal de Administração (CMA) em caso de descumprimento das condições estabelecidas no Edital de Licitação, bem como em caso de descumprimento das condições estabelecidas no Edital de Licitação.

2 - O contrato será rescindido pelo Conselho Municipal de Administração (CMA) em caso de descumprimento das condições estabelecidas no Edital de Licitação, bem como em caso de descumprimento das condições estabelecidas no Edital de Licitação.

3 - O contrato será rescindido pelo Conselho Municipal de Administração (CMA) em caso de descumprimento das condições estabelecidas no Edital de Licitação, bem como em caso de descumprimento das condições estabelecidas no Edital de Licitação.

4 - O contrato será rescindido pelo Conselho Municipal de Administração (CMA) em caso de descumprimento das condições estabelecidas no Edital de Licitação, bem como em caso de descumprimento das condições estabelecidas no Edital de Licitação.

5 - O contrato será rescindido pelo Conselho Municipal de Administração (CMA) em caso de descumprimento das condições estabelecidas no Edital de Licitação, bem como em caso de descumprimento das condições estabelecidas no Edital de Licitação.

6 - O contrato será rescindido pelo Conselho Municipal de Administração (CMA) em caso de descumprimento das condições estabelecidas no Edital de Licitação, bem como em caso de descumprimento das condições estabelecidas no Edital de Licitação.





adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

III - Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Das Penalidades

A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades aqui estabelecidas.

I. O descumprimento total ou parcial do contrato sujeitará a CONTRATADA às seguintes penalidades:

### Parágrafo primeiro - Advertência;

1.1. Pelo Setor responsável pelas licitações do Órgão, quando o descumprimento da obrigação correr no âmbito do procedimento licitatório, sendo emitida por documento oficial da CONTRATANTE e Registrada no Tribunal de Contas Estadual, nos seguintes casos:

1.1.1. Quando a licitante atrasar a entrega, no prazo estabelecido no edital, dos documentos e anexos exigidos, por meio eletrônico, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

1.1.2. Quando a licitante ofertar preço visivelmente inexequível na formulação da proposta inicial ou na fase de lances;

1.1.3. Quando a licitante não honrar com o valor ofertado durante a fase de lances e solicitar sua exclusão antes da aceitação das propostas;

1.1.4. Quando a licitante manifestar intenção de recurso e não impetrá-lo;

1.1.5. Quando a licitante atrasar, sem justificativa pertinente ao certame, qualquer fase da licitação;

1.1.6. Todas as hipóteses tratadas no subitem 1.1 serão válidas quando a empresa descumprir as exigências editalícias pela primeira vez com a Administração, não havendo ocorrência anterior da mesma natureza registrada em sistema ou documento oficial;

1.2. Pelo Ordenador de Despesas do Órgão, orientado pelo Fiscal do contrato ou servidor responsável pelo recebimento do objeto da licitação, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução do objeto, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou em assinar o contrato, nos seguintes casos;

1.2.1. Quando a licitante se recusar a assinar o contrato, por um período de 5 (cinco) dias úteis contados do vencimento do prazo para retirada ou assinatura;

1.2.2. Quando a licitante, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, atrasar ou ensejar o retardamento no início da execução do seu objeto, por um período de 05 (cinco) dias úteis contados do vencimento do prazo para início da execução do objeto;

1.2.3. Quando se tratar de execução de serviços, caso seja identificado atraso superior a 15 (quinze) dias no cumprimento das metas em relação ao Cronograma Aprovado, não justificado pela empresa contratada;

1.2.4. Quando a licitante descumprir qualquer outra obrigação atinente ao objeto da licitação, sendo a advertência registrada e fundamentada em documento específico.

**Parágrafo Segundo - Multa:** É a sanção pecuniária que será imposta à Contratada, pelo Ordenador de Despesas do Órgão, por atraso injustificado na execução do objeto da licitação ou inexecução do mesmo, sendo esta parcial ou total, e será aplicada nos seguintes percentuais:

1.1. Nos casos de atrasos:

1.1.1. 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na execução do objeto da licitação, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove,

FERNANDA  
APARECID  
A VIEIRA  
FRITZEN:09  
119215916

Assinado de  
forma digital  
por FERNANDA  
APARECIDA  
VIEIRA  
FRITZEN:091192  
15916  
Dados:  
2022.07.01  
19:51:03 -03'00'









000221

vírgula, nove por cento), que corresponde até 30 (trinta) dias de atraso;

1.1.2. 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na execução do objeto da licitação, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério da CONTRATANTE, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

1.1.3. 2% (dois por cento) sobre o valor total contratado, por descumprimento do prazo de execução do objeto da licitação, sem prejuízo da aplicação do disposto nos subitens 1.1.1 e 1.1.2;

1.2. Nos casos de recusa ou inexecução;

1.2.1. 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido pela CONTRATADA ou inexecução parcial do objeto da licitação, calculado sobre a parte inadimplente;

1.2.2. 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado, pela inexecução total do objeto da licitação ou descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

1.3. A multa será formalizada por simples apostilamento, na forma do artigo 65, parágrafo 8º, da Lei nº 8.666/93 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à Contratada a oportunidade do contraditório e ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do parágrafo 3º do artigo 86 da Lei nº 8.666/93, observada a seguinte ordem;

1.3.1. Mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato, quando houver;

1.3.2. Mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada;

1.3.3. Mediante procedimento administrativo ou judicial de execução;

1.4. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à Contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATADA ou cobrados judicialmente. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte;

1.5. Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado;

1.5.1. O atraso na execução do objeto da licitação não superior a 05 (cinco) dias; e

1.5.2. A execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

1.6. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

1.7. Persistindo o atraso por mais de 30 (trinta) dias, será aberto Processo Administrativo pelo Fiscal do contrato com o objetivo de anulação da nota de empenho e/ou rescisão unilateral do contrato, exceto se houver justificado interesse da CONTRATADA em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, sendo mantidas as penalidades na forma dos subitens 1.2.3 do Parágrafo primeiro e 1.1. do Parágrafo segundo.

**PARAGRAFO TERCEIRO - SUSPENSÃO:** É a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitações e de contratar com a Administração, e suspende o registro cadastral da licitante e/ou contratada no Sistema de Cadastramento de Fornecedores, de acordo com os prazos a seguir:

1.1. Por até 90 (noventa) dias, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, por meio eletrônico, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva, ou ainda, atrasar, sem justificativa pertinente ao certame, qualquer fase da licitação.

1.1.1. A hipótese em que o licitante atrasar, sem justificativa pertinente ao certame, qualquer fase da licitação, será válida quando a empresa for reincidente, já havendo ocorrência anterior da mesma natureza registrada em sistema ou documento oficial;

1.1.2. Por até 2 (dois) anos, quando a licitante, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, não mantiver a proposta, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato.

1.1.3. Por até 05 (cinco) anos, quando a Contratada:

1.1.3.1. Apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

1.1.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e

1.1.3.3. Receber qualquer das multas previstas no parágrafo segundo e não efetuar o pagamento.

1.1.3.4. Comportar-se de modo inidôneo.

FERNANDA  
APARECID  
A VIEIRA  
FRITZEN:09  
119215916

Assinado de  
forma digital por  
FERNANDA  
APARECID  
A VIEIRA  
FRITZEN:0911921  
5916  
Dados:  
2022.07.01  
19:51:16 -03'00'









# PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 01.614.343/0001-09

030222

1.2. São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:

1.2.1. O Setor responsável pelas licitações do Órgão, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e

1.2.2. O Ordenador de Despesas do Órgão, tanto na Sede quanto nas Superintendências Regionais, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução do objeto da licitação, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato ou qualquer documento hábil que venha substituí-lo.

1.3. A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial Do Município e registrada no Tribunal de Contas Estadual - TCE.

**PARAGRAFO QUARTO - DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE:** A declaração de inidoneidade será aplicada somente pelo(a) Prefeito(a) Municipal, à vista dos motivos informados na instrução processual.

1. Será declarada inidônea a empresa que cometer ato como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

**PARAGRAFO QUINTO - Disposições gerais**

As sanções previstas nos parágrafos terceiro e quarto poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão do contrato:

1.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

1.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

1.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

1.2. Do direito de defesa

1.2.1. É facultado à Contratada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

1.2.2. O recurso será dirigido ao Ordenador de Despesas, por intermédio da autoridade que aplicou a sanção, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

1.2.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste item, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

1.2.4. Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após exaurida a fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Município, devendo constar:

1.2.4.1. A origem e o número do processo em que foi proferido o despacho.

1.2.4.2. O prazo do impedimento para licitar e contratar;

1.2.4.3. O fundamento legal da sanção aplicada; e

1.2.4.4. O nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

1.2.5. Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção comunicará imediatamente ao órgão competente que por sua vez providenciará a imediata inclusão da sanção nos locais competentes.

1.3. Do assentamento em registros

1.3.1. Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Município as sanções aplicadas com fundamento nos itens Parágrafo Primeiro e Parágrafo Segundo, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento e/ou registro em sistema, na forma do artigo 65, parágrafo 8º, da Lei nº 8.666/93.

1.3.2. Os prazos referidos neste documento só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.

1.4. Da sujeição a perdas e danos.

1.4.1. Independentemente das sanções legais cabíveis, previstas no edital, a Contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados a CONTRATADA pelo descumprimento das obrigações licitatórias.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

O atraso injustificado na entrega do objeto licitado sujeitará ao fornecedor as sanções previstas na

FERNANDA  
APARECID  
A VIEIRA  
FRITZEN:09  
119215916

Assinado de  
forma digital por  
FERNANDA  
APARECIDA  
VIEIRA  
FRITZEN:0911921  
5916  
Dados: 2022.07.01  
19:51:27 -03'00'







030223

Lei 8.666/93 e alterações.

**CLAÚSULA DÉCIMA QUARTA - Dos Casos de Rescisão**

O inadimplemento, por parte da **CONTRATADA**, das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato assegurará à **CONTRATANTE**, nos termos da Seção V, do Capítulo III da Lei n.º 8.666/93 em sua atual redação, o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação por escrito, através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento.

**Parágrafo Primeiro**

Fica a critério do representante da **CONTRATANTE** declarar rescindido o contrato, nos termos do "caput" desta cláusula ou aplicar as multas de que trata a cláusula décima segunda deste contrato.

**Parágrafo Segundo**

Fica este contrato rescindido de pleno direito pela **CONTRATANTE**, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, em qualquer dos seguintes casos de inadimplemento por parte da **CONTRATADA**:

- I. Não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- II. Cometimento de irregularidade grave no cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- III. Atraso injustificado da entrega do bem;
- IV. IV - Decretação de falência, pedido de concordata ou instauração de insolvência civil da **CONTRATADA**.
- V. Ausência de entrega de nota fiscal eletrônica (NF-E) considerando a impossibilidade de pagamento.

**Parágrafo Terceiro**

A rescisão contratual também operar-se-á nos seguintes casos:

- I. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a **CONTRATANTE**, devidamente deduzidas em processo administrativo regularmente instaurado;
- II. Supressão, unilateral por parte da Administração, dos quantitativos dos bens, acarretando modificação do valor inicial do contrato, além do limite permitido no artigo 65, parágrafo 1º, da Lei 8.666/93;
- III. Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- IV. Descumprimento do disposto no inciso V, do art. 27 da Lei n.º 8.666/93, com redação dada pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1.999.

**Parágrafo Quarto**

A rescisão deste contrato poderá ser:

- I. Determinada por ato unilateral e escrito da **CONTRATANTE** nos casos enumerados nesta minuta;
- II. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- III. Judicial, nos termos da legislação processual, vigente à época da rescisão contratual.

**Parágrafo Quinto**

Nos casos de rescisão administrativa ou amigável que tratam, respectivamente, os itens I e II, do parágrafo anterior, haverá precedência de autorização escrita e fundamentada da **CONTRATANTE**.

**CLAÚSULA DÉCIMA QUINTA – Das Alterações Contratuais**

- I. Este contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65 da Lei n.º 8.666/93 e alterações.

**CLAÚSULA DÉCIMA SEXTA - Dos Casos Omissos**

FERNANDA  
APARECID  
A VIEIRA  
FRITZEN:09  
119215916

Assinado de forma  
digital por  
FERNANDA  
APARECIDA VIEIRA  
FRITZEN:09119215  
916  
Dados: 2022.07.01  
19:51:37 -03'00'







# PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 01.614.343/0001-09

030224

Os casos omissos serão resolvidos pelo Município de Manfrinópolis, à luz da legislação, da jurisprudência e da doutrina aplicável à espécie.

## CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Do Foro

Fica eleito o foro da comarca de Francisco Beltrão-PR para dirimir quaisquer questões relativas a este contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo com o ajustado e contratado, as partes, através de seus representantes, firmam o presente contrato, em três vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

Manfrinópolis em 30/06/2022



**Município de Manfrinópolis**  
**Ilana De Fatima Pegoraro Oliveira**  
**022.654.289-06**  
**Prefeita Municipal**

**FERNANDA APARECIDA VIEIRA**  
**FRITZEN:09119215916**

Assinado de forma digital por  
FERNANDA APARECIDA VIEIRA  
FRITZEN:09119215916  
Dados: 2022.07.01 19:51:47 -03'00'

**MASTER ELETRODOMÉSTICOS**  
**FERNANDA APARECIDA VIEIRA FRITZEN**  
**091.192.159-16**

  
**SUSANA FRANCISCONI**  
**03441940946**  
**Testemunha**

  
**THIAGO CUSTIN NESI**  
**06844989954**  
**Testemunha**

LEI EST. Nº  
11.261/95

**MANFRINÓPOLIS - PR**

21/12/95



039

Os casos omissos serão resolvidos pelo Município de Manfrinópolis, à luz da legislação de jurisdição e da doutrina aplicável e respeitadas.

### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FATO

Fica eleito o fato de que o contrato de prestação de serviços de manutenção e conservação de equipamentos eletrônicos, firmado entre a Prefeitura Municipal de Manfrinópolis e a empresa contratada, não possui caráter de exclusividade, sendo permitida a contratação de outros fornecedores para a prestação dos serviços.

E, por estarem de acordo com o exposto e contratado, as partes, através de seus representantes, firmam o presente contrato em três vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

Manfrinópolis em 30/08/2023

PERNANDA APARECIDA VIEIRA FRITZEN  
CPF: 024.991.193-79  
Assinada e rubricada  
PREFEITA MUNICIPAL

MAESTER ELETRODOMÉSTICOS  
PERNANDA APARECIDA VIEIRA FRITZEN  
CPF: 024.991.193-79

Município de Manfrinópolis  
Rua De Fátima Francisco Oliveira  
022 684.249-08  
Prefeito Municipal

TIAGO CUSTIN NEEL  
CPF: 024.991.193-79  
Testemunha

SUSANA FRANCISCONI  
CPF: 024.991.193-79  
Testemunha





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 01.614.343/0001-09

030225

## EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

O Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, com base na Lei Federal nº 8.666/93 e legislação complementar, EXTRATO DE CONTRATO.

**CONTRATO Nº 88 de 2022.**

### OBJETO: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

**Aquisição de aparelhos de Ar condicionado para atender as necessidades da Administração Municipal, conforme processo de Pregão nº 46/2022.**

**CONTRATADO: MASTER ELETRODOMÉSTICOS. CNPJ: 33.859.616/0001-71**

**VALOR CONTRATADO: 30.240,00 (Trinta Mil, Duzentos e Quarenta Reais).**

**DATA DA ASSINATURA: 30/06/2022.**

**RECURSOS: próprios e ou oriundos de Convênios.**

**PAGAMENTO: O pagamento será efetuado Até 30 dias após emissão de nota fiscal..**

**PRAZO DE EXECUÇÃO: 365 dias após a assinatura do contrato.**

Manfrinópolis, 30/06/2022.

*Ilene Z. P. Oliveira*

**ILENA DE FATIMA PEGORARO OLIVEIRA**  
Prefeita Municipal

LEI EST. Nº  
11.261/95

**MANFRINÓPOLIS - PR**

21/12/95

### **PUBLICADO NO** **Jornal Tribuna Regional**

Edição nº 2030 Pág.: 3A  
Data: 02 / 07 / 2022.

*Jessica*

### **PUBLICADO NO** **DIOM/PR**

Edição nº 2552 Pág.: 194  
Data: 01 / 07 / 2022.

*Jessica*





Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Mandirituba, 30 de junho de 2022.

**ELIANE STAREPRAVO CORDEIRO**

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente

Publicado por:

Érica Fabiana Batista de Jesus

Código Identificador:46268EBD

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA  
RETIFICAÇÃO DE EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº  
062/2022**

**RETIFICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº  
062/2022.**

O MUNICÍPIO de Mandirituba, torna público que às 09:00 horas do dia 14 de Julho de 2022, na plataforma do Governo Federal pelo site [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), realizará licitação na modalidade Pregão eletrônico, do tipo menor preço, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para aquisição de:

Objeto	Quantidade	Valor Total (R\$)	Prazo (Dias)
Escavadeira Hidráulica	01	948.000,00	180

Informações e esclarecimentos relativos ao edital, modelos e anexos poderão ser solicitados junto ao Pregoeiro Roberto I. Pereira, Paraná, Brasil - Telefone: (41) 3626-1122 ramal 224- E-mail [licitacoes@mandirituba.pr.gov.br](mailto:licitacoes@mandirituba.pr.gov.br). A Pasta Técnica, com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinada no seguinte endereço [www.mandirituba.pr.gov.br](http://www.mandirituba.pr.gov.br) e [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) ou fornecido através de solicitação pelo e-mail: [licitacoes@mandirituba.pr.gov.br](mailto:licitacoes@mandirituba.pr.gov.br), das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

Mandirituba, 30 de Junho de 2022.

**LUIS ANTONIO BISCAIA -**  
Prefeito Municipal

Publicado por:

Roberto Inocência Pereira

Código Identificador:9C836C79

**ESTADO DO PARANÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS**

**ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
PORTARIA Nº 3606/2022 - 28.06.2022**

Concede férias proporcionais a Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

Ilena de Fátima Pegoraro Oliveira, Prefeita Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 0157/2002 de 08/07/2002, Art. 74 com suas alterações posteriores e conforme Processo nº 077/2022 – SRH de 23 de maio de 2022,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Conceder 16 (dezesesseis) dias de férias a Servidora Pública Municipal Sra. SUSANA FRANCISCONI, cadastrada na Matrícula nº 4061, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de OFICIAL ADMINISTRATIVO no Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, sendo 16 (dezesesseis) dias a serem usufruídos no período de 05.07.2022 a 20.07.2022, e 04 (quatro) dias a serem usufruídos futuramente, referentes ao Período Aquisitivo de 01.03.2020 a 28.02.2021.

**Art. 2º** - Converter em Abono Pecuniário 10 (dez) dias das férias referente ao Período Aquisitivo de 01.03.2020 a 28.02.2021.

**Art. 3º** - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Manfrinópolis, em 28 de junho de 2022.

**ILENA DE FÁTIMA PEGORARO OLIVEIRA**  
Prefeita Municipal

030286

Publicado por:

Susana Francisconi

Código Identificador:3C487797

**ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
EXTRATO DE CONTRATO 87-2022**

**EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO**

O Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, com base na Lei Federal nº 8.666/93 e legislação complementar, EXTRATO DE CONTRATO.

**CONTRATO Nº 87 de 2022.**

**OBJETO: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Aquisição de aparelhos de Ar condicionado para atender as necessidades da Administração Municipal, conforme processo de Pregão nº 46/2022.

**CONTRATADO: KAIRO GILLIARDI TURSKI 0166370271.**

**CNPJ: 42.265.857/0001-83**

**VALOR CONTRATADO: 20.800,00 (Vinte Mil e Oitocentos Reais).**

**DATA DA ASSINATURA: 30/06/2022.**

**RECURSOS:** próprios e ou oriundos de Convênios.

**PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado Até 30 dias após emissão de nota fiscal..

**PRAZO DE EXECUÇÃO:** 365 dias após a assinatura do contrato.

Manfrinópolis, 30/06/2022.

**ILENA DE FÁTIMA PEGORARO OLIVEIRA**  
Prefeita Municipal

Publicado por:

Jessica Andrea Soster

Código Identificador:A71A42D6

**ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
EXTRATO DE CONTRATO 88-2022**

**EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO**

O Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, com base na Lei Federal nº 8.666/93 e legislação complementar, EXTRATO DE CONTRATO.

**CONTRATO Nº 88 de 2022.**

**OBJETO: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Aquisição de aparelhos de Ar condicionado para atender as necessidades da Administração Municipal, conforme processo de Pregão nº 46/2022.

**CONTRATADO: MASTER ELETRODOMÉSTICOS. CNPJ: 33.859.616/0001-71**

**VALOR CONTRATADO: 30.240,00 (Trinta Mil, Duzentos e Quarenta Reais).**

**DATA DA ASSINATURA: 30/06/2022.**

**RECURSOS:** próprios e ou oriundos de Convênios.

**PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado Até 30 dias após emissão de nota fiscal..

**PRAZO DE EXECUÇÃO:** 365 dias após a assinatura do contrato.

Manfrinópolis, 30/06/2022.

**ILENA DE FÁTIMA PEGORARO OLIVEIRA**  
Prefeita Municipal

Publicado por:

Jessica Andrea Soster

Código Identificador:6CA99386

**ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
EXTRATO DE CONTRATO 89-2022**



**ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS**  
**EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO**

O Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, com base na Lei Federal nº 8.666/93 e legislação complementar, EXTRATO DE CONTRATO, CONTRATO Nº 88 de 2022.

**OBJETO:** CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO. Aquisição de aparelhos de Ar condicionado para atender as necessidades da Administração Municipal, conforme processo de Pregão nº 46/2022.

**CONTRATADO:** MASTER ELETRODOMÉSTICOS. CNPJ: 33.859.616/0001-71

**VALOR CONTRATADO:** 30.240,00 (Trinta Mil, Duzentos e Quarenta Reais).

**DATA DA ASSINATURA:** 30/06/2022. **RECURSOS:** próprios e ou oriundos de Convênios.

**PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado Até 30 dias após emissão de nota fiscal.

**PRazo DE EXECUÇÃO:** 365 dias após a assinatura do contrato.

Manfrinópolis, 30/06/2022. ILENA DE FATIMA PEGORARO OLIVEIRA - Prefeita Municipal

**ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS**  
**EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO**

O Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, com base na Lei Federal nº 8.666/93 e legislação complementar, EXTRATO DE CONTRATO, CONTRATO Nº 89 de 2022.

**OBJETO:** CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO. Aquisição de aparelhos de Ar condicionado para atender as necessidades da Administração Municipal, conforme processo de Pregão nº 46/2022.

**CONTRATADO:** SK KOERICH. CNPJ: 31.538.821/0001-00. **VALOR CONTRATADO:** 22.398,40 (Vinte e Dois Mil, Trezentos e Noventa e Oito Reais e Quarenta Centavos).

**DATA DA ASSINATURA:** 30/06/2022. **RECURSOS:** próprios e ou oriundos de Convênios. **PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado Até 30 dias após emissão de nota fiscal.

**PRazo DE EXECUÇÃO:** 365 dias após a assinatura do contrato.

Manfrinópolis, 30/06/2022. ILENA DE FATIMA PEGORARO OLIVEIRA - Prefeita Municipal

**ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS**  
**TERMO HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO - Pregão nº 46/2022**  
A Prefeitura Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, a vista do parecer conclusivo extrado pela Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Manfrinópolis designada pela Portaria nº 3519/2022 resolve:

**HOMOLOGAR E ADJUDICAR** a presente licitação na modalidade de Pregão nº 46/2022 referente à Aquisição de aparelhos de Ar condicionado para atender as necessidades da Administração Municipal, em favor das empresas conforme abaixo:

Item/Produto/Serviço		Marca	Unid	Qtd	Prego	Prego total
1	Aparelho de ar condicionado, modelo Split, com capacidade de 9.000 BTUs, quarteirão 220 V, Com fluido refrigerante R-410a (Sistema Inverter) – Com mão de obra de instalação, drenos e demais materiais para instalação.	GREE	UNID	8,002	600,00	20.800,00
<b>TOTAL</b>						<b>20.800,00</b>
<b>MASTER ELETRODOMÉSTICOS</b>						
Item/Produto/Serviço		Marca	Unid	Qtd	Prego	Prego total
1	Aparelho de ar condicionado, modelo Split, com capacidade de 18.000 BTUs, quarteirão 220 V, Com fluido refrigerante R-410a (Sistema Inverter) – Com mão de obra de instalação, drenos e demais materiais para instalação.	PHILCO	UNID	8,003	780,00	30.240,00
<b>TOTAL</b>						<b>30.240,00</b>
<b>SK KOERICH</b>						
Item/Produto/Serviço		Marca	Unid	Qtd	Prego	Prego total
1	Aparelho de ar condicionado, modelo Split, com capacidade de 12.000 BTUs, quarteirão 220 V, Com fluido refrigerante R-410a (Sistema Inverter) – Com mão de obra de instalação, drenos e demais materiais para instalação.	GREE	UNID	8,002	799,80	22.398,40
<b>TOTAL</b>						<b>22.398,40</b>

Estando em conformidade com a ata de sessão de Pregão 46/2022 datada de 30/06/2022. A entrega dos materiais objeto da presente licitação será de 12 Meses conforme solicitação, a partir da homologação e assinatura do contrato.

Manfrinópolis, 30/06/2022. ILENA DE FATIMA PEGORARO OLIVEIRA - Prefeita Municipal

**ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS**

**PORTARIA Nº 3599/2022 - 28.06.2022** - Concede Licença Prêmio a Servidor Público Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná e dá outras providências.

Ilema de Fátima Pegoraro Oliveira, Prefeita Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 0157/2002 de 08/07/2002, Art. 8º e Parágrafo Único com suas alterações posteriores, bem como conforme Processo nº 084/2022 - SRH de 1º de junho de 2022, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio de 90 (noventa) dias ao Servidor Público Municipal Sr. ADRIANO VICCARI, cadastrado na Matrícula nº 7581, ocupante do Cargo de Provedor Efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, a serem usufruídos no período de 1º de julho de 2022 a 28 de setembro de 2022, referente ao Período Aquisitivo de 03.10.2010 a 02.10.2015.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Gabinete da Prefeitura Municipal de Manfrinópolis, em 28 de junho de 2022.

Ilema de Fátima Pegoraro Oliveira - Prefeita Municipal

**ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS**

**PORTARIA Nº 3600/2022 - 28.06.2022** - Concede férias a Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

Ilema de Fátima Pegoraro Oliveira, Prefeita Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 0157/2002 de 08/07/2002, Art. 74 com suas alterações posteriores e conforme Processo nº 076/2022 - SRH de 23 de maio de 2022, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal Sra. IRACEMA MARIA BAZOTTI FOGAÇA, cadastrada na Matrícula nº 1251, ocupante do Cargo de Provedor Efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO no Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, a serem usufruídas no período de 06 de julho de 2022 a 04 de agosto de 2022, referente ao Período Aquisitivo 01.10.2019 a 30.09.2020, conforme Processo nº 076/2022 - SRH de 23 de maio de 2022.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Gabinete da Prefeitura Municipal de Manfrinópolis, em 28 de junho de 2022.

Ilema de Fátima Pegoraro Oliveira - Prefeita Municipal

**ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS**

**PORTARIA Nº 3601/2022 - 28.06.2022** - Concede férias proporcionais a Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

Ilema de Fátima Pegoraro Oliveira, Prefeita Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 0157/2002 de 08/07/2002, Art. 74 com suas alterações posteriores, bem como conforme Processo nº 053/2022 - SRH de 05 de abril de 2022 e Processo nº 080/2022 - SRH de 26 de maio de 2022, e

CONSIDERANDO, a Portaria nº 3504/2021 de 23 de dezembro de 2021 que concede férias proporcionais a Servidora Pública, referente ao Período Aquisitivo de 13.01.2021 a 12.01.2022, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 15 (quinze) dias restantes de férias a Servidora Pública Municipal Sra. DANIELE ANDRESSA FERREIRA, cadastrada na Matrícula nº 1012036, ocupante do Cargo de Provedor Efetivo de Comissão de Secretária Municipal de Assistência Social no Município de Manfrinópolis, a serem usufruídos no período de 11 de julho de 2022 a 25 de julho de 2022, referente ao Período Aquisitivo de 13.01.2021 a 12.01.2022.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Gabinete da Prefeitura Municipal de Manfrinópolis, em 28 de junho de 2022.

Ilema de Fátima Pegoraro Oliveira - Prefeita Municipal

**ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS**

**LEI Nº 0784/2022 - 01.07.2022** - "Extingue a Lei nº 650 de 02 de outubro de 2017, que institui Fundo Financeiro da Câmara Municipal de Manfrinópolis - PR."

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MANFRINÓPOLIS, Estado do Paraná, aprovou, e eu PREFEITA MUNICIPAL sancionei, a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica extinto o Fundo Financeiro para aquisição de imóvel, construção de edifício e aquisição do mobiliário de sede própria. Art. 2º - Os recursos depositados na conta bancária do Fundo Financeiro deverão ser devolvidos ao Poder Executivo. Art. 3º - Revoga-se a Lei nº 650/2017 e outras disposições em contrário.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeitura Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, em 1º de julho de 2022.

ILENA DE FATIMA PEGORARO OLIVEIRA - Prefeita Municipal

**ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS**

**PORTARIA Nº 3602/2022 - 28.06.2022** - Concede férias proporcionais a Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

Ilema de Fátima Pegoraro Oliveira, Prefeita Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 0157/2002 de 08/07/2002, Art. 74 com suas alterações posteriores, bem como conforme Processo nº 236/2020 de 14 de dezembro de 2020 e Processo nº 090/2022 - SRH de 13 de junho de 2022, e

CONSIDERANDO, a Portaria nº 3301/2021 de 04 de janeiro de 2021 que concede férias proporcionais a Servidora Pública, referente ao Período Aquisitivo de 01.02.2019 a 31.01.2020, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 20 (vinte) dias restantes de férias a Servidora Pública Municipal Sra. RAYANE BECCHI DOS SANTOS, cadastrada na Matrícula nº 10541, ocupante do Cargo de Provedor Efetivo de ENFERMEIRO no Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, a serem usufruídos no período de 19 de julho de 2022 a 07 de agosto de 2022, referente ao Período Aquisitivo de 01.02.2019 a 31.01.2020.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Gabinete da Prefeitura Municipal de Manfrinópolis, em 28 de junho de 2022.

Ilema de Fátima Pegoraro Oliveira - Prefeita Municipal

**ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS**

**PORTARIA Nº 3603/2022 - 28.06.2022** - Concede férias a Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

Ilema de Fátima Pegoraro Oliveira, Prefeita Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 0157/2002 de 08/07/2002, Art. 74 com suas alterações posteriores, bem como conforme Processo nº 091/2022 - SRH de 13 de junho de 2022, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal Sra. RAYANE BECCHI DOS SANTOS, cadastrada na Matrícula nº 10541, ocupante do Cargo de Provedor Efetivo de ENFERMEIRO no Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, a serem usufruídos no período de 08 de agosto de 2022 a 06 de setembro de 2022, referente ao Período Aquisitivo de 01.02.2020 a 31.01.2021.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Gabinete da Prefeitura Municipal de Manfrinópolis, em 28 de junho de 2022.

Ilema de Fátima Pegoraro Oliveira - Prefeita Municipal

**ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS**

**PORTARIA Nº 3604/2022 - 28.06.2022** - Concede férias proporcionais a Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

Ilema de Fátima Pegoraro Oliveira, Prefeita Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 0157/2002 de 08/07/2002, Art. 74 com suas alterações posteriores, bem como conforme Processo nº 092/2022 - SRH de 13 de junho de 2022, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 10 (dez) dias proporcionais de férias a Servidora Pública Municipal Sra. RAYANE BECCHI DOS SANTOS, cadastrada na Matrícula nº 10541, ocupante do Cargo de Provedor Efetivo de ENFERMEIRO no Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, sendo 10 (dez) dias a serem usufruídos no período de 07 de setembro de 2022 a 16 de setembro de 2022, e 20 (vinte) dias a serem usufruídos futuramente, referentes ao Período Aquisitivo de 01.02.2021 a 31.01.2022.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Gabinete da Prefeitura Municipal de Manfrinópolis, em 28 de junho de 2022.

Ilema de Fátima Pegoraro Oliveira - Prefeita Municipal

**ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS**

**PORTARIA Nº 3605/2022 - 28.06.2022** - Conceder Licença Prêmio a Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

Ilema de Fátima Pegoraro Oliveira, Prefeita Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 0157/2002 de 08/07/2002, Art. 74 com suas alterações posteriores, bem como conforme Processo nº 086/2022 - SRH de 03 de junho de 2022 e Processo nº 087/2022 - SRH de 03 de junho de 2022, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio de 90 (noventa) dias a Servidora Pública Municipal Sra. DILONETE BORGES SIMIONI, cadastrada na Matrícula nº 9031, ocupante do Cargo de Provedor Efetivo de PROFESSORA, 20 horas, no Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, a serem usufruídos no período de 26 de julho de 2022 a 23 de outubro de 2022, referente ao Período Aquisitivo de 01.09.2011 a 31.08.2016.

Art. 2º - Conceder Licença Prêmio de 90 (noventa) dias a Servidora Pública Municipal Sra. DILONETE BORGES SIMIONI, cadastrada na Matrícula nº 9032, ocupante do Cargo de Provedor Efetivo de PROFESSORA, 20 horas, no Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, a serem usufruídos no período de 26 de julho de 2022 a 23 de outubro de 2022, referente ao Período Aquisitivo de 15.02.2016 a 14.05.2022.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Gabinete da Prefeitura Municipal de Manfrinópolis, em 28 de junho de 2022.

Ilema de Fátima Pegoraro Oliveira - Prefeita Municipal

**ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS**

**PORTARIA Nº 3606/2022 - 28.06.2022** - Concede férias proporcionais a Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

Ilema de Fátima Pegoraro Oliveira, Prefeita Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 0157/2002 de 08/07/2002, Art. 74 com suas alterações posteriores e conforme Processo nº 077/2022 - SRH de 23 de maio de 2022, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 16 (dezesseis) dias de férias a Servidora Pública Municipal Sra. SUSANA FRANCISCONI, cadastrada na Matrícula nº 4061, ocupante do Cargo de Provedor Efetivo de OFICIAL ADMINISTRATIVO no Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, sendo 16 (dezesseis) dias a serem usufruídos no período de 05.07.2022 a 20.07.2022, e 04 (quatro) dias a serem usufruídos futuramente, referentes ao Período Aquisitivo de 01.03.2020 a 28.02.2021. Art. 2º - Converter em Abono Pecuniário 10 (dez) dias das férias referente ao Período Aquisitivo de 01.03.2020 a 28.02.2021.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Gabinete da Prefeitura Municipal de Manfrinópolis, em 28 de junho de 2022.

Ilema de Fátima Pegoraro Oliveira - Prefeita Municipal

**COMBATA O MOSQUITO TODO DIA**  
a prevenção é a única arma contra a Dengue





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 01.614.343/0001-09

03028

Contrato de aquisição de materiais nº 89/2022, que entre si celebram de um lado o **Município de Manfrinópolis** e de outro lado a Empresa **SK KOERICH**.

O MUNICÍPIO DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 01.614.343/0001-09, com sede administrativa à Prefeitura Municipal, situada na Rua Encantado, nº 11, Centro, CEP nº 85.628-000, neste Município, neste ato representado pelo(a) Prefeito(a) Municipal Sr(a). Ilena De Fatima Pegoraro Oliveira, portadora da Cédula de Identidade RG nº 76403171 – SSP/PR e do CPF/MF nº 022.654.289-06, e, residente e domiciliado(a) na Cidade de Manfrinópolis, Estado do Paraná, a seguir denominado CONTRATANTE e, de outro lado à empresa **SK KOERICH**, Pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **31.538.821/0001-00**, Com sede à AV JOAQUIM BONETTI, 702 - CEP: 85630000 - BAIRRO: CENTRO, Enéas Marques/PR, Neste ato representado pelo Sr SILVIA KOERICH, Portador da Cédula de Identidade nº e do CPF nº 091.195.949-17, Residente e domiciliado na cidade de AV JOAQUIM BONETTO, 702 - CEP: 85630000 - BAIRRO: CENTRO, a seguir denominada CONTRATADA, têm entre si justo e contratada o constante nas cláusulas a seguir enumeradas:

## CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

O presente contrato tem por objeto a **Aquisição de aparelhos de Ar condicionado para atender as necessidades da Administração Municipal**, fornecido pela CONTRATADA, de acordo com as condições e especificações mínimas exigidas no Edital de **Pregão Presencial nº 46 /2022**.

ITENS								
Lote	Item	Código do produto	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unid	Qtd	Preço unitário	Preço total
Lote 01	3	4312	Aparelho de ar condicionado, modelo Split, com capacidade de 12.000 BTU's, quente/frio 220 V, Com fluido refrigerante R-410a (Sistema Inverter) — Com mão de obra de instalação, drenos e demais materiais para instalação.	GREE	UNID	8,00	2.799,80	22.398,40
TOTAL								22.398,40

## CLÁUSULA SEGUNDA - Da Contratação

Ficam integrados a este Contrato, independente de transcrição, os seguintes documentos cujos teores são de conhecimento da CONTRATADA: atos convocatórios, edital de licitação, especificação e ou memoriais, proposta da proponente vencedora, parecer de julgamento e todos os demais documentos produzidos no procedimento licitatório referido na cláusula primeira.

### Parágrafo Único

A assinatura do presente contrato indica que a CONTRATADA possui plena ciência de seu conteúdo, bem como dos demais documentos vinculados ao presente, sujeitando-se às normas da Lei 8.666/93 e à totalidade das cláusulas contratuais aqui estabelecidas.

## CLÁUSULA TERCEIRA - Regime de execução

A contratação se dará na modalidade de **Pregão Presencial**, sob o regime de execução indireta, do tipo menor preço.

## CLÁUSULA QUARTA - Da Responsabilidade do Gerenciamento e Fiscalização

O MUNICÍPIO DE MANFRINÓPOLIS, através do Executivo Municipal gerenciará e fiscalizará o presente contrato.

Fica estabelecido como gestor e fiscal de contrato a Servidora ISABEL CAROLINA MOCHNACZ.

## CLÁUSULA QUINTA - Das Condições de Pagamento

Cumpridas as obrigações contratuais dispostas neste instrumento e no edital do **Pregão Presencial nº 46/2022** O pagamento será realizado mensalmente, em até 30 (trinta dias) do mês subsequente à entrega dos materiais e emissão da nota fiscal, uma vez implementada as demais condições exigidas na forma de pagamento.

conforme estabelecido no Edital de Pregão Presencial nº 46/2022, conforme MP nº 2.200-2/2001,

que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas - ICP-Brasil.  
Rua Encantado, 11, Centro, CEP: 85.628-000, MANFRINÓPOLIS / PARANÁ  
Telefax: (046)3562-1001 e-mail: [manfri@manfrinopolis.pr.gov.br](mailto:manfri@manfrinopolis.pr.gov.br)









# PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 01.614.343/0001-09

000279

## Parágrafo Primeiro

A despesa decorrente deste pagamento correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

DOTAÇÕES				
Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
240	03.001.04.091.0002.2003	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
1720	07.001.12.361.0005.2027	103	4.4.90.52.00.00	Do Exercício

## Parágrafo Segundo

O CNPJ/MF constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta, sob pena de não ser efetuado o pagamento.

## Parágrafo Terceiro

Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que tenha sido imposta à CONTRATADA pela CONTRATANTE, em decorrência de penalidade ou inadimplência. Nos termos da legislação vigente.

## CLÁUSULA SEXTA – Do VALOR ORIGINAL e ATUALIZAÇÃO DE VALORES

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de **R\$. 22.398,40 (Vinte e Dois Mil, Trezentos e Noventa e Oito Reais e Quarenta Centavos)** pela entrega dos materiais, referente ao objeto licitado.

Para restaurar o equilíbrio econômico financeiro face a eventuais aumentos justificados do objeto ocorridos após a efetiva contratação o contratado deverá fazer prova e justificar seu pleito perante a administração municipal.

Reajustes do valor do objeto somente poderão se aperfeiçoar após o decurso do período de 12 meses de contratação, passando a incidir sobre o objeto a partir do 13º mês de contratação. Quando for o caso tomar-se-á como referência os índices oficiais do INPC, ou outro que o venha a substituir, para as devidas e necessárias correções.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DA ENTREGA e VIGÊNCIA DO CONTRATO

Obriga-se a CONTRATADA entregar os materiais licitados em **Dias** a partir da data da solicitação, podendo ser solicitado parcialmente no período de execução do contrato que será de **12 meses (30/06/2022 à 29/06/2023)** de acordo com a necessidade da Prefeitura Municipal.

Por ocasião da entrega dos materiais, caso seja detectado que os materiais não atendem às especificações do objeto licitado e proposto, poderá o CONTRATANTE rejeitá-lo, obrigando-se a CONTRATADA a providenciar a substituição do bem não aceito no prazo de 15 dias, garantindo-se ao CONTRATANTE as faculdades previstas no Código de Defesa do Consumidor.

A empresa vencedora responderá civil e criminalmente por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados, à administração e/ou terceiros, por seus empregados credenciados, nos locais de trabalho na execução/entrega do objeto;

A vigência do contrato será de 24 meses (**30/06/2022 à 29/06/2024**), podendo ser rescindido unilateralmente, por conveniência da Administração ou por infração as disposições legais e contratuais, ou ser prorrogado na conformidade da Lei Federal nº 8.666/93.

## CLÁUSULA OITAVA

A CONTRATADA se obriga a manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação exigidas na licitação, assumindo, ainda, a obrigação de apresentar, no término do prazo de validade de cada documento, os seguintes comprovantes devidamente atualizados:

- Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;**
- Certidão de regularidade perante o FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, mediante apresentação do CRF - Certificado de Regularidade de FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal.**

a) **Certidão de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante o documento que substitui a Infraestrutura de Chaves Públicas - ICP-Brasil.**







# PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ

ESTADO DO PARANÁ

000

## Parágrafo Primeiro

A despesa decorrente deste pagamento conterá por cento da soma das dotações orçamentárias

Dotações				
Conta da Despesa	Função Programática	Fundo da Recurso	Natureza da Despesa	Grupo da Conta
210	03.091.04.001.0003.2003	0	4.4.90.52.00.00	De Exercício
220	03.091.12.001.0003.2003	0	4.4.90.52.00.00	De Exercício

## Parágrafo Segundo

O CNPIMF constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta, sob pena de não ser efetuado o pagamento.

## Parágrafo Terceiro

Nenhum pagamento será efetuado enquanto perdurar a inadimplência decorrente de obrigações financeiras que tenham sido impostas a CONTRATADA pelo CONTRATO em decorrência de penalidade ou inadimplência. Nos termos da legislação vigente.

## CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR ORIGINAL E ATUALIZAÇÃO DE VALORES

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 22.308,40 (Vinte e Dois Mil, Trezentos e Oito Reais e Quarenta e Quatro Centavos) pelo objeto dos materiais, relativos ao objeto listado.

Para regular o equilíbrio econômico financeiro, face a eventual alteração justificada do objeto, ocorrerá após a efetiva contratação o contrato deverá conter a previsão de ajuste para a administração municipal.

Respeitos do valor do objeto anterior, porém as alterações poderão ser realizadas após o período de 12 meses de contratação, passando a incluir sobre o objeto a partir do 12º mês de contratação. Quando for o caso tomar-se-á como referência os índices oficiais do IBPC, ou outro que se venha a substituir, para as devidas e necessárias correções.

## CLÁUSULA SÉTIMA - DA ENTRELA e VIGÊNCIA DO CONTRATO

Obriga-se a CONTRATADA entregar os materiais listados em Dica a partir da data da solicitação, podendo ser solicitado previamente, no prazo de 15 dias antes da entrega, para ser entregue em 15 dias.

Por ocasião da entrega dos materiais, caso seja constatado que os materiais não atendem às especificações do objeto listado a CONTRATADA deverá substituí-los, sob pena de ser considerada a CONTRATADA e providenciada a substituição de acordo com o prazo de 15 dias, passando-se ao CONTRATANTE as facilidades previstas no Código de Defesa do Consumidor.

A empresa vencedora responderá civil e criminalmente por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados à administração ou aos terceiros por seus empregados, colaboradores, nos locais de trabalho na execução/entrega do objeto.

A vigência do contrato será de 24 meses (24/06/2013 a 23/06/2014), podendo ser rescindido unilateralmente, por conveniência da Administração ou por inadimplência decorrente de atrasos e faltas, ou ser prorrogado na condição de Lei Federal nº 8.666/93.

## CLÁUSULA OITAVA

A CONTRATADA se obriga a manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação exigidas no Edital, assumindo ainda a obrigação de apresentar, no término do prazo de validade de cada documento, os seguintes documentos, sob pena de rescisão imediata.

21 - Certidão Conjunta Negativa de Débitos em Relação ao Fisco Federal, expedida pela Secretaria da Receita Federal.

22 - Certidão de regularidade perante o FCTSP - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, expedida pela Caixa Econômica Federal.

23 - Certidão de regularidade perante a Justiça do Trabalho, expedida pela





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 01.614.343/0001-09

000230

a apresentação da *Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)* ou *Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas*, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943.

## Parágrafo Primeiro

Os documentos exigidos neste contrato deverão ser apresentados no original, em cópia autenticada por cartório ou por publicação em órgão da imprensa oficial. A autenticação poderá ser feita, ainda, mediante cotejo da cópia com o original, por funcionário do CONTRATANTE devidamente identificado.

## Parágrafo Segundo

Se a CONTRATADA estiver desobrigada da apresentação de quaisquer documentos solicitados nesta cláusula deverá comprovar esta condição por meio de certificado expedido por órgão competente ou legislação em vigor, na forma exigida no parágrafo primeiro.

## Parágrafo Terceiro

A CONTRATADA estará dispensada de apresentar os documentos de que trata esta cláusula, caso seja possível, ao CONTRATANTE, verificar a regularidade da situação da CONTRATADA por meio de consulta on-line.

## CLÁUSULA NONA – Da Garantia

A CONTRATADA apresentará ao CONTRATANTE O prazo de garantia dos produtos fornecidos de no mínimo, três meses para materiais de consumo e de um ano para materiais permanentes e/ou duráveis, contados da data de recebimento pelo Município.

Todo objeto entregue e/ou executado pelo contratado deverá atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade, atentando-se a proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

## Parágrafo primeiro

A contratante poderá efetuar, a qualquer tempo após a contratação, inspeções para verificar se os materiais atendem às exigências das normas e especificações.

## CLÁUSULA DÉCIMA – Vedações;

É vedado à CONTRATADA caucionar ou utilizar o presente contrato como garantia para qualquer operação financeira.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I - O contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) **“prática colusiva”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **“prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) **“prática obstrutiva”**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física,



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001,

que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas - ICP-Brasil.  
Rua Encantado, 11, Centro, CEP: 85.628-000, MANFRINÓPOLIS / PARANÁ  
Telefax: (046)3562-1001 e-mail: [manfri@manfrinopolis.pr.gov.br](mailto:manfri@manfrinopolis.pr.gov.br)





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ

ESTADO DO PARANÁ

0000

o presente instrumento de Contrato Administrativo, nos termos do Título VIII da Constituição das Leis do Município, celebrado pelo Decreto nº 145, de 14 de maio de 1947.

## Parágrafo Primeiro

Os documentos exigidos a este contrato deverão ser apresentados no original, em duplo autêntico, por escrito ou por publicação em órgão da imprensa oficial. A autenticação poderá ser feita, ainda, mediante cotejo da cópia com o original, por funcionários da CONTRATAÇÃO devidamente identificados.

## Parágrafo Segundo

Se a CONTRATAÇÃO estiver desobediência às instruções de execução, a administração poderá, a qualquer tempo, suspender a execução do contrato, até que seja regularizada a situação da CONTRATAÇÃO, sem prejuízo das sanções cabíveis.

## Parágrafo Terceiro

A CONTRATAÇÃO, na forma de prestação de serviços, deverá ser executada de acordo com o programa de trabalho, aprovado pela administração, e a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo representante da administração.

## CLÁUSULA NONA - Da Garantia

A CONTRATAÇÃO, na forma de prestação de serviços, deverá ser executada de acordo com o programa de trabalho, aprovado pela administração, e a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo representante da administração.

Toda obra ou serviço a ser executado pelo contratado deverá atender às exigências de qualidade, quantidade e prazo, sob pena de aplicação das sanções previstas no art. 37, VIII, da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitação).

## Parágrafo Primeiro

A administração poderá, a qualquer tempo, suspender a execução do contrato, até que seja regularizada a situação da CONTRATAÇÃO, sem prejuízo das sanções cabíveis.

## CLÁUSULA DÉCIMA - Vade-mecum

É vedado à CONTRATAÇÃO, na forma de prestação de serviços, a execução do contrato, sem a apresentação de garantia financeira.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FISCAMENTO E DA CORRUÇÃO

1 - O contratado deverá, a qualquer tempo, apresentar, por meio de relatórios, a situação de execução do contrato, sob pena de aplicação das sanções previstas no art. 37, VIII, da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitação).

Para os efeitos desta cláusula, deverão ser apresentadas, periodicamente, as seguintes informações: a) situação financeira; b) situação de execução do contrato; c) situação de pagamento; d) situação de entrega de bens e serviços.

2 - A administração poderá, a qualquer tempo, suspender a execução do contrato, até que seja regularizada a situação da CONTRATAÇÃO, sem prejuízo das sanções cabíveis.

3 - A administração poderá, a qualquer tempo, suspender a execução do contrato, até que seja regularizada a situação da CONTRATAÇÃO, sem prejuízo das sanções cabíveis.

4 - A administração poderá, a qualquer tempo, suspender a execução do contrato, até que seja regularizada a situação da CONTRATAÇÃO, sem prejuízo das sanções cabíveis.

5 - A administração poderá, a qualquer tempo, suspender a execução do contrato, até que seja regularizada a situação da CONTRATAÇÃO, sem prejuízo das sanções cabíveis.

6 - A administração poderá, a qualquer tempo, suspender a execução do contrato, até que seja regularizada a situação da CONTRATAÇÃO, sem prejuízo das sanções cabíveis.





inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

III - Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Das Penalidades

A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades aqui estabelecidas.

I. O descumprimento total ou parcial do contrato sujeitará a CONTRATADA às seguintes penalidades:

### Parágrafo primeiro - Advertência;

1.1. Pelo Setor responsável pelas licitações do Órgão, quando o descumprimento da obrigação correr no âmbito do procedimento licitatório, sendo emitida por documento oficial da CONTRATANTE e Registrada no Tribunal de Contas Estadual, nos seguintes casos:

1.1.1. Quando a licitante atrasar a entrega, no prazo estabelecido no edital, dos documentos e anexos exigidos, por meio eletrônico, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

1.1.2. Quando a licitante ofertar preço visivelmente inexequível na formulação da proposta inicial ou na fase de lances;

1.1.3. Quando a licitante não honrar com o valor ofertado durante a fase de lances e solicitar sua exclusão antes da aceitação das propostas;

1.1.4. Quando a licitante manifestar intenção de recurso e não impetrá-lo;

1.1.5. Quando a licitante atrasar, sem justificativa pertinente ao certame, qualquer fase da licitação;

1.1.6. Todas as hipóteses tratadas no subitem 1.1 serão válidas quando a empresa descumprir as exigências editalícias pela primeira vez com a Administração, não havendo ocorrência anterior da mesma natureza registrada em sistema ou documento oficial;

1.2. Pelo Ordenador de Despesas do Órgão, orientado pelo Fiscal do contrato ou servidor responsável pelo recebimento do objeto da licitação, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução do objeto, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou em assinar o contrato, nos seguintes casos;

1.2.1. Quando a licitante se recusar a assinar o contrato, por um período de 5 (cinco) dias úteis contados do vencimento do prazo para retirada ou assinatura;

1.2.2. Quando a licitante, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, atrasar ou ensejar o retardamento no início da execução do seu objeto, por um período de 05 (cinco) dias úteis contados do vencimento do prazo para início da execução do objeto;

1.2.3. Quando se tratar de execução de serviços, caso seja identificado atraso superior a 15 (quinze) dias no cumprimento das metas em relação ao Cronograma Aprovado, não justificado pela empresa contratada;

1.2.4. Quando a licitante descumprir qualquer outra obrigação atinente ao objeto da licitação, sendo a advertência registrada e fundamentada em documento específico.

**Parágrafo Segundo - Multa:** É a sanção pecuniária que será imposta à Contratada, pelo Ordenador de Despesas do Órgão, por atraso injustificado na execução do objeto da licitação ou inexecução do mesmo, sendo esta parcial ou total, e será aplicada nos seguintes percentuais:

1.1. Nos casos de atrasos:

1.1.1. 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na execução do objeto da licitação, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, vírgula, nove por cento), que corresponde até 30 (trinta) dias de atraso;

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001,







# PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 01.614.343/0001-09

000232

1.1.2. 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na execução do objeto da licitação, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério da CONTRATANTE, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

1.1.3. 2% (dois por cento) sobre o valor total contratado, por descumprimento do prazo de execução do objeto da licitação, sem prejuízo da aplicação do disposto nos subitens 1.1.1 e 1.1.2;

1.2. Nos casos de recusa ou inexecução;

1.2.1. 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido pela CONTRATADA ou inexecução parcial do objeto da licitação, calculado sobre a parte inadimplente;

1.2.2. 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado, pela inexecução total do objeto da licitação ou descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

1.3. A multa será formalizada por simples apostilamento, na forma do artigo 65, parágrafo 8º, da Lei nº 8.666/93 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à Contratada a oportunidade do contraditório e ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do parágrafo 3º do artigo 86 da Lei nº 8.666/93, observada a seguinte ordem;

1.3.1. Mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato, quando houver;

1.3.2. Mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada;

1.3.3. Mediante procedimento administrativo ou judicial de execução;

1.4. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à Contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATADA ou cobrados judicialmente. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte;

1.5. Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado;

1.5.1. O atraso na execução do objeto da licitação não superior a 05 (cinco) dias; e

1.5.2. A execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

1.6. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

1.7. Persistindo o atraso por mais de 30 (trinta) dias, será aberto Processo Administrativo pelo Fiscal do contrato com o objetivo de anulação da nota de empenho e/ou rescisão unilateral do contrato, exceto se houver justificado interesse da CONTRATADA em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, sendo mantidas as penalidades na forma dos subitens 1.2.3 do Parágrafo primeiro e 1.1. do Parágrafo segundo.

**PARAGRAFO TERCEIRO - SUSPENSÃO:** É a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitações e de contratar com a Administração, e suspende o registro cadastral da licitante e/ou contratada no Sistema de Cadastramento de Fornecedores, de acordo com os prazos a seguir:

1.1. Por até 90 (noventa) dias, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, por meio eletrônico, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva, ou ainda, atrasar, sem justificativa pertinente ao certame, qualquer fase da licitação.

1.1.1. A hipótese em que o licitante atrasar, sem justificativa pertinente ao certame, qualquer fase da licitação, será válida quando a empresa for reincidente, já havendo ocorrência anterior da mesma natureza registrada em sistema ou documento oficial;

1.1.2. Por até 2 (dois) anos, quando a licitante, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, não mantiver a proposta, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato.

1.1.3. Por até 05 (cinco) anos, quando a Contratada:

1.1.3.1. Apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

1.1.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e

1.1.3.3. Receber qualquer das multas previstas no parágrafo segundo e não efetuar o pagamento.

1.1.3.4. Comportar-se de modo inidôneo.

**1.2. São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:**

que Institui a Infraestrutura de Chaves Públicas – ICP-Brasil,  
Rua Encantado, 11, Centro, CEP: 85.628-000, MANFRINÓPOLIS / PARANÁ  
Telefax: (046)3562-1001 e-mail: [manfri@manfrinopolis.pr.gov.br](mailto:manfri@manfrinopolis.pr.gov.br)









# PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 01.614.343/0001-09

000233

1.2.1. O Setor responsável pelas licitações do Órgão, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e

1.2.2. O Ordenador de Despesas do Órgão, tanto na Sede quanto nas Superintendências Regionais, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução do objeto da licitação, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato ou qualquer documento hábil que venha substituí-lo.

1.3. A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial Do Município e registrada no Tribunal de Contas Estadual - TCE.

**PARAGRAFO QUARTO - DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE:** A declaração de inidoneidade será aplicada somente pelo(a) Prefeito(a) Municipal, à vista dos motivos informados na instrução processual.

1. Será declarada inidônea a empresa que cometer ato como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

**PARAGRAFO QUINTO - Disposições gerais**

As sanções previstas nos parágrafos terceiro e quarto poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão do contrato:

1.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

1.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

1.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

1.2. Do direito de defesa

1.2.1. É facultado à Contratada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

1.2.2. O recurso será dirigido ao Ordenador de Despesas, por intermédio da autoridade que aplicou a sanção, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

1.2.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste item, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

1.2.4. Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após exaurida a fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Município, devendo constar:

1.2.4.1. A origem e o número do processo em que foi proferido o despacho.

1.2.4.2. O prazo do impedimento para licitar e contratar;

1.2.4.3. O fundamento legal da sanção aplicada; e

1.2.4.4. O nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

1.2.5. Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção comunicará imediatamente ao órgão competente que por sua vez providenciará a imediata inclusão da sanção nos locais competentes.

1.3. Do assentamento em registros

1.3.1. Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Município as sanções aplicadas com fundamento nos itens Parágrafo Primeiro e Parágrafo Segundo, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento e/ou registro em sistema, na forma do artigo 65, parágrafo 8º, da Lei nº 8.666/93.

1.3.2. Os prazos referidos neste documento só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.

1.4. Da sujeição a perdas e danos.

1.4.1. Independentemente das sanções legais cabíveis, previstas no edital, a Contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados a **CONTRATADA** pelo descumprimento das obrigações licitatórias.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

O atraso injustificado na entrega do objeto licitado sujeitará ao fornecedor as sanções previstas na Lei 8.666/93 e alterações.

Documentos assinados digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001,  
que institui a infraestrutura de Chaves Públicas - ICP-Brasil.  
Rua Encantado, 11, Centro, CEP: 85.628-000, MANFRINÓPOLIS / PARANÁ  
Telefax: (046)3562-1001 e-mail: [manfri@manfrinopolis.pr.gov.br](mailto:manfri@manfrinopolis.pr.gov.br)







# PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 01.614.343/0001-09

030234

## CLAÚSULA DÉCIMA QUARTA - Dos Casos de Rescisão

O inadimplemento, por parte da **CONTRATADA**, das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato assegurará à **CONTRATANTE**, nos termos da Seção V, do Capítulo III da Lei n.º 8.666/93 em sua atual redação, o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação por escrito, através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento.

### Parágrafo Primeiro

Fica a critério do representante da **CONTRATANTE** declarar rescindido o contrato, nos termos do "caput" desta cláusula ou aplicar as multas de que trata a cláusula décima segunda deste contrato.

### Parágrafo Segundo

Fica este contrato rescindido de pleno direito pela **CONTRATANTE**, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, em qualquer dos seguintes casos de inadimplemento por parte da **CONTRATADA**:

- I. Não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- II. Cometimento de irregularidade grave no cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- III. Atraso injustificado da entrega do bem;
- IV. IV - Decretação de falência, pedido de concordata ou instauração de insolvência civil da **CONTRATADA**.
- V. Ausência de entrega de nota fiscal eletrônica (NF-E) considerando a impossibilidade de pagamento.

### Parágrafo Terceiro

A rescisão contratual também operar-se-á nos seguintes casos:

- I. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a **CONTRATANTE**, devidamente deduzidas em processo administrativo regularmente instaurado;
- II. Supressão, unilateral por parte da Administração, dos quantitativos dos bens, acarretando modificação do valor inicial do contrato, além do limite permitido no artigo 65, parágrafo 1º, da Lei 8.666/93;
- III. Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- IV. Descumprimento do disposto no inciso V, do art. 27 da Lei n.º 8.666/93, com redação dada pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1.999.

### Parágrafo Quarto

A rescisão deste contrato poderá ser:

- I. Determinada por ato unilateral e escrito da **CONTRATANTE** nos casos enumerados nesta minuta;
- II. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- III. Judicial, nos termos da legislação processual, vigente à época da rescisão contratual.

### Parágrafo Quinto

Nos casos de rescisão administrativa ou amigável que tratam, respectivamente, os itens I e II, do parágrafo anterior, haverá precedência de autorização escrita e fundamentada da **CONTRATANTE**.

## CLAÚSULA DÉCIMA QUINTA – Das Alterações Contratuais

- I. Este contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65 da Lei n.º 8.666/93 e alterações.

## CLAÚSULA DÉCIMA SEXTA - Dos Casos Omissos

Os casos omissos serão resolvidos pelo Município de Manfrinópolis, à luz da legislação, da



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001,

que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas - ICP-Brasil.

Rua Encantado, 11, Centro, CEP: 85.628-000, MANFRINÓPOLIS / PARANÁ

Telefax: (046)3562-1001 e-mail: [manfri@manfrinopolis.pr.gov.br](mailto:manfri@manfrinopolis.pr.gov.br)



000 121

# CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Dos Casos de Rescisão

O inadimplemento por parte da CONTRATADA, das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato e previstas na CONTRATAÇÃO, nos termos do Anexo V, do Capítulo III da Lei nº 8.666/93 em sua atual redação, o direito de rescisão por inadimplemento, mediante notificação por escrito, através do órgão entregue, devidamente assinada, com prova de recebimento.

## Parágrafo Primeiro

Fica a obrigação de representação da CONTRATANTE de manter, reservando o contrato, nos termos do "comitê" desta cláusula, as condições de trabalho e de remuneração de acordo com o contrato.

## Parágrafo Segundo

Fica este contrato suscitado por parte da CONTRATANTE, independentemente de interposição judicial ou extrajudicial, em qualquer das seguintes hipóteses: independentemente de rescisão da CONTRATADA:

- I - Não cumprimento de obrigações contratuais, especificadas e previstas;
- II - Cometer o ato de rescisão grave no cumprimento de cláusulas contratuais, especificadas e previstas;
- III - Atos injustificados da empresa do bem;
- IV - Descoberta de falsidade, pedido de rescisão e rescisão civil da CONTRATADA;
- V - Ausência de entrega de nota fiscal (NFS) correspondente a importância de pagamento.

## Parágrafo Terceiro

A rescisão contratual trará em si mesma as seguintes consequências:

- I - Rescisão de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificada e determinada pela máxima autoridade do Poder Executivo, a qual subordinada a determinação de rescisão, devidamente decorada em processo administrativo regulamento instaurado;
- II - Supressão unilateral por parte da Administração, dos quantitativos dos bens, acatando o valor limite do contrato, além do limite permitido no artigo 65, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666/93;
- III - Condição de caso fortuito ou força maior, objetivamente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- IV - Descumprimento do elemento no item 1º, do art. 15 da Lei nº 8.666/93, com redação dada pela Lei nº 8.864, de 27 de outubro de 1996.

## Parágrafo Quarto

A rescisão deste contrato poderá ser:

- I - Extintiva por não cumprimento e rescisão da CONTRATANTE nos casos enumerados nesta cláusula;
- II - Amigável, por acordo entre as partes, ressalva o termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- III - Judicial, nos termos da legislação processual, quando a rescisão contratual.

## Parágrafo Quinto

Nos casos de rescisão extintiva ou amigável, o contrato é extinto, os bens I e II, do parágrafo anterior, haverá a entrega de documentação e a rescisão da CONTRATANTE.

# CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Das Alterações Contratuais

Este contrato poderá ser alterado no âmbito de atuação das hipóteses previstas no art. 66 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

# CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Dos Casos Omissões

Os casos omissos serão resolvidos pelo Município de Manfrópolis, a luz da legislação, da





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 01.614.343/0001-09

030235

jurisprudência e da doutrina aplicável à espécie.

## CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Do Foro

Fica eleito o foro da comarca de Francisco Beltrão-PR para dirimir quaisquer questões relativas a este contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo com o ajustado e contratado, as partes, através de seus representantes, firmam o presente contrato, em três vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

Manfrinópolis em 30/06/2022

*Ilena F. P. Oliveira*

Município de Manfrinópolis  
Ilena De Fatima Pegoraro Oliveira  
022.654.289-06  
Prefeita Municipal

SK KOERICH  
SILVIA KOERICH  
091.195.949-17

*Susana Francisconi*  
SUSANA FRANCISCONI  
03441940946  
Testemunha

*Tiago Custin Nesi*  
TIAGO CUSTIN NESI  
06844989954  
Testemunha

LEI EST. Nº  
11.261/95

MANFRINÓPOLIS - PR

21/12/95



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001,

que institui a infraestrutura de Chaves Públicas - ICP-Brasil,  
Rua Encantado, 11, Centro, CEP: 85.628-000, MANFRINÓPOLIS / PARANÁ  
Telefax: (046)3562-1001 e-mail: [manfri@manfrinopolis.pr.gov.br](mailto:manfri@manfrinopolis.pr.gov.br)



000-000

jurisdição e no regime aplicável à espécie.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Do Foro**

Fica eleito o foro da comarca de Foz de Iguaçu-PR para dirimir quaisquer questões relativas a este contrato, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo com o ajustado a contestar, as partes, através de seus representantes, firmam o presente contrato em três vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

Maringá, em 30 de 05/20

SR. KOERICH  
SILVIA KOERICH  
004.192.943-13

Município de Maringá  
Irene De Fatima Pedreira Oliveira  
022.886.269-06  
Prefeita Municipal

TIAGO CUSTIN NEDE  
0084.98983  
Testemunha

SUSANA FRANCISCO  
03441910946  
Testemunha



## Relatório de assinaturas

BRySigner

**Título do documento:** CONTRATO MANFRI.

Este relatório é resultado de uma processo completo de assinatura utilizando produtos da BRy Tecnologia, sendo um formato é destinado verificação de evidências e portando deve ser usado apenas para conferência, a validade jurídica de uma assinatura feita eletronicamente só pode ser devidamente verificada em arquivos digitais. Para validar ou comparar o documento vá até o endereço <https://app.brysigner.com.br/validate/064a3073-d6e4-41c3-ad34-5f7837377d75> e informe a senha de acesso disponibilizada a seguir.

**Código de verificação:****064a3073-d6e4-41c3-ad34-5f7837377d75****Senha de acesso:****FC32KNZQ**

## Lista de assinantes e eventos

O processo de assinatura obedeceu a seguinte ordem e obteve evidências descritas abaixo:

**Criação do processo de assinatura:**

30/06/2022 16:12:24 (BRT)

**silvia koerich****Tipo de assinatura:** Eletrônica**Email:** sksilviarefrigeracao@gmail.com**Assinado em:** 30/06/2022 16:13:46 (BRT)**IP:** 138.185.39.130**Autenticação:** password**Finalização do processo de assinatura:**

30/06/2022 16:13:46 (BRT)



A BRy tecnologia atesta que na data de emissão deste protocolo a cópia do documento que se mantém em nosso banco de dados possui as assinaturas e evidências citadas.

**Data de Emissão do relatório:** 30/06/2022 16:13:53 (BRT)





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 01.614.343/0001-09

## EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

030237

O Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, com base na Lei Federal nº 8.666/93 e legislação complementar, EXTRATO DE CONTRATO.

**CONTRATO Nº 89 de 2022.**

### OBJETO: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

**Aquisição de aparelhos de Ar condicionado para atender as necessidades da Administração Municipal, conforme processo de Pregão nº 46/2022.**

**CONTRATADO: SK KOERICH. CNPJ: 31.538.821/0001-00**

**VALOR CONTRATADO: 22.398,40 (Vinte e Dois Mil, Trezentos e Noventa e Oito Reais e Quarenta Centavos).**

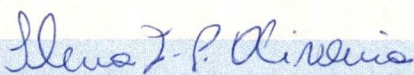
**DATA DA ASSINATURA: 30/06/2022.**

**RECURSOS: próprios e ou oriundos de Convênios.**

**PAGAMENTO: O pagamento será efetuado Até 30 dias após emissão de nota fiscal..**

**PRAZO DE EXECUÇÃO: 365 dias após a assinatura do contrato.**

Manfrinópolis, 30/06/2022.

  
**ILENA DE FATIMA PEGORARO OLIVEIRA**  
Prefeita Municipal

LEI EST. Nº  
11.261/95

**MANFRINÓPOLIS - PR**

21/12/95

### **PUBLICADO NO** **Jornal Tribuna Regional**

Edição nº 2030 Pág.: 3A  
Data: 02 / 07 / 2022.

### **PUBLICADO NO** **DIOM/PR**

Edição nº 2552 Pág.: 195  
Data: 01 / 07 / 2022.





00000000

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

O Município de Marinópolis, Estado do Paraná, torna PÚBLICO, com base na Lei Federal nº 8.666/93 e legislação complementar, EXTRATO DE CONTRATO.

CONTRATO Nº 88 de 2022.

OBJETO: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Adição de aparelhos de Ar condicionado para atender as necessidades da Administração Municipal, conforme processo de Pregão nº 00000000.

CONTRATADO: SR KOERICH, CNPJ: 31.839.821/0001-09

VALOR CONTRATADO: R\$ 22.390,40 (Vinte e Dois Mil, Trezentos e Noventa e Oito Reais e

Quarenta Centavos).

DATA DA ASSINATURA: 00/06/2022

RECURSOS: próprios e ou oriundos de Convênios

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado até 30 dias após emissão de nota fiscal.

PRazo DE EXECUÇÃO: 365 dias após a assinatura do contrato.

Marinópolis, 00/06/2022.

ILENA DE FATIMA DE GORARO OLIVEIRA  
Prefeita Municipal

<p><b>PUBLICADO NO</b></p> <p><b>DIOMPR</b></p> <p>Edição nº: _____</p> <p>Data: _____</p>	<p><b>PUBLICADO NO</b></p> <p><b>Jornal Tribuna Regional</b></p> <p>Edição nº: _____</p> <p>Data: _____</p>
--	---

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Mandirituba, 30 de junho de 2022.

**ELIANE STAREPRAVO CORDEIRO**

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente

Publicado por:

Érica Fabiana Batista de Jesus

Código Identificador:46268EBD

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA  
RETIFICAÇÃO DE EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº  
062/2022**

**RETIFICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº  
062/2022.**

O MUNICÍPIO de Mandirituba, torna público que às 09:00 horas do dia 14 de Julho de 2022, na plataforma do Governo Federal pelo site [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), realizará licitação na modalidade Pregão eletrônico, do tipo menor preço, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para aquisição de:

Objeto	Quantidade	Valor Total (R\$)	Prazo (Dias)
Escavadeira Hidráulica	01	948.000,00	180

Informações e esclarecimentos relativos ao edital, modelos e anexos poderão ser solicitados junto ao Pregoeiro Roberto I. Pereira, Paraná, Brasil - Telefone: (41) 3626-1122 ramal 224- E-mail [licitacoes@mandirituba.pr.gov.br](mailto:licitacoes@mandirituba.pr.gov.br). A Pasta Técnica, com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinada no seguinte endereço [www.mandirituba.pr.gov.br](http://www.mandirituba.pr.gov.br) e [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) ou fornecido através de solicitação pelo e-mail: [licitacoes@mandirituba.pr.gov.br](mailto:licitacoes@mandirituba.pr.gov.br), das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

Mandirituba, 30 de Junho de 2022.

**LUIS ANTONIO BISCAIA -**

Prefeito Municipal

Publicado por:

Roberto Inocêncio Pereira

Código Identificador:9C836C79

**ESTADO DO PARANÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS**

**ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
PORTARIA Nº 3606/2022 - 28.06.2022**

Concede férias proporcionais a Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

Ilena de Fátima Pegoraro Oliveira, Prefeita Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 0157/2002 de 08/07/2002, Art. 74 com suas alterações posteriores e conforme Processo nº 077/2022 – SRH de 23 de maio de 2022,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Conceder 16 (dezesesseis) dias de férias a Servidora Pública Municipal Sra. SUSANA FRANCISCONI, cadastrada na Matrícula nº 4061, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de OFICIAL ADMINISTRATIVO no Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, sendo 16 (dezesesseis) dias a serem usufruídos no período de 05.07.2022 a 20.07.2022, e 04 (quatro) dias a serem usufruídos futuramente, referentes ao Período Aquisitivo de 01.03.2020 a 28.02.2021.

**Art. 2º** - Converter em Abono Pecuniário 10 (dez) dias das férias referente ao Período Aquisitivo de 01.03.2020 a 28.02.2021.

**Art. 3º** - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Manfrinópolis, em 28 de junho de 2022.

**ILENA DE FÁTIMA PEGORARO OLIVEIRA**

Prefeita Municipal

030238

Publicado por:

Susana Francisconi

Código Identificador:3C487797

**ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
EXTRATO DE CONTRATO 87-2022**

**EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO**

O Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, com base na Lei Federal nº 8.666/93 e legislação complementar, EXTRATO DE CONTRATO.

**CONTRATO Nº 87 de 2022.**

**OBJETO: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Aquisição de aparelhos de Ar condicionado para atender as necessidades da Administração Municipal, conforme processo de Pregão nº 46/2022.

**CONTRATADO: KAIRO GILLIARDI TURSKI 0166370271.**

**CNPJ: 42.265.857/0001-83**

**VALOR CONTRATADO: 20.800,00 (Vinte Mil e Oitocentos Reais).**

**DATA DA ASSINATURA: 30/06/2022.**

**RECURSOS:** próprios e ou oriundos de Convênios.

**PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado Até 30 dias após emissão de nota fiscal..

**PRAZO DE EXECUÇÃO: 365 dias** após a assinatura do contrato.

Manfrinópolis, 30/06/2022.

**ILENA DE FÁTIMA PEGORARO OLIVEIRA**

Prefeita Municipal

Publicado por:

Jessica Andrea Soster

Código Identificador:A71A42D6

**ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
EXTRATO DE CONTRATO 88-2022**

**EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO**

O Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, com base na Lei Federal nº 8.666/93 e legislação complementar, EXTRATO DE CONTRATO.

**CONTRATO Nº 88 de 2022.**

**OBJETO: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Aquisição de aparelhos de Ar condicionado para atender as necessidades da Administração Municipal, conforme processo de Pregão nº 46/2022.

**CONTRATADO: MASTER ELETRODOMÉSTICOS. CNPJ: 33.859.616/0001-71**

**VALOR CONTRATADO: 30.240,00 (Trinta Mil, Duzentos e Quarenta Reais).**

**DATA DA ASSINATURA: 30/06/2022.**

**RECURSOS:** próprios e ou oriundos de Convênios.

**PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado Até 30 dias após emissão de nota fiscal..

**PRAZO DE EXECUÇÃO: 365 dias** após a assinatura do contrato.

Manfrinópolis, 30/06/2022.

**ILENA DE FÁTIMA PEGORARO OLIVEIRA**

Prefeita Municipal

Publicado por:

Jessica Andrea Soster

Código Identificador:6CA99386

**ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
EXTRATO DE CONTRATO 89-2022**





**EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO**

O Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, com base na Lei Federal nº 8.666/93 e legislação complementar, EXTRATO DE CONTRATO.

**CONTRATO Nº 89 de 2022.**

**OBJETO: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**Aquisição de aparelhos de Ar condicionado para atender as necessidades da Administração Municipal, conforme processo de Pregão nº 46/2022.**

**CONTRATADO: SK KOERICH. CNPJ: 31.538.821/0001-00**

**VALOR CONTRATADO: 22.398,40 (Vinte e Dois Mil, Trezentos e Noventa e Oito Reais e Quarenta Centavos).**

**DATA DA ASSINATURA: 30/06/2022.**

**RECURSOS: próprios e ou oriundos de Convênios.**

**PAGAMENTO: O pagamento será efetuado Até 30 dias após emissão de nota fiscal.**

**PRAZO DE EXECUÇÃO: 365 dias após a assinatura do contrato.**

Manfrinópolis, 30/06/2022.

**ILENA DE FÁTIMA PEGORARO OLIVEIRA**

Prefeita Municipal

**Publicado por:**

Jessica Andrea Soster

**Código Identificador:46E06BC8**

**ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**PORTARIA Nº 3601/2022 - 28.06.2022**

Concede férias proporcionais a Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

**Ilena de Fátima Pegoraro Oliveira**, Prefeita Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 0157/2002 de 08/07/2002, Art. 74 com suas alterações posteriores, bem como conforme Processo nº 053/2022 – SRH de 05 de abril de 2022 e Processo nº 080/2022 – SRH de 26 de maio de 2022, e CONSIDERANDO, a Portaria nº 3504/2021 de 23 de dezembro de 2021 que concede férias proporcionais a Servidora Pública, referente ao Período Aquisitivo de 13.01.2021 a 12.01.2022,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Conceder 15 (quinze) dias restantes de férias a Servidora Pública Municipal **Sra. DANIELE ANDRESSA FERREIRA**, cadastrada na Matrícula nº 1012036, ocupante de Cargo de Provimento em Comissão de Secretária Municipal de Assistência Social no Município de Manfrinópolis, a serem usufruídos no período de 11 de julho de 2022 a 25 de julho de 2022, referente ao Período Aquisitivo de 13.01.2021 a 12.01.2022.

**Art. 2º** - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Manfrinópolis, em 28 de junho de 2022.

**ILENA DE FÁTIMA PEGORARO OLIVEIRA**

Prefeita Municipal

**Publicado por:**

Susana Francisconi

**Código Identificador:28B205B0**

**EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES**

**PORTARIA Nº 3599/2022 - 28.06.2022**

Concede Licença Prêmio a Servidor Público Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná e dá outras providências.

**Ilena de Fátima Pegoraro Oliveira**, Prefeita Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 0157/2002 de 08.07.2002, Art. 80 e Parágrafo Único com suas alterações

posteriores, bem como conforme Processo nº 084/2022 - SRH de 1º de junho de 2022,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Conceder Licença Prêmio de 90 (noventa) dias ao Servidor Público Municipal **Sr. ADRIANO VICCARI**, cadastrado na Matrícula nº 7581, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, a serem usufruídos no período de 1º de julho de 2022 a 28 de setembro de 2022, referente ao Período Aquisitivo de 03.10.2010 a 02.10.2015.

**Art. 2º** - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Manfrinópolis, em 28 de junho de 2022.

**ILENA DE FÁTIMA PEGORARO OLIVEIRA**

Prefeita Municipal

**Publicado por:**

Susana Francisconi

**Código Identificador:D6AB91D0**

**EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES**

**PORTARIA Nº 3605/2022 - 28.06.2022**

Conceder Licença Prêmio a Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

**Ilena de Fátima Pegoraro Oliveira**, Prefeita Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 0157/2002 de 08/07/2002, Art. 74 com suas alterações posteriores, bem como conforme Processo nº 086/2022 – SRH de 03 de junho de 2022 e Processo nº 087/2022 – SRH de 03 de junho de 2022,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Conceder Licença Prêmio de 90 (noventa) dias a Servidora Pública Municipal **Sra. DILONETE BORGES SIMIONI**, cadastrada na Matrícula nº 9031, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de PROFESSORA, 20 horas, no Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, a serem usufruídos no período de 26 de julho de 2022 a 23 de outubro de 2022, referente ao Período Aquisitivo de 01.09.2011 a 31.08.2016.

**Art. 2º** - Conceder Licença Prêmio de 90 (noventa) dias a Servidora Pública Municipal **Sra. DILONETE BORGES SIMIONI**, cadastrada na Matrícula nº 9032, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de PROFESSORA, 20 horas, no Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, a serem usufruídos no período de 26 de julho de 2022 a 23 de outubro de 2022, referente ao Período Aquisitivo de 15.02.2016 a 14.05.2022.

**Art. 3º** - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Manfrinópolis, em 28 de junho de 2022.

**ILENA DE FÁTIMA PEGORARO OLIVEIRA**

Prefeita Municipal

**Publicado por:**

Susana Francisconi

**Código Identificador:F257CF82**

**EXECUTIVO MUNICIPAL**

**DECRETO Nº 1523/2022 - 28.06.2022**

Exonera a pedido por motivos particulares, Servidora Pública Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, e dá outras providências.

**Ilena de Fátima Pegoraro Oliveira**, Prefeita Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 0157/2002 de 08/07/2002, Art. 41, Inciso I e Art. 42 com suas posteriores alterações, bem como conforme Processo nº 100/2022 – SRH de 27 de junho de 2022,

**DECRETA:**







**ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS**  
**EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO**

O Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, com base na Lei Federal nº 8.666/93 e legislação complementar, EXTRATO DE CONTRATO. CONTRATO Nº 88 de 2022.

**OBJETO:** CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO. Aquisição de aparelhos de Ar condicionado para atender as necessidades da Administração Municipal, conforme processo de Pregão nº 46/2022.

**CONTRATADO:** MASTER ELETRODOMÉSTICOS. CNPJ: 33.859.616/0001-71

**VALOR CONTRATADO:** 30.240,00 (Trinta Mil, Duzentos e Quarenta Reais).

**DATA DA ASSINATURA:** 30/06/2022. **RECURSOS:** próprios e ou oriundos de Convênios.

**PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado Até 30 dias após emissão de nota fiscal.

**PRazo DE EXECUÇÃO:** 365 dias após a assinatura do contrato.

Manfrinópolis, 30/06/2022. ILENA DE FATIMA PEGORARO OLIVEIRA - Prefeita Municipal

**ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS**  
**EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO**

O Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, com base na Lei Federal nº 8.666/93 e legislação complementar, EXTRATO DE CONTRATO. CONTRATO Nº 89 de 2022.

**OBJETO:** CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO. Aquisição de aparelhos de Ar condicionado para atender as necessidades da Administração Municipal, conforme processo de Pregão nº 46/2022.

**CONTRATADO:** SK KOERICH. CNPJ: 31.538.821/0001-00. **VALOR CONTRATADO:** 22.398,40 (Vinte e Dois Mil, Trezentos e Noventa e Oito Reais e Quarenta Centavos).

**DATA DA ASSINATURA:** 30/06/2022. **RECURSOS:** próprios e ou oriundos de Convênios. **PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado Até 30 dias após emissão de nota fiscal.

**PRazo DE EXECUÇÃO:** 365 dias após a assinatura do contrato.

Manfrinópolis, 30/06/2022. ILENA DE FATIMA PEGORARO OLIVEIRA - Prefeita Municipal

**ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS**  
**TERMO HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO - Pregão Nº 46/2022**

A Prefeitura Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, a vista do parecer conclusivo extrato pelo Conselho de Licitação da Prefeitura Municipal de Manfrinópolis designada pela Portaria nº 3510/2022 resolve:

**HOMOLOGAR E ADJUDICAR** a presente licitação na modalidade de Pregão nº 46/2022 referente à Aquisição de aparelhos de Ar condicionado para atender as necessidades da Administração Municipal, em favor das empresas conforme abaixo:

Item/Produto/Serviço		Marca	Unid	Qtd	Pregão	Pregão total
1	Aparelho de ar condicionado, modelo Split, com capacidade de 9.000 BTU's, quente/frio 220 V, Com fuso refrigerante R-410a (Sistema Inverter) — Com mão de obra de instalação, drenos e demais materiais para instalação.	GREE	UNID	8,00	2.600,00	20.800,00
<b>TOTAL</b>						<b>20.800,00</b>
MASTER ELETRODOMÉSTICOS						
Item/Produto/Serviço		Marca	Unid	Qtd	Pregão	Pregão total
1	Aparelho de ar condicionado, modelo Split, com capacidade de 18.000 BTU's, quente/frio 220 V, Com fuso refrigerante R-410a (Sistema Inverter) — Com mão de obra de instalação, drenos e demais materiais para instalação.	PHILCO	UNID	8,00	3.780,00	30.240,00
<b>TOTAL</b>						<b>30.240,00</b>
SK KOERICH						
Item/Produto/Serviço		Marca	Unid	Qtd	Pregão	Pregão total
1	Aparelho de ar condicionado, modelo Split, com capacidade de 12.000 BTU's, quente/frio 220 V, Com fuso refrigerante R-410a (Sistema Inverter) — Com mão de obra de instalação, drenos e demais materiais para instalação.	GREE	UNID	8,00	2.798,00	22.398,40
<b>TOTAL</b>						<b>22.398,40</b>

Estando em conformidade com a ata de sessão de Pregão 46/2022 datada de 30/06/2022. A entrega dos materiais objeto da presente licitação será de 12 Meses conforme solicitação, a partir da homologação e assinatura do contrato.

Manfrinópolis, 30/06/2022. ILENA DE FATIMA PEGORARO OLIVEIRA - Prefeita Municipal

**ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS**

**PORTARIA Nº 3599/2022 - 28.06.2022** - Concede Licença Prêmio a Servidor Público Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná e dá outras providências.

Ilelena de Fátima Pegoraro Oliveira, Prefeita Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 0157/2002 de 08/07/2002, Art. 80 e Parágrafo Único com suas alterações posteriores, bem como conforme Processo nº 084/2022 - SRH de 1º de junho de 2022, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio de 90 (noventa) dias ao Servidor Público Municipal Sr. ADRIANO VICCARI, cadastrado na Matrícula nº 7581, ocupante do Cargo de Provedor Efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, a serem usufruídos no período de 1º de julho de 2022 a 28 de setembro de 2022, referente ao Período Aquisitivo de 03.10.2010 a 02.10.2015.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Gabinete da Prefeitura Municipal de Manfrinópolis, em 28 de junho de 2022.

Ilelena de Fátima Pegoraro Oliveira - Prefeita Municipal

**ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS**

**PORTARIA Nº 3600/2022 - 28.06.2022** - Concede férias a Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

Ilelena de Fátima Pegoraro Oliveira, Prefeita Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 0157/2002 de 08/07/2002, Art. 74 com suas alterações posteriores e conforme Processo nº 076/2022 - SRH de 23 de maio de 2022, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal Sra. IRACEMA MARIA BARZOTTI FOGAÇA, cadastrada na Matrícula nº 1251, ocupante do Cargo de Provedor Efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO no Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, a serem usufruídas no período de 06 de julho de 2022 a 04 de agosto de 2022, referente ao Período Aquisitivo 01.10.2019 a 30.09.2020, conforme Processo nº 076/2022 - SRH de 23 de maio de 2022.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Gabinete da Prefeitura Municipal de Manfrinópolis, em 28 de junho de 2022.

Ilelena de Fátima Pegoraro Oliveira - Prefeita Municipal

**ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS**

**PORTARIA Nº 3601/2022 - 28.06.2022** - Concede férias proporcionais a Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

Ilelena de Fátima Pegoraro Oliveira, Prefeita Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 0157/2002 de 08/07/2002, Art. 74 com suas alterações posteriores, bem como conforme Processo nº 053/2022 - SRH de 05 de abril de 2022 e Processo nº 080/2022 - SRH de 26 de maio de 2022, e

CONSIDERANDO, a Portaria nº 3504/2021 de 23 de dezembro de 2021 que concede férias proporcionais a Servidora Pública, referente ao Período Aquisitivo de 13.01.2021 a 12.01.2022, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 15 (quinze) dias restantes de férias a Servidora Pública Municipal Sra. DANIELE ANDRESSA FERREIRA, cadastrada na Matrícula nº 1012036, ocupante do Cargo de Provedor Efetivo de Comissão de Secretária Municipal de Assistência Social no Município de Manfrinópolis, a serem usufruídos no período de 11 de julho de 2022 a 25 de julho de 2022, referente ao Período Aquisitivo de 13.01.2021 a 12.01.2022.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Gabinete da Prefeitura Municipal de Manfrinópolis, em 28 de junho de 2022.

Ilelena de Fátima Pegoraro Oliveira - Prefeita Municipal

**ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS**

**LEI Nº 0784/2022 - 01.07.2022** - "Extingue a Lei nº 650 de 02 de outubro de 2017, que institui Fundo Financeiro da Câmara Municipal de Manfrinópolis - PR."

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MANFRINÓPOLIS, Estado do Paraná, aprovou, e eu PREFEITA MUNICIPAL sancionei, a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica extinto o Fundo Financeiro para aquisição de imóvel, construção de edifício e aquisição do mobiliário de sede própria. Art. 2º - Os recursos depositados na conta bancária do Fundo Financeiro deverão ser devolvidos ao Poder Executivo. Art. 3º - Revoga-se a Lei nº 650/2017 e outras disposições em contrário.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeitura Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, em 1º de julho de 2022.

ILENA DE FATIMA PEGORARO OLIVEIRA - Prefeita Municipal

**ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS**

**PORTARIA Nº 3602/2022 - 28.06.2022** - Concede férias proporcionais a Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

Ilelena de Fátima Pegoraro Oliveira, Prefeita Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 0157/2002 de 08/07/2002, Art. 74 com suas alterações posteriores, bem como conforme Processo nº 236/2020 de 14 de dezembro de 2020 e Processo nº 090/2022 - SRH de 13 de junho de 2022, e

CONSIDERANDO, a Portaria nº 3301/2021 de 04 de janeiro de 2021 que concede férias proporcionais a Servidora Pública, referente ao Período Aquisitivo de 01.02.2019 a 31.01.2020, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 20 (vinte) dias restantes de férias à Servidora Pública Municipal Sra. RAYANE BECCHI DOS SANTOS, cadastrada na Matrícula nº 10541, ocupante do Cargo de Provedor Efetivo de ENFERMEIRO no Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, a serem usufruídos no período de 19 de julho de 2022 a 07 de agosto de 2022, referente ao Período Aquisitivo de 01.02.2019 a 31.01.2020.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Gabinete da Prefeitura Municipal de Manfrinópolis, em 28 de junho de 2022.

Ilelena de Fátima Pegoraro Oliveira - Prefeita Municipal

**ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS**

**PORTARIA Nº 3603/2022 - 28.06.2022** - Concede férias a Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

Ilelena de Fátima Pegoraro Oliveira, Prefeita Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 0157/2002 de 08/07/2002, Art. 74 com suas alterações posteriores, bem como conforme Processo nº 091/2022 - SRH de 13 de junho de 2022, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de férias à Servidora Pública Municipal Sra. RAYANE BECCHI DOS SANTOS, cadastrada na Matrícula nº 10541, ocupante do Cargo de Provedor Efetivo de ENFERMEIRO no Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, a serem usufruídos no período de 06 de setembro de 2022, referente ao Período Aquisitivo de 01.02.2020 a 31.01.2021.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Gabinete da Prefeitura Municipal de Manfrinópolis, em 28 de junho de 2022.

Ilelena de Fátima Pegoraro Oliveira - Prefeita Municipal

**ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS**

**PORTARIA Nº 3604/2022 - 28.06.2022** - Concede férias proporcionais a Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

Ilelena de Fátima Pegoraro Oliveira, Prefeita Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 0157/2002 de 08/07/2002, Art. 74 com suas alterações posteriores, bem como conforme Processo nº 092/2022 - SRH de 13 de junho de 2022, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 10 (dez) dias proporcionais de férias à Servidora Pública Municipal Sra. RAYANE BECCHI DOS SANTOS, cadastrada na Matrícula nº 10541, ocupante do Cargo de Provedor Efetivo de ENFERMEIRO no Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, sendo 10 (dez) dias a serem usufruídos no período de 07 de setembro de 2022 a 16 de setembro de 2022, e 20 (vinte) dias a serem usufruídos futuramente, referentes ao Período Aquisitivo de 01.02.2021 a 31.01.2022.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Gabinete da Prefeitura Municipal de Manfrinópolis, em 28 de junho de 2022.

Ilelena de Fátima Pegoraro Oliveira - Prefeita Municipal

**ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS**

**PORTARIA Nº 3605/2022 - 28.06.2022** - Conceder Licença Prêmio a Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

Ilelena de Fátima Pegoraro Oliveira, Prefeita Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 0157/2002 de 08/07/2002, Art. 74 com suas alterações posteriores, bem como conforme Processo nº 086/2022 - SRH de 03 de junho de 2022 e Processo nº 087/2022 - SRH de 03 de junho de 2022, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio de 90 (noventa) dias a Servidora Pública Municipal Sra. DILONETE BORGES SIMIONI, cadastrada na Matrícula nº 9031, ocupante do Cargo de Provedor Efetivo de PROFESSORA, 20 horas, no Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, a serem usufruídos no período de 26 de julho de 2022 a 23 de outubro de 2022, referente ao Período Aquisitivo de 01.09.2011 a 31.08.2016.

Art. 2º - Conceder Licença Prêmio de 90 (noventa) dias a Servidora Pública Municipal Sra. DILONETE BORGES SIMIONI, cadastrada na Matrícula nº 9032, ocupante do Cargo de Provedor Efetivo de PROFESSORA, 20 horas, no Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, a serem usufruídos no período de 26 de julho de 2022 a 23 de outubro de 2022, referente ao Período Aquisitivo de 15.02.2016 a 14.05.2022.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Gabinete da Prefeitura Municipal de Manfrinópolis, em 28 de junho de 2022.

Ilelena de Fátima Pegoraro Oliveira - Prefeita Municipal

**ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS**

**PORTARIA Nº 3606/2022 - 28.06.2022** - Concede férias proporcionais a Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

Ilelena de Fátima Pegoraro Oliveira, Prefeita Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 0157/2002 de 08/07/2002, Art. 74 com suas alterações posteriores e conforme Processo nº 077/2022 - SRH de 23 de maio de 2022, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 16 (dezesseis) dias de férias a Servidora Pública Municipal Sra. SUSANA FRANCISCONI, cadastrada na Matrícula nº 4061, ocupante do Cargo de Provedor Efetivo de OFICIAL ADMINISTRATIVO no Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, sendo 16 (dezesseis) dias a serem usufruídos no período de 05.07.2022 a 20.07.2022, e 04 (quatro) dias a serem usufruídos futuramente, referentes ao Período Aquisitivo de 01.03.2020 a 28.02.2021. Art. 2º - Converter em Abono Pecuniário 10 (dez) dias das férias referente ao Período Aquisitivo de 01.03.2020 a 28.02.2021.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Gabinete da Prefeitura Municipal de Manfrinópolis, em 28 de junho de 2022.

Ilelena de Fátima Pegoraro Oliveira - Prefeita Municipal

**COMBATA O MOSQUITO TODO DIA**  
a prevenção é a única arma contra a Dengue